



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
TECNOLÓGICA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**RAIMUNDO SOLANO LIRA PEREIRA**

**O LUGAR DA BIBLIOTECA NA ESCOLA DE TEMPO  
INTEGRAL EM SANTARÉM/PA**

**Santarém  
2018**

**RAIMUNDO SOLANO LIRA PEREIRA**

**O LUGAR DA BIBLIOTECA NA ESCOLA DE TEMPO  
INTEGRAL EM SANTARÉM/PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

Linha de Pesquisa: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

**Santarém  
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

P4361     Pereira, Raimundo Solano Lira  
            O lugar da biblioteca na escola de tempo integral em Santarém/PA./  
            Raimundo Solano Lira Pereira. – Santarém, 2018.  
            135 p.: il.  
            Inclui bibliografias.

            Orientador: Anselmo Alencar Colares  
            Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

            1. Políticas públicas educacionais. 2. Educação integral. 3. Biblioteca escolar. I. Colares, Anselmo Alencar, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 372.0427098115

**RAIMUNDO SOLANO LIRA PEREIRA**

**O LUGAR DA BIBLIOTECA NA ESCOLA DE TEMPO  
INTEGRAL EM SANTARÉM/PA**

**Data de aprovação:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares  
Orientador (Ufopa)

---

Prof. Dr. José Roberto Rus Perez  
Examinador externo (Unicamp)

---

Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto  
Examinador interno (Ufopa)

---

Profa. Dra. Ana Maria Vieira Silva  
Examinadora externa (Ufopa)

---

Profa. Dra. Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares  
Examinadora interna (Ufopa)



Universidade Federal do Oeste do Pará  
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica  
Instituto de Ciências da Educação  
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação  
Mestrado Acadêmico em Educação



### Ata da Defesa Pública de Dissertação de Mestrado Acadêmico

Aos três dias do mês de dezembro do ano de 2018, às 10:30 horas no Mini auditório IIA1 - Edil Salomão, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos professores doutores, **Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** (orientador e presidente), **Prof. Dr. José Roberto Rus Perez** (membro externo) e o **Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto** (membro interno), a fim de argüirem o mestrando **Raimundo Solano Lira Pereira**, com a dissertação intitulada **“O LUGAR DA BIBLIOTECA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM SANTARÉM/PA”**. Aberta a sessão pelo presidente, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, em seguida a banca fez as arguições, o candidato respondeu e, após as deliberações na sessão secreta foi:

Aprovado, fazendo jus ao título de **Mestre em Educação**.

Reprovado

#### Recomendações da Banca:

---

---

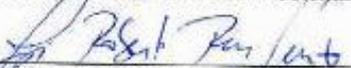
---

---

---

Santarém, 03 de dezembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares** – Orientador/ Presidente/ Ufopa.

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. José Roberto Rus Perez** – Membro Externo/ Unicamp

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto** – Membro Interno/ Ufopa.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, pelo apoio recebido.

A meu orientador, Professor Doutor Anselmo Alencar Colares, pela contribuição ao texto e à pesquisa.

À Professora Doutora Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, pelas constantes e instrutivas conversas.

Aos Professores Doutores Luiz Percival Leme Britto e José Roberto Rus Perez, pelas contribuições ao texto e disponibilidade.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (Histedbr/Ufopa), pelo compartilhamento do conhecimento.

À Escola Municipal de Ensino Fundamental de Tempo Integral Frei Fabiano Merz, pela gentileza no fornecimento das informações solicitadas.

À Secretaria Municipal de Educação de Santarém, pela colaboração na disponibilização dos dados.

Aos colegas da turma de mestrado, pelo convívio respeitoso, harmonioso e colaborativo.

Ao PPGE e à Ufopa, pela oportunidade gratuita que me foi dada, num momento de sobrevivência e necessária coragem da universidade pública brasileira, trincheira das lutas.

No oitavo livro da Odisseia, lê-se que os deuses tecem desgraças para que às futuras gerações não falte o que cantar; a afirmação de Mallarmé “O mundo existe para chegar a um livro” parece repetir, uns trinta séculos depois, o mesmo conceito de uma justificação estética dos males. As duas teologias não coincidem, porém, integralmente; a do grego corresponde à época da palavra oral, e a do francês, a uma época da palavra escrita. Numa se fala de contar, e na outra de livros. Um livro, qualquer livro, é para nós um objeto sagrado: já Cervantes, que talvez não escutasse tudo que lhe diziam as pessoas, lia até “os papéis rasgados das ruas”. O fogo, numa das comédias de Bernard Shaw, ameaça a biblioteca de Alexandria; alguém exclama que vai arder a memória da humanidade, e César diz a ele: “Deixe-a arder. É uma memória de infâmias”. O César histórico, na minha opinião, aprovaria ou condenaria o juízo que o autor lhe atribui, mas não o julgaria, como nós, uma piada sacrílega. A razão é clara: para os antigos a palavra escrita não passava de um sucedâneo da palavra oral.

Jorge Luis Borges. **Do culto dos livros.**

## RESUMO

Este estudo contextualiza as mudanças recentes ocorridas na escola pública brasileira com a proposta do Governo federal de educação integral e da implantação da escola de tempo integral, traçando inicialmente um quadro comparativo entre as políticas públicas brasileiras com as ações de alguns países europeus sobre essa questão (MAURÍCIO, 2014). Discute-se, assim, como a biblioteca de uma escola de tempo integral poderia melhor atender ao usuário que a frequenta como recurso educacional (DURBAN ROCA, 2012) favorecedor da educação integral, tomando como discussão teórica a formação omnilateral. Toma-se o conceito de biblioteca escolar e a situação atual delas, estabelecendo um contraponto entre a legislação pertinente, as políticas da Secretaria Municipal de Educação de Santarém/PA sobre a biblioteca escolar e a situação específica de uma biblioteca de uma escola de tempo integral, compreendendo, dessa forma, o Brasil, a Amazônia, o município de Santarém/PA e a escola selecionada para a pesquisa. Para isso, recorreu-se ao estudo empírico, observando como as políticas públicas se articulam com a biblioteca e quais as ações concretas para direcionar a implementação dessas políticas no programa proposto para a biblioteca escolar. Adota-se a pesquisa qualitativa (FLICK, 2009), descritiva e exploratória (GIL, 2008), tendo como objetivo geral analisar a biblioteca de uma escola municipal de tempo integral de Santarém/PA no conjunto de ações previstas nas políticas indutoras da educação integral; e específicos: (1) identificar as atividades desenvolvidas nessa biblioteca, considerando a perspectiva da educação de tempo integral; (2) registrar possíveis alterações/modificações ou adaptações do espaço destinado à biblioteca da escola de tempo integral estudada; (3) descrever como ocorre a articulação entre a escola de tempo integral e a biblioteca, considerando as exigências diferenciadas de tempo e espaço para a execução das atividades; (4) registrar a percepção de professores, alunos, bibliotecário e gestor sobre a biblioteca da escola. A pesquisa revela significativo distanciamento entre a legislação sobre a biblioteca, a previsão estabelecida nos documentos municipais e escolares analisados e a realidade concreta da biblioteca estudada, exigindo, assim, ações mais efetivas da Secretaria Municipal de Educação para que o espaço funcione como efetivo recurso educacional que amplie as oportunidades de aprendizagem pretendidas pela proposta dominante de educação integral e pela ampliação da jornada escolar, tendo ainda sentido para os usuários e maior envolvimento nas ações da escola.

**Palavras-chave:** Políticas públicas educacionais. Educação integral. Biblioteca escolar.

## ABSTRACT

This study contextualizes the recent changes occurring in the Brazilian public school with the proposal of the federal Government of integral education and the implementation of the full time school, initially tracing a comparative between Brazilian public policies and the actions of some European countries on this issue (MAURÍCIO, 2014). It is discussed how the library of a full-time school could better serve the user who attends it as an educational resource (DURBAN ROCA, 2012), favoring integral education, taking as theoretical discussion the omnilateral formation. The concept of a school library and its current situation is taken, establishing a counterpoint between the pertinent legislation, the policies of the Municipal Department of Education of Santarém/PA on the school library and the specific situation of a library of a full-time school, comprising, in this way, Brazil, the Amazon, the county of Santarém/PA and the school selected for the research. For this, we used the empirical study, observing how the public policies are articulated with the library and what concrete actions to direct the implementation of these policies in the proposed program for the school library. The qualitative research (FLICK, 2009), descriptive and exploratory (GIL, 2008), is adopted, with the general objective of analyzing the library of a full-time municipal school in Santarém/PA in the set of actions foreseen in the policies that induce integral education; and specific: (1) identify the activities developed in this library, considering the perspective of full-time education; (2) record possible changes/modifications or readjustments of the space allocated to the library of the full-time school studied; (3) describe how occurs the articulation between the full-time school and the library, considering the differentiated requirements of time and space for the execution of the activities; (4) record the perception of teachers, students, librarian and manager over the school library. The research reveals a significant distance between library legislation, the prediction established in the municipal and school documents analyzed and the concrete reality of the library studied, thus requiring more effective actions by the Municipal Education Department so that space works as an effective educational resource which broadens the learning opportunities sought by the dominant proposal of integral education and the extension of the school day, also having a meaning for the users and greater involvement in the actions of the school.

**Keywords:** Public educational policies. Integral education. School library.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças e características da realidade escolar e social da Alemanha, Dinamarca, Itália e Espanha. ....	17
Quadro 2 – Perfil da biblioteca contemporânea .....	50
Quadro 3 – Conceito de biblioteca escolar e suas contribuições na escola.....	55
Quadro 4 – Conceito de biblioteca .....	57
Quadro 5 – Normas jurídicas sobre bibliotecas em Santarém.....	72
Quadro 6 – Lista de escolas com biblioteca/sala de leitura - região urbana.....	74
Quadro 7 – A biblioteca no projeto político-pedagógico da escola .....	83
Quadro 8 – Projeto de leitura no projeto político-pedagógico da escola.....	84
Quadro 9 – Professores que frequentam bibliotecas .....	86
Quadro 10 – Condições atuais da biblioteca da escola.....	87
Quadro 11 – Professores participantes da pesquisa.....	90
Quadro 12 – Presença de livros didáticos nas BEs.....	96
Quadro 13 – Biblioteca escolar como espaço.....	108
Quadro 14 – Ações de gestão e organização – Dimensão física .....	108

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Como você gostaria que fosse a biblioteca de sua escola?.....	94
Gráfico 2 – Você participa das atividades desenvolvidas na biblioteca da sua escola? .....	100
Gráfico 3 – Você frequenta a biblioteca de sua escola? .....	103
Gráfico 4 – Por que você frequenta a biblioteca da sua escola? .....	103
Gráfico 5 – Por que você não frequenta a biblioteca de sua escola?.....	103

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013. ....	47
Tabela 2 – Espaços das cidades mais utilizados para a realização das atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013.....	48
Tabela 3 – Situação dos acervos das bibliotecas do município de Santarém .....	80
Tabela 4 – Espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil por região e estados/municípios em 2013 – Bibliotecas.....	109

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
DICEI	Diretoria de Currículo e Educação Integral
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEBE	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LELIT	Grupo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Leitura, Literatura e Biblioteca nas Escolas
LSE	Levantamento da Situação Escolar
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PME	Programa Mais Educação
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PPGE	Programa de Pós-Graduação
PROCAD	Programa de Cooperação Acadêmica
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1	INTERESSE PELO TEMA.....	22
1.2	PERCURSO METODOLÓGICO .....	27
<b>1.2.1</b>	<b>Implementação de política pública</b> .....	<b>30</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Biblioteca e Formação Omnilateral</b> .....	<b>32</b>
<b>1.2.3</b>	<b>Estrutura da dissertação</b> .....	<b>37</b>
<b>2</b>	<b>A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A BIBLIOTECA ESCOLAR: MARCOS LEGAIS E ASPECTOS GERAIS</b> .....	<b>40</b>
2.1	A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL.....	40
2.2	A BIBLIOTECA PÚBLICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	49
<b>3</b>	<b>A BIBLIOTECA ESCOLAR</b> .....	<b>55</b>
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR.....	58
3.2	LEGISLAÇÃO PERTINENTE À BIBLIOTECA ESCOLAR .....	60
3.3	A BIBLIOTECA ESCOLAR NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO .....	63
<b>4</b>	<b>A BIBLIOTECA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM</b> .....	<b>68</b>
4.1	MANIFESTO DAS BIBLIOTECAS DA AMAZÔNIA.....	68
4.2	BIBLIOTECA MUNICIPAL PAULO RODRIGUES DOS SANTOS.....	70
4.3	O MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA E O RELACIONAMENTO COM AS BIBLIOTECAS .....	71
4.4	DADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	73
4.5	A BIBLIOTECA ESCOLAR E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM/PA .....	75
4.6	A BIBLIOTECA ESCOLAR E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM (2016/2017) .....	79
<b>5</b>	<b>LOCUS DELIMITATIVO E RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>82</b>
5.1	A BIBLIOTECA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA .....	83
5.2	REGIMENTO DA BIBLIOTECA DA ESCOLA .....	85
5.3	DADOS DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA (PROCAD).....	86
<b>5.3.1</b>	<b>Justificativa para a escolha do <i>locus</i> da pesquisa</b> .....	<b>88</b>
5.4	APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA EMPÍRICA .....	88
<b>5.4.1</b>	<b>Participantes da pesquisa – Bibliotecário</b> .....	<b>89</b>
<b>5.4.2</b>	<b>Participantes da pesquisa – Professores</b> .....	<b>89</b>

<b>5.4.3</b>	<b>Participantes da pesquisa – Alunos .....</b>	<b>90</b>
<b>5.4.4</b>	<b>Participantes da pesquisa – Gestor .....</b>	<b>91</b>
<b>5.5</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA PESQUISA .....</b>	<b>91</b>
<b>5.6</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>92</b>
<b>5.6.1</b>	<b>Categoria Ideal de Biblioteca.....</b>	<b>93</b>
<b>5.6.2</b>	<b>Categoria Atividades Desenvolvidas na Biblioteca.....</b>	<b>99</b>
<b>5.6.3</b>	<b>Categoria Frequência à Biblioteca .....</b>	<b>102</b>
<b>5.6.4</b>	<b>Categoria Espaço da Biblioteca da Escola.....</b>	<b>105</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>
	<b>APÊNDICE A – Formulário para observação.....</b>	<b>125</b>
	<b>APÊNDICE B – Questionário aplicado a professores.....</b>	<b>130</b>
	<b>APÊNDICE C – Questionário aplicado a alunos.....</b>	<b>131</b>
	<b>APÊNDICE D – Questionário aplicado ao (à) bibliotecário(a) da escola.....</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE E – Questionário aplicado ao gestor da escola .....</b>	<b>134</b>
	<b>APÊNDICE F – Termo de autorização para desenvolvimento de pesquisa .....</b>	<b>135</b>
	<b>APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>136</b>
	<b>ANEXO A – Lei nº 4.564, de 12 de junho de 1972, do Município de Santarém. 137</b>	
	<b>ANEXO B – Ofício nº 411/2017, de 26 de dezembro de 2017, da Secretaria Municipal de Educação.....</b>	<b>138</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira tem-se tornado atualmente um lugar de desenvolvimento de experiências de projetos e planos educacionais que objetivam conferir-lhe novas funções, ampliando seu conceito e seus espaços e tempos de desenvolvimento de processos educativos, estes por muito tempo restritos aos espaços físicos das escolas e desenvolvidos por meio de currículos pouco inovadores e distantes das reais demandas sociais que se impõem, circunscritos tradicionalmente a um tempo escolar muito curto (ARROYO, 2012). Nesse sentido, não se pode negar, nem seria exagero afirmar, que a escola brasileira destoava da realidade social ou não escutava a movimentação de seus destinatários primeiros, fechando-se às possibilidades de estabelecimento de contínuo e profícuo diálogo com a sociedade e isolando-se como instituição a viver em teimoso alheamento. Tem toda essa movimentação, revelada nas políticas educacionais divulgadas na atualidade e destinadas à infância e à adolescência, o objetivo de desenvolver as múltiplas potencialidades do ser humano, assegurando-lhe direitos que se conquistam e são oriundos de lutas travadas nas últimas décadas e principalmente se iniciaram desde a década de 1970 (ARROYO, 2012), promovendo sua permanência por mais tempo na escola, em termos mais gerais, e, conseqüentemente, a ampliação de oportunidades de aprendizagem, conferindo direitos de acesso aos espaços públicos, conquistas que se expressam como condições básicas de cidadania.

A proposta da construção da escola de tempo integral consta das diretrizes do Governo Federal, dos estados e municípios do País, revelando realidades diferentes e enriquecedoras como experiências para a discussão mais aprofundada sobre a temática, e apoia-se na busca permanente da melhoria da qualidade da educação ofertada nas escolas brasileiras à infância e à adolescência.

A legislação educacional brasileira tem criado mecanismos e normas legais para a construção e a implementação do ideal de educação integral, ideal este pensado e idealizado por notáveis educadores brasileiros, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Os esforços do Governo Federal no comando dessa empreitada têm o propósito de construir a educação integral que permita o “pleno desenvolvimento da pessoa”, preceito consignado no art. 205 da Constituição Federal de 1988; o “pleno desenvolvimento do educando”, previsto no art. 2º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; o “pleno desenvolvimento de sua pessoa”, previsto no art. 53 da Lei n. 8.069, de 13

de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e a prática de experiências da escola de tempo integral, conforme dicção contida no art. 34 da Lei n. 9.394/1996:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. (BRASIL, 1996)

Nesse sentido, a educação integral, nas últimas décadas, tem ocupado lugar de destaque na agenda educacional do Brasil, nas políticas oficiais do Governo Federal, nos eventos acadêmicos que discutem a temática, bem como nos programas de mestrado e doutorado das universidades públicas e privadas do país, proporcionando discussões, sugestões e trocas de experiências.

A implementação dessas políticas públicas exige uma redefinição da escola, do propósito da educação e do papel da escola e suas articulações, mudanças que têm como objetivo maior a preocupação com o tempo da sociedade e sua organização. Essa repercussão tem exigido grande esforço dos Governos federal, estadual e municipal para formular e implementar políticas que possam alinhar-se aos novos tempos produzidos pela sociedade moderna e adequar-se às propostas, considerando essas diretrizes e a realidade dos estados e municípios. Melhor detalhamento sobre a nova configuração do tempo na sociedade contemporânea será feito a seguir, conforme Maurício (2014).

Esses esforços governamentais e os resultados deles decorrentes são também vistos sob perspectivas críticas diversas e divergentes, as quais contribuem para o aperfeiçoamento das formulações de políticas públicas que contemplem realidades e reavaliação de sua execução, considerando o aporte teórico que o universo acadêmico e eventos diversos têm produzido ou mesmo os documentos oficiais do Governo federal sobre a matéria. Corroboram essas divergências contidas em estudos sobre a escola de tempo integral os eixos caracterizadores das discussões feitas, a saber: caráter populista (PAIVA, 1985); inviabilidade de sua universalização (PARO, 1988); intenção de confinamento (ARROYO, 1988).

A preocupação com os novos tempos demandados pela sociedade moderna e a necessidade de sua reorganização, considerando essas demandas, fez com que o Instituto Internacional para a Investigação Pedagógica de Frankfurt, na Alemanha, estabelecesse

categorias de análise para estudar a organização do tempo escolar (PEREYRA, 1992a, p.15, apud MAURÍCIO, 2014, p. 37):

**Tempo de ensino:** segundo os currículos e horários, se emprega diária e semanalmente para o ensino. Tempo empregado com fins pedagogicamente relevantes: excursões, as férias escolares, as semanas de projetos, os ensinamentos opcionais, os trabalhos de grupo, os trabalhos de classe, os exames, as práticas.

**Tempo de escola:** tempo de ensino e também os descansos na escola, tempo de participação do aluno na administração da escola e outras propostas da própria escola. Nos descansos se inclui o tempo para almoçar. Essencialmente esta categoria se refere ao tempo de presença física do aluno na escola.

**Tempo relativo à escola:** compreende o tempo de escola e também o emprego do tempo para realizar em casa os deveres, para o trajeto escolar e para as classes auxiliares de apoio em suas distintas formas. Todas as atividades extracurriculares de ensino, que têm relação com a escola, como por exemplo, a música, o esporte, a arte, as línguas e a religião.

Para destacar que a realidade brasileira difere culturalmente da realidade europeia, conforme as experiências do que presenciamos aqui nos revelam, mesmo que o discurso reinante no Brasil desde a década de 1980 fosse o de “implantar escolas em tempo integral, como as que funcionam em todos os países desenvolvidos” (MAURÍCIO, 2014, p. 33), o quadro a seguir apresenta as principais diferenças e características da realidade escolar e social da Alemanha, Dinamarca, Itália e Espanha, detalhadas por Pereyra (1992a):

**Quadro 1 – Diferenças e características da realidade escolar e social da Alemanha, Dinamarca, Itália e Espanha.**

<b>Alemanha</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Quase todo o ensino obrigatório alemão é público, respondendo a rede privada, na época, apenas por 6% das matrículas.</li> <li>✓ Eram escolas de meia jornada, iniciando em torno de 8 horas, se estendendo até 13 ou 14 horas, inclusive aos sábados.</li> <li>✓ A jornada dos docentes era das mais longas entre os países europeus, cerca de 23 a 24 horas de classe por semana.</li> <li>✓ A tradição associativa da sociedade, onde se podiam encontrar clubes e associações para as mais diversas finalidades; era durante as tardes que os alemães se dedicavam ao seu tempo livre.</li> <li>✓ Os centros escolares e os serviços municipais contavam com boas instalações e ofereciam importante diversidade de atividades extraescolares, culturais e recreativas.</li> </ul>
<b>Dinamarca</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Em 1992, a Dinamarca tinha uma carga horária semanal crescente em horas, segundo o curso e a idade dos alunos.</li> <li>✓ A carga horária docente era pesada se comparada à de outros países, mas não tinha aula aos sábados.</li> <li>✓ O cultivo do tempo livre era considerado uma extensão da jornada escolar diária.</li> <li>✓ As escolas ofereciam suas instalações, mas eram as autoridades municipais e os pais que estabeleciam “verdadeiros planos de educação do tempo livre, fixando, de comum acordo, os requisitos dos mesmos e das pessoas que devem se encarregar desta educação (p.18)”.</li> <li>✓ Os profissionais envolvidos eram qualificados pedagogicamente e tinham que comprovar sua experiência com crianças. O custo ficava a cargo do município e dos pais.</li> <li>✓ Para Pereyra, podia-se concluir que a escola dinamarquesa de “meia jornada” se convertia de forma “voluntária” para muitos escolares, em uma oferta de jornada completa.</li> </ul>

(continuação)

<b>Itália</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Segundo Pereyra, a Itália foi um dos países europeus que mais mudou qualitativamente seu sistema de educação pública em poucas décadas.</li> <li>✓ Ao longo da década de 60 se consolidou um sistema escolar moderno, favorecendo grande massa de crianças e jovens culturalmente desfavorecidos.</li> <li>✓ Foram adotadas três maneiras de reorganizar o tempo: (1) as atividades <i>depois da escola</i>; (2) a escola de <i>tempo pleno</i>, para o ensino primário; e (3) o <i>tempo prolongado</i>, para o secundário.</li> <li>✓ As atividades se desenvolviam nas escolas ou em instalações da comunidade, e eram financiadas pelos municípios ou pelo governo regional.</li> <li>✓ A Itália, diferentemente da Alemanha e da Dinamarca, não tinha tradição de oferecimento de atividades de tempo livre, o que ocasionava dificuldades para a organização do sistema escolar.</li> </ul>
<b>Espanha</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A discussão sobre a jornada escolar foi intensa e variada, de acordo com a região.</li> <li>✓ Nas Comunidades Autônomas dependentes do Ministério da Educação e Ciência, não havia iniciativas de mudança de jornada escolar até 1992.</li> <li>✓ O Conselho de Educação das Canárias autorizou a mudança de jornada partida para jornada contínua contanto que fosse aprovada por 3/4 dos professores, pelo conselho escolar e por 3/4 dos pais mediante voto secreto.</li> <li>✓ A Andaluzia, além de estabelecer prazo até o ano de 2000 para as possíveis mudanças, contratou uma comissão de especialistas para estudar o assunto e orientar a implantação da reforma. Daí a distinção de três tipos de jornada (da escola, do aluno e do professor) e a proposta de três modelos distintos de organização da jornada, tendo em comum a carga horária de aula para os alunos de 25 horas semanais e para os docentes, 30 horas de trabalho.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria (2017), com base em Maurício (2014, pp. 40-51)

Gonçalves (2006) afirma que a escola de tempo integral no Brasil surgiu a partir da década de 1980 com os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), popularmente denominados de “Brizolões”, idealizados pelo antropólogo Darcy Ribeiro. O discurso que se produzia em terras brasileiras nesse momento era o de implantar escolas de tempo integral seguindo modelos e propostas de países desenvolvidos, desconhecendo-se que a jornada escolar ampliada nesses países se assentava em valores outros, culturalmente diferentes do Brasil (Maurício, 2014), como nos indicam, no caso da Europa, os seguintes traços distintivos apontados por Maurício (2014, p. 33): “a diversidade europeia não nos é familiar, tal a diferença do que chamamos diversidade no Brasil”; e, “na Europa, na maioria dos países, o ensino escolar é gratuito, mas não a alimentação e qualquer outro serviço não curricular, mesmo que oferecido no espaço escolar”. A essas questões Maurício (2014, p. 34) acrescenta as características brasileiras, que “limitam a configuração dos sistemas de ensino: (i) profunda desigualdade social; (ii) distribuição irregular de vagas nas escolas, de acordo com a região, com impacto sobre a necessidade de transporte; (iii) infraestrutura, em geral, precária, inclusive a de transporte”. Além disso, há de ser consideradas peculiaridades de países europeus citadas por Maurício (2014, p. 1), como: (i) “as atividades não curriculares pagas, como também a refeição”; (ii) as atividades não são oferecidas pela equipe escolar e a integração ao currículo não é uma meta”.

Outrossim, as discussões sobre a escola de tempo integral têm gerado consensos e divergências quanto à sua função, ao papel que pode exercer perante a sociedade e as novas concepções que delas surgem relativamente à escola e ao conjunto de atividades que deve executar na tentativa de desenvolver as múltiplas potencialidades dos alunos. Nesse sentido, apesar de as discussões terem apontado algumas fragilidades das políticas em sua implementação, as divergências situam-se, sobremaneira, em concepções de mundo, de atuação educacional do estado e sua responsabilização, de escola e de sua reorganização, revelando ainda a necessidade de se estender a ampliação do tempo aos professores, de se repensar o “tempo de cuidado” (Pereyra, 2005 apud MAURÍCIO, 2014, p. 48), quebrando a “obsoleta e rígida organização temporal que prevalece em nossas instituições escolares”. (CARIDE GÓMEZ e MORÁN DE CASTRO, 2005, p. 69 apud MAURÍCIO, 2014, p. 40)

Seguindo essa discussão, Caride Gómez e Morán de Castro (2005 apud MAURÍCIO, 2014, p. 39) se reportam a quatro tempos com os quais se envolve no cotidiano a criança escolarizada, havendo, conforme os autores, nessas modalidades de jornada sobrecarga de atividades e tarefas para os alunos:

(...) o tempo familiar, que diz respeito ao lar e aos que aí convivem; o escolar, delimitado por calendário e horários letivos, por dia, semana, mês ou curso; o peri-escolar, que inclui diversas atividades, como deveres, aulas particulares, transporte; e o extra-escolar, o tempo livre, cujas atividades são opção do próprio aluno ou de seus familiares.

Fundada em outras concepções acerca do processo educacional, o que por si só altera e reconfigura instituições sociais e papéis de atores diretamente envolvidos com esse processo, as discussões sobre a educação integral redimensionam o campo de atuação política, configurando e destacando as habilidades multidimensionais de crianças e adolescentes destinatários da educação; e ampliam as atividades desenvolvidas na escolas e as desenvolvidas fora dela numa tentativa de conceder-lhes oportunidades de aprendizagens que não eram contempladas na rotina dura da escola tradicional. Nesse sentido, convém destacar os ensinamentos de Guará (2016) e Gonçalves (2006):

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. Ao colocar o desenvolvimento humano como horizonte, aponta para a necessidade de realização das potencialidades de cada indivíduo, para que ele possa evoluir plenamente com a conjugação de suas capacidades, conectando as diversas dimensões do sujeito

(cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica). (GUARÁ, 2006, p.16).

O conceito mais tradicional encontrado para a definição de educação integral é aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão biopsicossocial.

Acrescentamos, ainda, que o sujeito multidimensional é um sujeito desejante, o que significa considerar que, além da satisfação de suas necessidades básicas, ele tem demandas simbólicas, busca satisfação nas suas diversas formulações de realização, tanto nas atividades de criação quanto na obtenção de prazer nas mais variadas formas. (GONÇALVES, 2006, p. 130).

Destaque-se que, com base nessa concepção acerca do homem como um ser possuidor de uma condição multidimensional que deve ser trabalhada na escola, termo consensual entre os autores, a literatura especializada tem cunhado as mais diversas nomenclaturas para abranger e descrever os esforços em ampliar esse tempo da escola: “educação em tempo integral”, “escola de contraturno”, “educação integral”, “jornada ampliada”, “educação integral e integrada” (MONTEIRO; SCAFF, 2015, p. 13), havendo um esforço didático, no campo teórico, para estabelecer distinção entre educação integral e escola de tempo integral e pontuando as aproximações que lhes são inerentes e extensivas. É de se destacar, nesse sentido, a sistematização teórica e didática apresentada por Cavaliere (2010) e Moll (2010):

**Educação integral.** Ação educacional que envolve diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. Quando associada à educação não-intencional, diz respeito aos processos socializadores e formadores amplos que são praticados por todas as sociedades, por meio do conjunto de seus atores e ações, sendo uma decorrência necessária da convivência entre adultos e crianças. (...) Quando referida à educação escolar, apresenta o sentido de religação entre a ação intencional da instituição escolar e a vida no sentido amplo (CAVALIERE, 2010).

**Escola de tempo integral.** Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (MOLL, 2010).

Nesse quadro de discussões teóricas, há autores que veem com grandes vantagens a instituição de escolas de tempo integral, reconhecendo nessas propostas oportunidades de exercício da cidadania e ampliação de oportunidades educativas, notadamente no que se refere à oferta de atividades às crianças e adolescentes de classes socialmente desfavorecidas, atividades que possibilitarão desenvolver seus aspectos multidimensionais, ampliando o leque

de atividades desenvolvidas sem muita criatividade pela tradição escolar. Para Gadotti (2009, p. 38),

(...) a escola de tempo integral deve proporcionar estudos complementares e atividades de esporte, cultura, lazer, estudos sociais, línguas estrangeiras, cuidados de saúde, música, teatro, cultivo da terra, canto, ecologia, artesanato, corte e costura, informática, artes plásticas, potencializando o desenvolvimento da dimensão cognitiva e ao mesmo tempo afetiva e relacional dos alunos, entre outras.

De forma geral, há certa preocupação com o encaminhamento que se tem dado a essas políticas de educação integral e, por consequência, por instituição de tempo integral nas escolas brasileiras, em razão de diversos fatos. Essas preocupações apontadas em estudos pós-implantação e com fundamento em análises de experiências de algumas escolas centram-se em muitos aspectos que merecem detida observação, os quais serão citados aqui, entre outros: (i) preocupação se a escola realmente operou alguma mudança com a política que lhe foi encaminhada ou se houve apenas uma acomodação em suas estruturas físicas, permanecendo rotinas antigas; (ii) preocupação com a realidade das escolas brasileiras no tocante à infraestrutura e à necessária logística para viabilizar as atividades demandadas, a exigirem deslocamentos e acolhimentos necessários; (iii) preocupação com o atingimento das metas constantes das propostas e sua repercussão na melhoria dos resultados dos alunos; (iv) preocupação com os recursos humanos mobilizados para a execução das atividades dessas políticas nas escolas (professores, alunos, direção, eventuais profissionais externos) e eventuais deslocamentos, visitas; (v) formação e qualificação docente, considerando a maior disponibilidade de tempo (da escola, do aluno, da sociedade, das equipes diretivas e dos professores); (vi) preocupação com a viabilidade econômica e financeira das propostas; (vii) preocupação com esse novo encargo social atribuído à escola, considerando a ampliação do conceito de escola e de sua organização ou mesmo se a escola deveria ser responsável pelo encargo que lhe é atribuído.

São questões norteadoras da pesquisa; (i) quem são os profissionais que trabalham na biblioteca da escola de tempo integral de Santarém, quais são as atividades desenvolvidas nesse espaço e que demandas são criadas e (ou) atendidas? (ii) que ferramentas/instrumentos são disponibilizado(a)s/utilizado(a)s na biblioteca da escola de tempo integral estudada como apoio na consecução das atividades escolares?; (iii) como a biblioteca interage com o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola? (iv) como a biblioteca foi pensada e planejada nos

documentos institucionais da escola (projeto político pedagógico)?; (v) qual é a percepção de professores, alunos, bibliotecário e gestor sobre o “lugar” da biblioteca?

O registro dessas percepções poderá revelar o grau de satisfação desses atores com a biblioteca e apontar o ideal comum de biblioteca por eles desejado e o cumprimento ou não da função atribuída socialmente à biblioteca escolar. Como aporte teórico para o estudo, citam-se: (i) na discussão relativa à biblioteca escolar: Valentim (2016); Limas e Campello (2017); Durban Roca (2012); Campello *et al.* (2008); Britto (2014) Campello (2012), Campello (2016); (ii) na discussão relativa à educação integral e à escola de tempo integral: Cavaliere (2007); Cavaliere (2010); Colares (2015); Gadotti (2009); Moll (2012); Gonçalves (2006); Maurício (2014); (iii) na discussão mais ampla, envolvendo a biblioteca escolar, a cultura escrita e a sociedade da informação e do conhecimento: Chartier (1998); Chartier (2002); Chartier (2007).

A biblioteca escolar pode – equipada e com recursos necessários – contribuir com as políticas indutoras de educação integral, possibilitando, com base no acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, a formação integral de alunos, promovendo o exercício da cidadania e fomentando formas de resistências contra o cotidiano alienante e outras formas de dominação. Com este entendimento, esta pesquisa procura compreender o lugar da biblioteca em uma escola de tempo integral no município de Santarém/PA, revelando, em consequência, a situação das bibliotecas escolares no município e na Amazônia.

## 1.1 Interesse pelo tema

Para demonstrar com exemplos e acuidade meu interesse pelo tema *biblioteca escolar* (acrescente-se aqui que poderia ser apenas biblioteca pública), serão feitos usos de três justificativas. Será preciso, primeiramente, destacar os aspectos relacionados com a minha formação, seja na constituição de uma vivência escolar e acadêmica previsível e limitada, talvez institucionalizada, seja na sedimentação desinteressada do proposto pelo conceito alemão de formação (*Bildung*)<sup>1</sup>, numa acepção mais ampla e profunda do termo *formação*

---

<sup>1</sup> O termo alemão *bildung*, que se traduz habitualmente por formação, significa a cultura que deve possuir o indivíduo como resultado da sua formação, bem como o processo que a caracteriza. Designa o modo especificamente humano de dar forma às disposições e capacidades naturais do homem e, por isso, o tempo (histórico) e a autoapropriação do sentido da transformação, que a cada um assiste, são dimensões essenciais à *bildung*. (GADAMER,1977). A ideia de *bildung* supõe um movimento interativo entre quem aprende, o que aprende e para que, permitindo que a questão essencial da formação não seja apenas o que devem saber, mas em que devem tornar-se os sujeitos para poderem cumprir o seu destino humano. (MOURAZ, 2015)

*cultural*, talvez termo apropriado para um momento em que a escola concentra-se na preparação para o mercado de trabalho e no cumprimento rigoroso de conteúdos previamente definidos, sem se atentar para a formação cultural.

Nesse sentido, remonto aqui com muita saudade os momentos em que, ainda no ensino fundamental e talvez imaturo para compreender um mundo maravilhoso que se descortinava perante meus olhos, tal qual abre para o eu lírico do poema *A Máquina do Mundo*, de Carlos Drummond de Andrade ("Abriu-se em calma pura, e convidando/quantos sentidos e intuições restavam/a quem de os ter usado os já perdera"). Estou a falar da Biblioteca Paulo Rodrigues dos Santos (a Casa da Cultura), localizada em Santarém/PA, lugar onde iniciei as primeiras viagens singulares que a leitura me possibilitou, sem custos excessivos, mas com bônus inestimáveis. Ali tive os primeiros contatos com Nietzsche, Kafka, Shakespeare, Dostoievski, Ésquilo, Sófocles, Sêneca e com outras almas brilhantes e ali uma formação sólida, mesmo no alvorecer da vida, inspirada nos ensinamentos dos exemplos dos grandes e consagrados autores ("*Melius homines exemplis docentur, quae imprimis hoc in se boni habent quod approbant quae praecipiant fieri posse*")<sup>2</sup>. Tornou-se, no contexto de profundas dificuldades e desvalorização com que espaços públicos lidam, elementar e uma missão compreender, talvez apontar soluções que visem à sua correta utilização, a biblioteca escolar.

Em segundo lugar, sempre me causou desconforto conviver com o discurso dominante (e aceitá-lo, talvez o encargo mais difícil) no meio acadêmico, no ambiente escolar e fora da escola e até nas conversas mais informais das atividades cotidianas acerca da precariedade e do fracasso das bibliotecas escolares, incluindo neste fracasso diversas situações, como: precariedade do acervo e da infraestrutura, inutilização por parte de professores, pelos alunos e pela escola, convívio difícil no contexto da sociedade da informação e do conhecimento, ausência de projetos que a envolvam, ausência em documentos institucionais da escola, ausência de profissionais especializados para trabalhar na biblioteca, crise de identidade da biblioteca, entre outros. Nesse cenário desolador, compreender a função social da biblioteca escolar e conhecer experiências bem-sucedidas e mecanismos que pudessem fazer face a esse quadro parece ser de fundamental importância e relevância social e educacional, tentando compreender se a biblioteca escolar tem algum sentido para os alunos, professores e corpo diretivo. Seria, grosso modo, necessário compreender o porquê de a biblioteca não funcionar, como assegura o discurso dominante, e entender as causas, caso na escola estudada se comprovasse esse discurso do fracasso. Certamente, o aporte teórico e a biblioteca estudada

---

<sup>2</sup> Melhor aprendem os homens com os exemplos, porque estes têm, antes de tudo, esta vantagem: provarem o que ensinam. (Plínio Júnior apud BRANDÃO, 1963)

poderiam apontar para possíveis respostas a estas perguntas: Por que os alunos visitam ou deixam de visitar a biblioteca escolar? Como superar as práticas que sustentam esse discurso fundado no fracasso? Que mecanismos poderiam ser utilizados para contrapor-se à hegemonia desse discurso?

Em terceiro lugar, destaca-se a crença de que a biblioteca escolar, caso utilizada pela escola e aprimoradas as formas de funcionamento, poderia ser uma aliada de primeira ordem no processo educacional. Dessa crença, surgiu a escolha do objeto da pesquisa: uma biblioteca de uma escola de tempo integral da rede municipal de ensino, localizada na área urbana do município de Santarém/PA. A escolha da escola justifica-se pela crença de que, nas escolas de tempo integral, a biblioteca, considerando a maior permanência dos alunos e a possibilidade, em decorrência da ampliação desse tempo, de execução de atividades mais eficazes e interdisciplinares, poder ser uma aliada em processos educacionais efetivos e eficazes de aquisição da cultura.

Por fim, motivou-me a pesquisar sobre biblioteca escolar a inexistência de estudos e pesquisas locais que contemplem a biblioteca da escola de tempo integral ou no contexto da educação integral. Citam-se aqui, no âmbito nacional, o Relatório do Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada - Região Norte do Brasil, documento no qual a biblioteca é mencionada nas tabelas intituladas: (i) “Espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013”; (ii) “Espaços das cidades mais utilizados para a realização das atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013”. Trata-se de relatório elaborado com base em estudo quantitativo, organizado pela Universidade Federal do Pará, acerca dos resultados da pesquisa do *Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada na Região Norte*, no âmbito do Programa Mais Educação (PME), no período de 2013 e 2014.

Estudos há, tanto em outras localidades do País quanto em Santarém/PA, sobre a educação integral, a escola de tempo integral e o Programa Ensino Médio Inovador (Proemi). No caso específico de Santarém/PA, há estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará e em regime de cooperação com outras Instituições de Ensino Superior. A título de exemplo, citam-se: (i) pesquisa sobre as ações da Secretaria Municipal de Educação (Semed) no período de 2008 a 2014 para atender aos princípios da educação integral e as

iniciativas locais de ampliação do tempo escolar (FERREIRA, 2016); (ii) estudos publicados no livro *Escola de Tempo Integral: registros, análise e perspectivas em Santarém/PA*, sob a organização da Professora Doutora Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares, obra lançada pela Editora CRV em 2015. Os textos que integram o livro são oriundos do trabalho de conclusão do curso de aperfeiçoamento *A escola e a cidade: políticas públicas educacionais*, vinculado à Diretoria de Currículo e Educação Integral (DICEI/SEB-MEC), realizado em parceria firmada entre a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a 5ª Unidade Regional de Ensino (5ª URE/PA) e a Secretaria Municipal de Educação de Santarém/PA (COLARES, 2015). (iii) publicação do livro *Educação Integral: concepções e práticas à luz dos condicionantes singulares e universais*, sob a organização das professoras Sinara Almeida da Costa e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (COSTA; COLARES, 2016), que reúne estudos e reflexões de pesquisadores da Unicamp, da Unir e da Ufopa sobre educação integral e sua repercussão no município de Santarém, no âmbito do projeto *As experiências pedagógicas das políticas de educação integral na Amazônia: Rede de pesquisa e formação acadêmica*, resultante de regime de cooperação entre essas três instituições, por meio do Plano Nacional de Cooperação Acadêmica (Edital n. 71/2013-PROCAD/CAPES), iniciativa do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/Ufopa). Esta pesquisa, contudo, de forma a complementar e a preencher lacunas deixadas nos estudos citados, considerando que a temática não foi tratada neles, fará um recorte, tendo como objeto de investigação a biblioteca de uma escola de tempo integral, no período de 2012 a 2018.

Pretendia-se, inicialmente, estudar, com submissão de projeto e realização de provas em 2016 da seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Ufopa), a contribuição da Biblioteca Paulo Rodrigues dos Santos para o município de Santarém/PA, considerando que os alunos eram encaminhados a essa biblioteca para realização de pesquisa e que não havia outra biblioteca pública que fosse referência no município. Posteriormente, pensou-se em estudar as bibliotecas públicas municipais da área de abrangência da Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, Juruti, Itaituba, Alenquer, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, com provas feitas e projeto bem-sucedido no certame do PPGE/Ufopa para o ingresso em 2017.

Frequentando as aulas das disciplinas do mestrado, deparei-me com o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (Histedbr/Ufopa), tendo como líderes do grupo: os Professores Doutores Anselmo Alencar Colares e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, vinculado ao Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e

Educação no Brasil” (Histedbr), coordenado pelo Prof. Dr. Dermeval Saviani, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e passei a integrá-lo, participando das atividades do Quarta com Ciência, evento em que se discutem temas e textos voltados a duas linhas: Educação na Amazônia: história e memória; e Formação de professores, Política e Gestão Educacional.

O contato com esses textos e com a produção intelectual materializada nas dissertações de mestrado e artigos publicados em livros pelos membros do Grupo me incentivou a investigar a biblioteca de uma escola de tempo integral no município de Santarém/PA, procedendo-se, assim, às alterações do projeto inicial e direcionando a pesquisa em para três eixos fundamentais: educação integral, escola de tempo integral e biblioteca escolar, considerando o papel da biblioteca nas escolas de tempo integral.

Antes da realização desta pesquisa, com base em minha experiência de leitor em bibliotecas públicas no município de Santarém, notadamente na Biblioteca Paulo Rodrigues dos Santos, visitante de sebo, definido por Aulete (2018) como “livraria onde se vendem livros usados”, e frequentador da biblioteca da escola onde estudei o ensino fundamental e médio ou como organizador de minha biblioteca particular, tinha por hipótese inicial, considerando os inestimáveis benefícios que as bibliotecas me proporcionaram e maior permanência de alunos na escola de tempo integral, a crença firme e dura de que professores não frequentavam a biblioteca da escola com seus alunos, fator decisivo para as complexas questões de déficit de leitura no Brasil, acarretando consequências negativas nos resultados escolares, na formação humana dos alunos e no incentivo à leitura. Ao longo da pesquisa, observando a realidade concreta da biblioteca da escola estudada, escutando os relatos de atores da comunidade escolar, mais ainda se reforçaram os entendimentos de que a biblioteca pode ser um diferencial na formação humana e o primeiro contato de alunos, notadamente das classes sociais desprestigiadas financeiramente, com o conhecimento elaborado pela humanidade, funcionando como um contraponto questionador de uma sociedade assentada em valores que cultivam o imediato. Negar esse contato aos alunos parece ser tão prejudicial quanto não frequentar a biblioteca com seus alunos. Mais grave ainda quando se observa que também muitas bibliotecas não oferecem boas condições ou condições razoáveis, de forma que não frequentar a biblioteca não pode ser compreendido como um ato censurável no todo, mas sim elemento questionador da ação do Estado. Esta última situação me fez rever a hipótese inicial e deslocar a responsabilidade atribuída inicialmente aos professores.

Dois pressupostos essenciais me impeliram a realizar esta pesquisa: i) não se justifica somente a garantia da ampliação do tempo escolar, da jornada. Será necessária a garantia da formação por meio das oportunidades educacionais promovidas inclusive pela biblioteca; ii) a biblioteca deve ser compreendida como recurso educacional, no rigor etimológico do termo.

## **1.2 Percurso Metodológico**

Com a finalidade de compreender e analisar como funciona a política pública voltada para a educação integral e para a escola de tempo integral, por meio de estudo de implementação com recorte temporal relativo a 2012-2018, política pública tratada em documentos expedidos pelo Governo federal, foi feita esta pesquisa, por meio de estudo de uma escola de tempo integral no município de Santarém/PA, relativamente à biblioteca localizada nessa escola, observando como essas políticas se articulam com a biblioteca e quais são as ações concretas do Estado para direcionar a implementação dessas políticas no programa proposto para as bibliotecas. Serão vistos, dessa forma, aspectos relativos à infraestrutura física das bibliotecas (o lugar destinado à biblioteca e eventual outra nomenclatura que lhe seja atribuída) e a percepção dos sujeitos diretamente envolvidos com a biblioteca (bibliotecário, professores, alunos-usuários, gestor da escola), bem como identificados outros eventuais atores, no decorrer do estudo, importantes na história e no funcionamento dessa biblioteca. O registro dessas percepções poderá revelar o grau de satisfação desses atores com a biblioteca e apontar o ideal comum de biblioteca por eles desejado e o cumprimento ou não da função atribuída socialmente à biblioteca escolar.

Considerando as características do tipo de pesquisa a ser realizada, será adotada a pesquisa qualitativa, documental, descritiva e bibliográfica para atingir os objetivos pretendidos. Flick (2009, p. 8) afirma, sobre a pesquisa qualitativa, “que esse tipo de pesquisa visa abordar o mundo ‘lá fora’ e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes”. Segundo Gil (2008, p. 7), (i) a “pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.”; (ii) a “pesquisa descritiva tem como finalidade descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas

peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc.”; (iii) a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”.

A pesquisa concretizou-se mediante visita *in loco* e seguiu as seguintes fases (i) levantamento bibliográfico de referenciais teóricos relativos às bibliotecas públicas escolares e sobre as políticas indutoras da educação integral e da escola de tempo integral, levantamento registrado em fichas temáticas e pesquisa bibliográfica pertinente; (ii) pesquisa em documentos institucionais impressos nos acervos da biblioteca e na escola que indiquem: planejamento escolar que inclua a biblioteca (projeto pedagógico, currículos, normativas internas), controles de acesso e de atividades desenvolvidas e de pesquisas realizadas, fotografias dos locais e demais registros ou memórias da biblioteca; (iii) consulta e análise dos instrumentos institucionais de que se valem as bibliotecas para registrar a memória, as construções, adaptações e alterações nos seus espaços e controle de suas atividades por meio de relatórios institucionais encaminhados pela direção/administração às instituições que a supervisionam para prestar informações; (iv) documentos das escolas que comportem instruções acerca da educação integral e do uso da biblioteca nas atividades propostas; (v) amostragens com alunos e professores sobre a prioridade dada à biblioteca.

Optou-se, na pesquisa documental, pela análise de documentos institucionais (i) da Secretaria de Educação do Município de Santarém, sendo colhidos dados do Plano de Ações Articuladas do Município de Santarém (PAR 2016/2017); do Plano Municipal de Educação (PME – 2015/2025), aprovado pela Lei n. 19.829/2015; e do Ofício n. 411/2017, de 26 de dezembro de 2017, da Secretaria Municipal de Educação, tendo ainda sido feita pesquisa no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Vereadores de Santarém/PA, sem nada encontrar; (2) da escola municipal, lugar da pesquisa *in loco*, onde foi possível obter informações do Projeto Político-Pedagógico: educação para a cidadania (2014-2017) e aplicar questionários aos alunos, aos professores, ao gestor e ao bibliotecário e utilizar um formulário para observações, dividido em 10 eixos temáticos, elaborado para a finalidade específica de observar a biblioteca da escola; (3) síntese dos seguintes dispositivos legais: a) Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências; b) Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro; c) Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e

dá outras providências; d) Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País; e) Portaria Normativa Interministerial n. 17/2007, editada pelos Ministros de Estado da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura, que institui o Programa Mais Educação; f) Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Programa Mais Educação; g) Relatório do Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada – Região Norte do Brasil.

Quanto à pesquisa bibliográfica, esta recorreu a campos complementares: Educação integral, escola de tempo integral e biblioteca escolar. Do aporte teórico, podem-se citar como obras centrais: (i) na discussão relativa à biblioteca escolar: Valentim (2016); Limas e Campello (2017); Durban Roca (2012); Campello *et al.* (2008); Britto (2014); Campello (2012); (ii) na discussão relativa à educação integral e à escola de tempo integral: Cavaliere (2007); Cavaliere (2010); Colares (2015), Cardoso (2018); Gadotti (2009); Moll (2012); Gonçalves (2006); Maurício (2014); (iii) na discussão mais ampla, envolvendo a biblioteca escolar, a cultura escrita e a sociedade da informação e do conhecimento: Chartier (1998); Chartier (2002); Chartier (2007).

No que se refere à pesquisa *in loco*, utilizaram-se os seguintes instrumentos para produção dos dados: (i) questionários aplicados aos alunos do 4º e 5º anos, aos professores, ao bibliotecário e ao gestor da escola estudada; (ii) roteiro de observações com 10 eixos temáticos.

Adotou-se também, como fonte de informação, consulta constante ao sítio eletrônico do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (Gebe), da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (<http://gebe.eci.ufmg.br/>), que “integra pesquisadores e estudantes em torno de atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas especialmente a questões sobre a função educativa da biblioteca, procurando uma melhor compreensão do potencial dessa instituição como espaço de ação pedagógica.”. Além de consulta ao Gebe, realizou-se pesquisa no banco de tese da Capes e da Unicamp, sem nada ter sido encontrado relativamente ao estudo da biblioteca no âmbito da educação integral ou da biblioteca no contexto de uma escola de tempo integral.

Do ponto de vista operacional da pesquisa bibliográfica realizada, cumpre destacar que foram feitos resumos e resenha de livros e de artigos no correr das leituras realizadas e, sempre que possível, confrontos e associações das ideias apresentadas. Esse procedimento visa interferir em duas linhas de frente: a) considerando o tempo da pesquisa certamente

exíguo para os propósitos a serem alcançados, essa ação viabilizaria as leituras desejadas e fomentaria amadurecimento intelectual, pois deduções e induções seriam feitas; b) os procedimentos e medidas relativas à escrita possibilitariam um retorno posterior ao texto, aperfeiçoando e testando as ideias. Para a realização da pesquisa, foram estabelecidas as seguintes questões norteadoras: 1. Quem são os profissionais que trabalham na biblioteca da escola de tempo integral em Santarém, quais são as atividades desenvolvidas nesse espaço e que demandas são criadas e (ou) atendidas? 2. Que ferramentas/instrumentos são disponibilizados(a)s/utilizado(a)s na biblioteca da escola de tempo integral estudada como apoio na consecução das atividades escolares? 3. Como a biblioteca interage com o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e no apoio às atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico? 4. Como a biblioteca foi pensada e planejada nos documentos institucionais da escola, como o projeto-político pedagógico? 5. Qual é a opinião de professores, alunos, bibliotecário e gestor da escola sobre o “lugar” (importância/utilização/prestígio) da biblioteca?

### **1.2.1 Implementação de política pública**

Esta pesquisa tem como escopo compreender e analisar como funciona a política pública voltada para a educação integral em uma escola da rede municipal de ensino de Santarém/PA, considerando a biblioteca parte dessa política, tratada e regida por documentos do Governo federal e executada pelo Governo municipal. Será feita, por meio de estudo empírico, análise de um recorte da implementação nessa escola no ano de 2012 (ano de criação da escola) a 2018, observando como essas políticas se articulam com a biblioteca e quais são as ações concretas para direcionar a implementação no programa proposto para as bibliotecas. Serão vistos aspectos relativos à infraestrutura física da biblioteca (o lugar destinado à biblioteca e eventual outra nomenclatura que lhe seja atribuída, caso exista) e a percepção dos sujeitos diretamente envolvidos com a biblioteca no plano micro, o escolar (bibliotecário, professores, alunos, gestor) e identificados outros eventuais atores importantes na história e no funcionamento dessa biblioteca.

O percurso da pesquisa se inicia com a análise da previsão legal, no contexto da educação integral e em outros diplomas legais que tratam da biblioteca escolar no plano federal, analisa os documentos do município que tratam da biblioteca e observa de forma mais

detida a situação de uma escola de tempo integral no município de Santarém, abrangendo o recorte temporal de 2012-2018.

O registro dessas percepções, seja por meio de produção de dados obtidos dos sujeitos da pesquisa, seja por meio da análise da documentação previamente selecionada, tanto na esfera federal quanto na municipal, poderá revelar o grau de satisfação desses atores com a biblioteca, apontar o ideal comum de biblioteca por eles desejado e denunciar o cumprimento ou não da função atribuída socialmente à biblioteca escolar, bem como questionar se o propósito da educação integral se realiza na escola estudada. Pode ainda apresentar instrumentos para interpretar a implementação da política pública no município de Santarém, sendo a biblioteca escolar parte dessa política, e revelar a sua efetividade e eventual fracasso ou sucesso, considerando o potencial que nela existe para tornar a escola tradicional em outra realidade, para potencializar práticas educativas inovadoras e colaborar para o “ensino-aprendizagem de saberes que transcendem o senso comum e se ancoram no senso crítico e questionador da cultura científica, com papel significativo na formação intelectual dos estudantes” (CARDOSO, 2018, p. 8). Poderá ainda, a título de registro, revelar, considerando a natureza específica da fase de implementação, como o necessário processo cooperativo entre agências diferentes contribuíram para viabilizar ou não os propósitos da educação integral destinada ao município.

Grosso modo, políticas públicas (*policy*) são o resultado das iniciativas empreendidas pelo Estado direta ou indiretamente, por meio de programas, ações ou de outros instrumentos jurídicos válidos de que dispõe<sup>3</sup>, com o fito de por em prática as previsões legais contidas em normas e em instrumentos jurídicos que disciplinam essas ações. No caso do Estado brasileiro, abrangem essas políticas três entes federativos: a União, os estados e os municípios e, pelo regime de colaboração característico do Estado brasileiro, as ações são executadas em parceria, ficando um ente federativo responsável pela supervisão e pela formulação de diretrizes gerais, e outro responsável pela execução.

Destinam-se a atender às demandas sociais criadas ou imaginadas pelo Estado ou pelo cidadão, de forma mediata ou imediata, havendo nas ações/decisões do Estado certa intencionalidade em face da realidade coletiva. São respostas a problemas (e ou) a questões surgidas ou antecipação de resposta a problemas possivelmente previstos e decorrem sempre da opção do agente em fazer ou deixar de fazer o que lhe compete direta ou indiretamente,

---

<sup>3</sup> Para Souza (2016, p. 26) “políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas.”

considerando um conjunto de fatores que envolvem a tomada dessa decisão (agenda, arenas decisórias, atores diversos envolvidos, recursos, interesses).

Teoricamente, há certa convergência conceitual entre alguns autores (LYNN, 1980; PETERS, 1986; e DYE, 1984 apud BRANCALEON et. al., 2015)) quanto à compreensão da política pública como a atuação promovida pelos governos de forma a influenciar a vida dos cidadãos. Destaca-se, nesse sentido, com impacto centrado no destinatário das políticas públicas, a clássica conceituação de Laswell, para quem a análise das políticas públicas exige que se responda aos seguintes questionamentos: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006)

Theodor Lowi (1964; 1972 apud SOUZA, 2006) sistematizou os tipos de políticas públicas, sistematização seguida em muitos modelos e análises sobre a questão: 1. Políticas públicas distributivas, políticas distributivas, formato relacionado a tomadas de decisões de governos que geram impactos mais individuais do que universais e desconsideram a limitação de recursos; 2. Políticas públicas regulatórias, formato que envolve burocracia, políticos e grupos de interesse; 3. Políticas públicas redistributivas, formato que impõe perdas e ganhos para grupos sociais diferentes; e 4. Políticas públicas constitutivas, formato que se ocupa com os procedimentos.

A análise de um micro espaço da escola – a biblioteca – no que se refere à participação de alunos e professores nas atividades, verificando se de fato ela funciona no conjunto da escola e no conjunto das políticas de educação integral, se obtém resultado conforme previsto, revelará, mesmo que este não seja o propósito específico desta pesquisa, o atingimento ou não do que se compreende como parte do processo do que é “feito depois, por acréscimo” (PEREZ, 2010, p. 1881)

Esta pesquisa verificará a situação da biblioteca da escola de tempo integral da área urbana do município de Santarém/PA para, a partir da análise do sentido que adquire para alunos, professores, gestor, bibliotecário, nas práticas cotidianas da escola, registrar, ainda que não seja este o objetivo principal do trabalho, como ocorreu a implementação dessa política. A avaliação deste registro será feita mediante a análise da biblioteca e das condições que se impõem como facilitadora ou não das atividades administrativas e educacionais realizadas naquele espaço. (LIMA e D'ASCENZI, 2013)

## **1.2.2 Biblioteca e Formação Omnilateral**

O tema da educação integral que ora se discute no Brasil não é recente, remontando a formulações teóricas de pensadores como Aristóteles, que a compreendia como um ato a revelar todas as potencialidades humanas, tendo sido posteriormente denominada por Marx como educação omnilateral (GADOTTI, 2009). A ideia geral que se extrai da concepção de educação integral é a noção de um conjunto de ações que visa à integralidade e ao não dualismo, em contraposição à parcialidade ou à fragmentação da educação. Nesse sentido, é de se presumir que a educação deveria ser sempre integral, por que tomaria a pessoa em sua totalidade; e abranger os diversos aspectos, sejam estes mentais, sejam físicos e técnicos, a fim de atingir à formação omnilateral, conforme proposto por Marx. Esse princípio diz respeito tanto às potencialidades relativas a diversos aspectos de uma formação mais abrangente e articuladora de várias dimensões (física, mental e técnica), a serem desenvolvidas nos alunos, sustentada e defendida em alguns casos de sua efetivação na ampliação da jornada escolar para dela dar conta, como também ao conjunto de elementos curriculares a serem mobilizados para a consecução dessa integralidade, podendo essa educação ser implementada inclusive nas escolas que não possuem jornadas ampliadas ou duplas. Aliás, neste ponto, poderia ser pensado em propor educação integral, como princípio, independente da jornada da escola, pela própria natureza da educação. Seriam, assim, importantes questões problemáticas a se pensar: (i) a possibilidade de precisar ampliar a jornada escolar para possibilitar o oferecimento dessa integralidade ou mais oportunidades educativas, conforme sustenta a política federal destinada à educação integral; (ii) ou, mesmo ampliando essa jornada, não atingir essa integralidade, deixando a escola com mais tempo, mas com as mesmas práticas e as mesmas deficiências formativas; (iii) ou, em não havendo a ampliação, sustentar isto como uma causa para não oferecer a educação integral, o que seria de todo prejudicial à essência da educação. Deste modo, parece evidente que não se pode estabelecer uma relação direta entre ampliação de jornada e oferecimento de educação integral, podendo isto ocorrer ou não, a depender do propósito da escola e dos documentos que a regem.

A escola será, conforme a tradição lhe atribui, o local por excelência onde essa formação omnilateral poderá ocorrer, pois será ela que desenvolverá a formação humana plena do “fazer e do pensar – a superação da monotecnia pela politécnica”: (LOMBARDI, 2010 apud SILVA, 2015), fomentando a integralidade mediante utilização de atividades e recursos diversos. Deve conseqüentemente promover a emancipação pelo domínio e pela apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela a humanidade, devendo ser

única neste papel, momento em que a formação de trabalhadores com domínio dos princípios científicos de produção também possibilitará a consciência das disputas que se travam no seio da sociedade.

Nesse sentido, Frigotto (2006, p. 268) defende, no debate que se cria pela disputa de projetos de sociedade e de educação, uma proposta de educação escolar “unitária e politécnica ou tecnológica – cujos eixos centrais são o não dualismo e a fragmentação e a união entre a formação intelectual e a produção material, articulando teoria e prática”.<sup>4</sup> Surge, então, a necessidade de definir que conteúdos, dentre tantos, devem ser identificados e postos à disposição dos alunos nos currículos escolares, de forma a promover a educação escolar nos termos em que propõe a concepção marxista. Saviani (1997, p. 14), com fundamento na pedagogia histórico-crítica, de vertente marxista, identifica esses conteúdos e os meios como viabilizá-los:

- a) identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação;
- b) conversão do saber objetivo em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares;
- c) provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas aprendam o processo de sua produção bem como as tendências de sua transformação.

Contudo, pressupõe-se, como medida, que a escola assuma que essa formação só poderá ser viabilizada na medida em o homem integral pretendido pelo conjunto de objetivos da formação tenha o domínio de diversos conteúdos e de atividades fundadas nas práticas sociais e que a educação promova a articulação da escola com a sociedade, possibilitando-lhe construir sua própria história.

Na visão marxista, a transformação própria da indústria – a determinação estrutural – criou as bases da educação omnilateral e politécnica, defendida por Marx, em contraponto à educação unilateral burguesa, pois demandou a necessidade de união entre instrução e trabalho industrial e, portanto, uma concepção mais ampla de educação que desse conta das transformações, centralizando o trabalho quanto princípio educativo, reforçando assim a articulação entre educação intelectual e produção material.

À noção de politécnia, defendida por Marx e fundamento da concepção marxista sobre educação, aduz Saviani este esclarecimento:

---

<sup>4</sup> Faz-se necessário aqui estabelecer que a noção de tecnologia em Marx ganha um sentido mais amplo ao reportar-se aos meios técnicos de que a classe operária se apropria e utiliza de forma cientificamente.

(...) politecnicia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionado aos diferentes fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos na formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, sua essência. (SAVIANI, 2003, p. 140)

A riqueza da proposição marxista para a educação, resumidamente, abrange a articulação da formação intelectual com os processos de produção material de um dado momento da sociedade; uma concepção de escola unitária, lugar destinado à aquisição do conhecimento produzido pela humanidade e instrumento que tem a função de estabelecer a mediação entre a vida cotidiana e as objetivações mais elevadas do gênero humano (DUARTE, 2013), condição necessária para a superação revolucionária das condições burguesas estabelecidas e instauração da sociedade comunista; a formação omnilateral e politécnica, com domínio dos fundamentos científicos, de forma a preparar o homem intelectualmente com as formas aperfeiçoadas do conhecimento para fazer face aos problemas inerentes aos meios de produção capitalista e posicionar-se perante essa realidade.

Considerando a oferta da educação integral na escola de tempo integral onde se localiza a biblioteca objeto desta pesquisa, com jornada estendida no contraturno escolar, a biblioteca dessa escola poderia cumprir, considerada a possibilidade de articular trabalho com diferentes conteúdos escolares e ser multidisciplinar, envolvendo a equipe escolar e disponibilizando acervo diferenciado, o papel de agente formador da cultura e, ao mesmo tempo, ser instrumento de contraponto ao senso comum. Para desempenhar essa finalidade de elemento fomentador da cultura, a biblioteca precisa: i) constar de projeto político-pedagógico da escola que a coloque como um elemento de discurso constante e unificado na escola, dando-lhe visibilidade e tornando-se parte integrante da escola; ii) articular atividades com toda a escola, sendo considerada a sua dimensão de formadora escolar; iii) disponibilizar materiais informacionais, considerando também o contexto das mudanças de formatos e suportes de textos; iv) possuir o acervo que reúna materiais com propósitos específicos.

Sobre o papel da escola na formação dos alunos, Carvalho (2008) afirma que a escola não tem formado leitores críticos, apesar de todos os esforços empreendidos por ela e pelos programas governamentais. Essa formação defeituosa, tomada a Edmir Perroti (1993), compreende duas ordens de problemas: uma relacionada à forma como a infância é interpretada – como consumidora do mundo criado pelo adulto; e outra relacionada ao acesso

ao livro e à leitura, implicando a existência de uma boa escola com biblioteca em funcionamento correto, necessitando, ainda, ser repensado o papel da biblioteca escolar nesse processo. Ao tempo em que requisita à biblioteca escolar o papel de formador de leitor crítico e de ser o espaço de compartilhamento de experiências, de produção cultural para crianças e jovens, devendo estes ser criadores de cultura, questiona o princípio muito difundido de que o importante é ler, é criar o hábito da leitura, sem se atentar para a necessidade de haver um “quadro de referências culturais compartilhadas” (p. 22). Cita três elementos essenciais para compreender a biblioteca escolar como um lugar de formação de leitores: (i) a coleção de livros; (ii) o ambiente representativo de um espaço de comunicação, e não apenas de informação; (iii) a existência de um mediador de leitura (bibliotecário, professor).

A biblioteca da escola de tempo integral objeto desta pesquisa deverá ser compreendida no contexto do desenvolvimento da história que determina sua criação e seus propósitos no âmbito das políticas governamentais para a implementação da educação integral no município de Santarém/PA. Deve, em razão dessa ancoragem histórica, assim, a escola estar atenta aos determinantes históricos, à realidade na qual está inserida e a suas reais contradições, compreendendo a educação escolar como manifestação do presente e como resultado das transformações histórica por que passou. Tem, nesse sentido, a escola a finalidade de promover a transformação social – e não apenas manter o *status quo* – entendida a transformação na acepção etimológica tal como apregoa Saviani (2011, p. 12):

A transformação, em sentido próprio, significa o ato de mudar a essência das coisas. Portanto, podemos concluir que, se toda transformação é mudança, nem toda mudança é transformação. Em sentido estrito, só pode ser considerada transformação aquela mudança que incide sobre a própria substância das coisas às quais se refere.

Convém, tomando como base os ensinamentos de Saviani, ainda considerar se a proposta de educação integral apresentada pelo governo e adotada na escola tem, na prática, o poder de operar a mudança na essência da escola ou apenas cumpre o papel de tentativa de melhoria da escola mediante o lançamento de uma concepção geral e inovadora de educação por meio de uma política pública para a realidade do município de Santarém, implantada de forma vertical, desconsiderando a realidade do município. Além das questões relativas ao processo de implementação, cumpre analisar se a escola, mesmo executando atividades em tempo integral, oferece essa educação integral ou se a concepção de educação proposta pela política governamental, considerando a realidade da escola, do município e, grosso modo, da educação brasileira, pode ser levada a efeito, conforme prevê a legislação específica. É

necessário considerar também se a biblioteca da escola tem oportunizado, sendo ela própria um exemplo de educação integral<sup>5</sup> (informação verbal), o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, entendido como instrumento de libertação. Nesse sentido, Gadotti (2009, p. 37) assevera que “Todas as escolas precisam ser de educação integral, mesmo que não sejam de tempo integral. Trata-se de oferecer mais oportunidades de aprendizagens para todos os alunos.”

Certamente, a incursão na escola, mesmo que esta tivesse sido limitada ao horizonte temporal menor em razão dos propósitos da produção de dados, e os relatos dos sujeitos da pesquisa, poderão apresentar indicativos se as práticas organizadas pela escola e executadas no interior dela operam no sentido de proporcionar a mudança pretendida por Saviani ou se são sucumbidas diante de fatores que alimentam uma falsa transformação, sem, contudo, alterar a essência ou a substância da forma, promovendo uma emancipação dos sujeitos, ou que se sucumbem perante os movimentos de resistência. Assim, será necessário pôr a educação a serviço de outras finalidades, promovendo uma mudança que se concretize na estrutura da sociedade (SAVIANI, 2011, p. 26), e articulá-la com a alteração da forma social existente, modificando também a maneira como a existência humana tem se constituído no curso da história.

(...) a educação é alterada nas suas próprias finalidades. Buscam-se os meios considerados mais adequados e eficazes para se atingir as novas finalidades. Aqui a referência da inovação deixa de se centrar nos métodos de ensino e nas formas de organização da instituição escolar. O critério passa a ser determinado pelos fins a atingir, consoante a observação de Gramsci que recomenda encontrar “nos fins a atingir a fonte natural para elaborar os métodos e as formas” (GRAMSCI, 1968, p. 124).

Seria possível, considerando como ponto de partida o ensino tradicional, essa transformação num nível de inovação em educação descrito acima por Saviani.

### **1.2.3 Estrutura da dissertação**

O resultado da pesquisa encontra-se distribuído em seis seções, por meio das quais foi urdida uma inter-relação entre as questões gerais que ela apresenta para discussão: a educação integral, a escola de tempo integral e a biblioteca escolar nessa escola, de forma a atingir o

---

<sup>5</sup> Observação feita pelo professor Luiz Percival Leme Britto por ocasião do exame de qualificação, em Santarém/PA, em julho de 2018.

objetivo geral proposto no projeto inicial: “Analisar a biblioteca de uma escola municipal de tempo integral de Santarém/PA no conjunto de ações previstas nas políticas indutoras da educação integral.”. Nesse sentido, as seções a seguir denominadas e descritas tiveram como escopo focalizar as discussões atuais sobre as questões propostas.

Na primeira seção, denominada *Introdução*, é apresentado, num primeiro momento, um quadro geral da educação integral e da escola de tempo integral no contexto dos estudos recentes e da teoria consolidada sobre os assuntos. Em seguida, destaca-se o interesse pelo tema, interesse fundado em quatro motivos essenciais: (i) interesse particular pela biblioteca escolar em razão de minha formação; (ii) o propósito, com a pesquisa, de compreender a função social da biblioteca no contexto de um discurso dominante acerca da precariedade e do fracasso das bibliotecas escolares; (iii) o entendimento de que a biblioteca escolar pode ser uma aliada importante no processo pedagógico; e (iv) a inexistência de estudos locais (e livros/artigos) que contemplem especificamente a biblioteca da escola de tempo integral. Em continuidade, destaca-se o percurso metodológico adotado, momento em que são trazidos para a sustentação dos posicionamentos constantes da pesquisa autores utilizados relativamente à educação integral, à escola de tempo integral e à biblioteca escolar, e descritas a natureza da pesquisa, os instrumentos e a maneira como se deram as ações do pesquisador.

Na segunda seção, intitulada *A educação integral e a biblioteca escolar: marcos legais e aspectos gerais*, discute-se as referências feitas à biblioteca pública – diretas ou indiretas – em três textos sobre a educação integral no Brasil: (i) a Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007; (ii) o Decreto n. 7.083/2010; e (iii) o Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada Região Norte.

Na terceira seção – *A biblioteca escolar*, será feita (i) contextualização da biblioteca pública, com foco na relação entre a biblioteca escolar e a educação, destacando o conceito e a evolução da biblioteca e suas funções nesse percurso histórico e discriminando os tipos de bibliotecas; (ii) discussão acerca da legislação federal pertinente à biblioteca escolar, destacando diversas espécies textos legais (decretos, leis etc.), num lapso de tempo previamente informado e com finalidade delimitada e específica; (iii) seleção das tendências dos estudos recentes acerca da biblioteca escolar; (iv) finalmente, contextualização da biblioteca na sociedade da informação e do conhecimento.

Na quarta seção – *A biblioteca escolar no Município de Santarém* –, apresentam-se informações sobre documentos legais que apresentam disposições acerca da biblioteca

escolar, revelando como o município legalmente prevê as ações dessas bibliotecas no interior das escolas.

Na quinta seção - *O locus delimitativo e resultados da pesquisa* –, serão apresentados os resultados concretos da pesquisa e analisados e interpretados os dados do estudo, com destaque para das seguintes subseções: (i) justificativa para a escolha do *locus*; (ii) apresentação e caracterização geral do *locus* da pesquisa, com localização geográfica; (iii) apresentação e caracterização dos participantes da pesquisa e da pesquisa em geral; (iv) descrição dos instrumentos da pesquisa; (v) resultados da pesquisa.

Na sexta seção – *Considerações finais e recomendações* – são apresentadas as constatações obtidas com a análise dos “achados da pesquisa”, que visaram a atender aos objetivos geral e específicos, e feitas recomendações. Esta seção apresenta a seguinte subdivisão: legislação afeta à biblioteca, biblioteca escolar objeto da pesquisa, as pesquisas sobre biblioteca escolar no município de Santarém, a escola de tempo integral no município vista pela perspectiva da biblioteca e recomendações.

## **2 A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A BIBLIOTECA ESCOLAR: MARCOS LEGAIS E ASPECTOS GERAIS**

Esta seção tem como objetivo discutir as referências feitas à biblioteca pública – diretas ou indiretas – em três textos sobre a educação integral no Brasil: (i) a Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007; (ii) o Decreto n. 7.083/2010; e (iii) o Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada Região Norte. No primeiro momento, serão definidas e descritas as diretrizes gerais que regem a implantação e a implementação da educação integral no Brasil, previstas nos três documentos legais referenciados, observando-se sua contextualização histórica e alcance de suas ações, as articulações entre os entes federativos para implementação dessas políticas e estabelecendo-se seus preceitos conceituais e fundamentais; no segundo momento, serão elencadas as possíveis referências às bibliotecas localizadas nos espaços das escolas e as localizadas em seu entorno; e, no terceiro momento, será analisado como a biblioteca pública poderia ser utilizada em benefício dos alunos e das políticas indutoras da educação integral, no contexto da contemporaneidade, no quadro da Sociedade da Informação, considerando ainda os desafios com os quais as bibliotecas se deparam na atualidade e a necessidade de prover condições adequadas para seu bom funcionamento, tendo em vista as mudanças ocorridas em processo de escrita e na disponibilização de livros com o surgimento de diversos suportes.

### **2.1 A educação integral no Brasil**

#### *a) Portaria Normativa Interministerial n. 17/2007*

A Portaria Normativa Interministerial n. 17/2007, editada pelos Ministros de Estado da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura, instituiu o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. Já no preâmbulo da portaria, fixa-se a percepção sobre a abrangência da educação integral seguida no documento: “... a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência comunitária, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais...”. Ademais, nesse mesmo preâmbulo, (i) firmam-se as dimensões das políticas voltadas para a promoção da “cidadania” e “inclusão social”, com o devido planejamento territorial das ações intersetoriais e o “papel das atividades pedagógicas sócio-educativas no contraturno escolar à

prevenção de ruptura de vínculos familiares de crianças e adolescentes”; (ii) reconhece-se a “necessidade de ampliação da vivência escolar de crianças, adolescentes e jovens, de modo a promover, além do aumento da jornada, a oferta de novas atividades formativas e de espaços favoráveis ao seu desenvolvimento”.

No Capítulo I da Portaria, são elencados os objetivos (art. 1º) e as finalidades (art. 2º) do Programa. São objetivos centrais: i) instituir o Programa; e ii) contribuir para a formação integral dos destinatários do Programa (crianças, adolescentes e jovens), mediante articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, processos e conteúdos educativos, devendo a implementação do programa ocorrer nas escolas e em *outros espaços socioculturais*, mediante a realização de “ações sócio-educativas no contraturno escolar” (parágrafo único do art. 2º), incluindo outros campos do saber e mobilizando para a “melhoria do desempenho educacional”.

Como finalidades, o Programa Mais Educação, em linhas gerais, sustenta: i) a ampliação do tempo e do *espaço educativo* e a extensão do ambiente escolar, devendo as atividades ocorrer no contraturno escolar; ii) a redução dos insucessos do aluno (evasão, reprovação, distorção da idade/série), mediante ações pedagógicas que visem ao rendimento e ao aproveitamento escolar; iii) o oferecimento de atendimento educacional especializado aos seus destinatários; iv) as ações destinadas à proteção social das crianças, adolescentes e jovens; v) a formação de sujeitos em todas as suas dimensões, aproximando ambiente educacional da diversidade cultural e promovendo interação em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, com vistas ao desenvolvimento humano, à cidadania e a solidariedades; vi) a maior interação e aproximação da escola com *seu entorno*, integrando os *equipamentos sociais* e comunitários e a vida escolar; e assistências aos entes federados.

Nos arts. 4º e 5º, há a previsão de participação articulada, para execução do Programa, entre as ações do Governo Federal, por meio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura e do Esporte, dos estados, Distrito Federal e municípios, implementadas por meio de articulação institucional e cooperação técnica, capacitação de gestores, projetos de implementação de atividades socioeducativas no contraturno escolar. No art. 6º da Portaria, são estabelecidas as diretrizes para o apoio a projetos e ações que preveem: o fomento a projetos e ações de políticas sociais e ações socioeducativas gratuitas; *ampliação* do tempo e do *espaço educativo* de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora; a *ampliação* do tempo e do *espaço educativo*, pautada pela noção de formação integral e emancipadora; a articulação, em âmbito

local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades; integração de atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes; a capacitação de gestores locais; a formação, a expressão e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens; a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada; a geração de conhecimentos e tecnologias sociais; metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em regiões mais vulneráveis; e a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, entre outros.

Segundo Cavaliere (2007, p. 1016),

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

De forma geral, e mesmo que não sejam citadas de forma direta na Portaria Normativa Interministerial n. 17/2007, as bibliotecas públicas, escolares ou não, podem, com grandes vantagens para as políticas que tratam da implementação da educação integral no Brasil, contribuir com as atividades exigidas e as articulações previstas na Portaria, considerando que elas podem ser tomadas, pelas funções sociais que exercem na sociedade, como “espaços socioculturais” onde o Programa deve ser também implementado e em espaços com vantajosas funções educativas, inclusive de contraposição às imposições ideológicas patrocinadas pela escola ou à imposição da ação pedagógica de um “arbitrário cultural” estabelecido e dominante:

(...) numa formação social determinada, a cultura legítima, isto é, a cultura dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbitrário cultural dominante, na medida em que ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 36).

Contudo, tal qual prevê uma das finalidades do Programa, a escola deverá proporcionar maior aproximação com o seu entorno, num esforço concentrado pela integração de “equipamentos sociais”, podendo ser, nessa perspectiva, pensada a possibilidade de a

biblioteca ocupar o espaço dessa integração e ser um local relevante dessa ampliação do espaço educativo consagrado tradicionalmente às escolas.

*b) Decreto n. 7.083/2010*

Editado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 27 de janeiro de 2010, no exercício de seu segundo mandato (1º: 2003-2006; 2º: 2007-2010), o Decreto n. 7.083, como texto regulamentador que juridicamente o caracteriza, regulamenta o art. 34 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001; e a Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. São oito artigos que dispõem sobre o Programa Mais Educação, do Governo Federal, programa que tem como finalidade “contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral” (art. 1º), destacando, assim, a melhoria do aprendizado. Nesse sentido, cumpre registrar que o governo reconhece a situação precária da educação básica da escola pública e tenta minimizar essa situação com a finalidade de “contribuir”, utilizando-se de dois instrumentos: (i) ampliação do tempo de permanência dos alunos que o documento pretende alcançar, este tempo como garantia da eficácia dos efeitos práticos do Decreto; (ii) oferta da educação básica em tempo integral, esta como instrumento de efetivação da ampliação do tempo de permanência.

O art. 1º do Decreto n. 7.083/2010 apresenta três parágrafos, que o detalham e o especificam. No § 1º, o documento define *educação básica em tempo integral* como “a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.”; no § 2º, estabelece que a ampliação da jornada diária será obtida com o “desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável”; e, no § 3º, prevê os *locus* de desenvolvimento das atividades a serem ofertadas pela escola: (i) “no espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola”; (ii) ou “fora dele”, isto ocorrendo com “orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos *equipamentos públicos* e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais.”

O art. 2º do referido Decreto estabelece, em sete incisos, no âmbito do Programa Mais Educação, os princípios que regem a educação integral:

- I - a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais citadas no § 2º do art. 1º;
- II - a constituição de *territórios educativos* para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com *equipamentos públicos* como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;
- III - a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares;
- IV - a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral como inspiradoras da educação integral na contemporaneidade;
- V - o incentivo à criação de *espaços educadores sustentáveis* com a *readequação dos prédios escolares*, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;
- VI - a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnicoracial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; e
- VII - a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral.

No que refere à ampliação dos espaços relativos à proposta fundamental da educação integral, segundo Canário (2004, p. 56):

“As noções de “território” e de “territorialização” ocupam, hoje, um lugar central nos debates sobre política educativa, por três razões principais: a primeira é o reconhecimento da crescente “ingovernabilidade” dos sistemas escolares; a segunda está relacionada com a difusão das funções de educação e formação, questionando a hegemonia da forma escolar e o monopólio educativo da escola; a terceira razão prende-se com a tendencial globalização, ao nível local, da acção educativa, no quadro de estratégias integradas de desenvolvimento. Se a importância e a pertinência da “territorialização” aparece como quase inquestionável, o principal erro nesta matéria consiste em falar em “territórios educativos”, mas pensar e agir em termos de “territórios escolares” (CANÁRIO, 1996). Ou seja, a construção de políticas e práticas educativas por referência a um território singular (contextualizadas) supõe um questionamento crítico e uma superação da forma escolar e da sua tendencial extraterritorialidade, de modo a que a aprendizagem não seja encarada, quase exclusivamente, num registo didáctico e técnico.”

Como se depreende dos incisos do art. 2º do Decreto, a educação integral promoverá a articulação entre as disciplinas e outros campos de saber; criará ou providenciará espaços formais ou informais onde essa educação possa efetivar-se ou desenvolver-se, os denominados “territórios educativos”; promoverá a articulação entre “políticas educacionais e sociais”; valorizará as experiências históricas de práticas dessa educação, de forma que essas práticas possam servir de modelo, assim como promoverá a alteração física de espaços e readequação de prédios escolares; proporcionará a afirmação de preceitos e valores que legitimem os direitos humanos, a diversidade, a equidade, alterando currículos e materiais

didáticos; e envolvimento de instituições sociais (sistemas de ensino, universidade), com vistas a assegurar a produção de conhecimento, a metodologia apropriada e a formação de material humano (professores), não prevendo, neste último princípio, outros “agentes educativos (gestores, especialistas, professores e estudantes)”, os quais, segundo Freitas (2016, p.146), “estão constantemente na escola e estão envolvidos em uma trama de relações políticas e afetivas. Conhecem a realidade e dispõem de meios para reprocessar os desejos advindos da política educacional traçada pelas secretarias.”.

No art. 3º, são apresentados cinco objetivos que pretende o Programa Mais Educação alcançar:

- I - formular política nacional de educação básica em tempo integral;
- II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;
- III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades;
- IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e
- V - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

Esses objetivos remetem-nos à competência privativa da União, prevista no art. 22 da Constituição Federal de 1988, ao determinar, no inciso I do art. 3º do Decreto, a pretensão de “formular política nacional”; e, nas escolas onde for implantada a educação básica em tempo integral, possibilitar a promoção do diálogo entre conteúdos escolares e saberes locais; a convivência, considerando a ampliação de tempo de permanência na escola e as novas interações a serem criadas entre alunos, professores e as suas comunidades; preocupação em divulgar experiências das escolas, talvez esta preocupação advinda de lançamento de estratégias indutoras do Programa, com vistas a construir políticas de educação em tempo integral; e a convergência de políticas e programas diversos para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

Nos arts. 4º, 5º e 6º do Programa, determina o Decreto o regime de colaboração entre os entes estatais (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a implementação do Programa, bem como a responsabilização pelo financiamento (dotação financeira) e, no art. 7º, a prestação de assistência financeira para a implementação do Programa.

O Decreto apresenta a possibilidade de as atividades escolares serem desenvolvidas em “outros espaços educacionais”, daí, além de interessantes lugares como feiras, cinemas, teatros, poder-se pensar na biblioteca localizada no entorno da escola como o local para desenvolvimento dessas atividades, situação que lhe traria nova função, considerando que esta

muitas vezes destinou-se sobremaneira à realização de pesquisas escolares, quase sempre em situação em que estas são realizadas somente pelos alunos, desacompanhadas dos professores. Nesse sentido, e tomando a biblioteca como esse outro espaço educativo e como exemplo de “equipamentos públicos”, poder-se-ia pensá-la como local para desenvolvimento de projetos escolares ou atividades complementares, desde que houvesse previsão de sua utilização em documento institucional ou ocorresse com orientação pedagógica da escola, considerando ainda a possibilidade de serem firmadas parcerias com as escolas.

*c) Relatório do Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada - Região Norte do Brasil*

Trata-se de relatório elaborado com base em estudo quantitativo, organizado pela Universidade Federal do Pará, acerca dos resultados da pesquisa do *Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada na Região Norte*, no âmbito do Programa Mais Educação (PME), no período de 2013 e 2014. A Região Norte compreende os seguintes estados: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO). Tendo como propósito “elucidar algumas questões sobre a implantação e implementação do Programa Mais Educação na Região Norte” (p. 13), assim é definido o PME (2015, p. 12):

O Programa Mais Educação baseia-se na ação intersetorial de políticas públicas educacionais e sociais que promovem a *ampliação de tempos, espaços* e oportunidades educativas, a qual é compartilhada entre a comunidade escolar, as famílias dos alunos e outros atores sociais.

O Programa tem como finalidade cooperar para a melhoria da aprendizagem através do aumento do tempo de permanência de crianças e adolescentes nas escolas públicas do País, mediante a oferta de educação básica na escola de tempo integral.

Destaca-se ainda que o objetivo da Educação Integral (p. 13)

(...) está associado ao processo de escolarização, concebendo a aprendizagem integrada à vida e ao mundo de interesses e de possibilidades de crianças, adolescentes e jovens brasileiros, respeitando o direito de aprender, o direito à vida, à saúde e à liberdade. Assim, por meio da Educação Integral, são conhecidas as múltiplas dimensões do ser humano.

Para o propósito desta pesquisa, interessam-nos os dados acerca da movimentação ou atendimento de demandas pelas bibliotecas no âmbito da educação integral, tanto as localizadas nos espaços das escolas quanto aquelas localizadas nos municípios onde são realizadas atividades escolares, a fim de compreender se as bibliotecas, entendidas como equipamentos públicos, nas injunções determinadas por novos tempos e novas formas de

compreender o ensino e a aprendizagem e as modificações no cenário da educação para o desenvolvimento de atividades do Programa no turno e no contraturno escolar. Nesse sentido, será preciso ver também se as bibliotecas foram reformadas, adaptadas e/ou ampliadas para as atividades programadas para a educação integral. Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta as seguintes informações acerca dos “Espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013”, aparecendo a biblioteca como local inserido no contexto físico da escola:

**Tabela 1 – Espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013.**

<b>Espaços</b>	<b>Brasil (%)</b>	<b>Norte (%)</b>	<b>AC (%)</b>	<b>AP (%)</b>	<b>AM (%)</b>	<b>PA (%)</b>	<b>RO (%)</b>	<b>RR (%)</b>	<b>TO (%)</b>
Banheiros	55,6	55,6	100,0	50,0	66,7	58,3	75,0	-	25,0
Salas de aula	54,0	59,3	100,0	50,0	-	66,7	75,0	100,0	50,0
Pátios	49,0	40,7	100,0	50,0	33,3	41,7	-	-	75,0
Quadras de esportes	48,0	51,9	100,0	-	-	58,3	50,0	100,0	75,0
Refeitórios	47,0	51,9	100,0	50,0	33,3	50,0	75,0	-	50,0
Hortas	41,4	40,7	100,0	-	-	25,0	50,0	100,0	100,0
Salas de multimídia	39,4	37,0	100,0	50,0	-	33,3	50,0	-	50,0
Bibliotecas	32,8	40,7	100,0	50,0	-	58,3	25,0	-	25,0
Laboratórios de ciências	14,6	7,4	-	-	-	-	-	-	50,0
Auditórios	12,6	33,3	-	50,0	-	58,3	25,0	-	-
Salas de dinâmica de grupo	11,1	11,1	-	-	-	16,7	-	-	25,0
Brinquedotecas	10,6	7,4	100,0	-	-	8,3	-	-	-
Vestiários	9,1	3,7	100,0	-	-	-	-	-	-
Outro(s)	4,5	3,7	-	-	-	-	25,0	-	-

**Fonte:** Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada Região Norte. Brasília: MEC, 2015. (adaptado).

Os dados revelam que, dos espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013, as bibliotecas, considerando a média nacional (32,8 %), exceto o Acre (100%), pouco alteraram esses espaços ideais para o desenvolvimento de atividades demandadas pela educação integral. Considerando que, no caso do estado do Pará, houve alteração no percentual de 58,3%, é de se presumir que houve adaptação do espaço – talvez com pouca melhoria – e que, como se sabe, as bibliotecas não constituem exemplo positivos de espaços dedicados à leitura e à pesquisa, sendo necessário, em muitos casos, reconstrução integral de espaços e fornecimento de logística necessária aos

avanços tecnológicos. Ademais, mesmo tendo passado por alterações ou reformas com a implantação do Programa Mais Educação, as bibliotecas restringiram-se tradicionalmente a simples instrumentos de pesquisa escolar, necessitando, nesse caso, alterar e criar demandas outras.

Na Tabela 2, são divulgados dados relativos aos “espaços das cidades mais utilizados para a realização das atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013”, aparecendo a biblioteca, nessa tabela, como pertencente à comunidade local:

**Tabela 2 – Espaços das cidades mais utilizados para a realização das atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Norte e em seus estados/municípios – 2013.**

<b>Espaços da cidade</b>	<b>Brasil (%)</b>	<b>Norte (%)</b>	<b>AC (%)</b>	<b>AP (%)</b>	<b>AM (%)</b>	<b>PA (%)</b>	<b>RO (%)</b>	<b>RR (%)</b>	<b>TO (%)</b>
Campos de futebol	67,3	76,0	100,0	100,0	66,7	66,7	75,0	-	66,7
Quadras	59,3	68,0	100,0	-	100,0	66,7	75,0	-	33,3
Centros culturais	56,5	52,0	50,0	-	33,3	66,7	50,0	-	66,7
Praças públicas	55,1	64,0	75,0	100,0	66,7	55,6	75,0	-	33,3
Associações comunitárias	47,7	60,0	25,0	100,0	33,3	88,9	25,0	-	66,7
Cinemas	44,4	24,0	-	-	33,3	11,1	50,0	-	66,7
Instituições religiosas	37,9	52,0	25,0	50,0	33,3	66,7	75,0	-	33,3
Parques	37,9	28,0	75,0	-	66,7	11,1	-	-	33,3
Museus	37,4	24,0	25,0	-	33,3	33,3	25,0	-	-
Espaços naturais (rios, praias, lagos, etc.)	35,0	36,0	25,0	50,0	33,3	33,3	25,0	-	66,7
Teatros	34,6	16,0	25,0	-	33,3	-	50,0	-	-
Bibliotecas públicas	30,4	20,0	75,0	-	-	22,2	-	-	-
Hortas	25,7	20,0	-	50,0	-	11,1	50,0	-	33,3
Jardim Zoológico	25,2	8,0	-	-	33,3	11,1	-	-	-
Estações ecológicas	24,3	20,0	25,0	-	-	22,2	-	-	66,7
Feiras	24,3	16,0	25,0	-	33,3	11,1	-	-	33,3
Casas alugadas	20,1	32,0	50,0	-	-	33,3	-	-	100,0
Empresas privadas	14,5	8,0	-	-	33,3	-	-	-	33,3
Jardim Botânico	14,5	12,0	-	-	33,3	11,1	25,0	-	-
Salas de exposição	14,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Casas cedidas	13,6	16,0	-	50,0	33,3	-	25,0	-	33,3
Shoppings	13,6	12,0	-	-	-	11,1	25,0	-	33,3
Galpões	12,1	8,0	-	-	-	-	25,0	-	33,3
Sedes de ONGs	11,7	8,0	-	-	33,3	11,1	-	-	-
Arquivos públicos	7,9	4,0	-	-	-	-	25,0	-	-
Fundações	7,9	4,0	-	-	-	11,1	-	-	-
Supermercados	6,1	4,0	-	-	-	-	-	-	33,3
Outro(s)	5,6	16,0	-	-	33,3	11,1	-	-	66,7

**Fonte:** Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada Região Norte. Brasília: MEC, 2015. (adaptado).

Tomando por base a Tabela 2, podemos afirmar que é bastante tímida a utilização de bibliotecas localizadas nas cidades para a realização das atividades do Programa Mais Educação. Vários fatores poderiam estar determinando essa tímida utilização, tanto no cenário do País (30,4%) quanto nos estados da Região Norte (20%), havendo inclusive estados dessa região em que não houve registro de atividades naquele espaço.

A baixa utilização das bibliotecas das cidades poderia estar relacionada às seguintes questões: disponibilização financeira, logísticas e deslocamento ou, talvez, a pouca importância conferida à biblioteca na atualidade, considerando outras fontes de informações mais cômodas, como os dispositivos móveis. Além desses, é de se pensar na possibilidade de as escolas não possuírem em documentos institucionais previsão para a utilização sistemática da biblioteca e sintonia entre os professores para o uso articulado daquele espaço.

## **2.2 A biblioteca pública na sociedade contemporânea e a educação integral**

O atual contexto tecnológico impõe, além de crises relacionadas à sua identidade e à necessidade de ampliação de seu repertório de atuação e de seus serviços, profundas modificações às bibliotecas, relativamente às formas como são disponibilizadas e acessadas as informações, questionando-se ainda conceitos que lhe foram consagrados na função de guardião da memória da humanidade e criando outros como: eletrônica, digital, polimídia, sem paredes e mesmo sem localização (CHARTIER, 2002), do futuro, virtual (PACKER, 2007). Nesse sentido, Suaiden (2000, p. 57) afirma que caberá à biblioteca pública, considerando os novos paradigmas tecnológicos e sociais e o modelo de desenvolvimento que se impõe, “trabalhar no sentido de corrigir as deficiências do passado, como criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação.”, devendo utilizar-se de mecanismo e técnicas que garantam uma interação mais eficaz com a comunidade e façam contraponto aos dispositivos tecnológicos mais fáceis e cômodos de disponibilização do conhecimento.

Em face dessas novas tecnologias da informação e dos avanços da internet, cabe à biblioteca ampliar as funções que outrora desempenhava, considerando que novos paradigmas fundados na flexibilidade, na interatividade e conectividade ditam as relações destes novos tempos (BERNARDINO; SUAIDEN; CUEVAS-CERVERÓ, 2013).

Conforme Gomes (1981 apud BRETTAS, 2010, p. 108),

A biblioteca é uma agência social de natureza complexa. Criada por uma instituição para servir-lhe de instrumento de ação, e moldada pelos padrões da estrutura social.

Por outro lado, é o repositório e um dos meios de difusão das experiências culturais desenvolvidas nos níveis adaptativo, associativo e ideológico que determinam aqueles padrões. Por sua condição singular, liga-se aos sistemas básicos da estrutura social, numa contínua interdependência, que nem sempre se dá de forma equilibrada e satisfatória.

As bibliotecas públicas exercem influência na disponibilização da informação e na preservação da memória da coletividade, conservando-se nelas o patrimônio científico, artístico, literário, filosófico político e religioso produzido pela humanidade. Têm o papel fomentador da cultura e gerador dos conhecimentos sistematizados, servindo como instrumentos de apoio pedagógico (DURBAN ROCA, 2012) em benefício das comunidades locais e da comunidade escolar, seja apoio aos professores no que tange à orientação, seja apoio aos projetos e programas da escola. São instituições voltadas para a cultura e a sociedade, armazenando, preservando e convergindo informações sobre dados locais e globais, sobre o mundo e a história da humanidade, daí a necessidade de preservação de seu acervo e da constante atualização e aperfeiçoamento de seus serviços de forma a atender às demandas sociais que a elas são submetidas. Considerando os desafios postos às bibliotecas no contexto da Sociedade da Informação e as tendências e perspectivas informacionais, Valentim (2016, p. 37) propõe o perfil exigido para as bibliotecas contemporâneas:

**Quadro 2 – Perfil da biblioteca contemporânea**

Acesso local [in loco] e remoto [intranet, Virtual Private Network (VPN) e internet] às coleções/acervo, por meio de catálogos, bancos e bases de dados internos e externos, bibliotecas digitais e repositórios institucionais.
Armazenamento de conteúdos eletrônicos e digitais em servidores que possibilitam a recuperação da informação em redes de computadores distribuídos.
Ambiente híbrido composto por mídias, suportes e conteúdos impressos, eletrônicos e digitais.
Preservação de conteúdos relevantes por meio de digitalização, utilizando para isso de distintos tipos de tecnologia, proporcionando ao público usuário diferentes maneiras de acesso e recuperação.
Representação de materiais e conteúdos, por meio da aplicação de formatos e modelos que contemplam a cooperação de dados (Z39.50).
Linguagem documentária e natural, por meio da aplicação de classificações, tesouros, terminologias, taxonomias, <i>folksonomias</i> e ontologias.
Uso de tecnologias assistivas para portadores de necessidades especiais.
Administração centrada na gestão da informação e do conhecimento.
Desenvolvimento da competência em informação na equipe da biblioteca, enfocando a aprendizagem contínua.
Desenvolvimento de programas de competência em informação no público usuário, propiciando condições para o acesso, apropriação e uso de informação, para a construção de conhecimento.
Implementação de tecnologias que proporcionam eficiência aos serviços bibliotecários.
Implementação de tecnologias que proporcionam a autonomia dos usuários, no que tange ao acesso e à recuperação da informação, bem como à interatividade e ao uso do espaço da biblioteca.
Ambiente customizado, visando privilegiar os espaços de interação entre o usuário e a informação.
Serviços e produtos informacionais customizados, podendo ser gratuitos ou pagos, dependendo do tipo de público usuário.
Aquisição planejada e dirigida de conteúdos informacionais, visando atender às demandas e necessidades da comunidade usuária.
Produção de conteúdos informacionais voltados ao público usuário.

Fonte: Valentim (2016, p. 37)

Em face do cenário atual de multiplicação de obras e de necessárias e contundentes respostas das bibliotecas públicas a esses novos desafios que se impõem, em razão de aperfeiçoamento de técnicas eletrônicas de disponibilização de textos, Chartier (2002, p. 21) se questiona sobre a leitura: “como pensar a leitura diante de uma oferta textual que a técnica eletrônica multiplica mais do que a invenção da imprensa?”; e sobre a biblioteca: “Como, então, situar o papel das bibliotecas nessas profundas mutações da cultura escrita?” (CHARTIER, 2002, p. 118). De igual modo, deverão as bibliotecas ser repensadas também quanto à significativa perda do protagonismo que lhe foi outrora consagrado acerca da guarda do patrimônio escrito, orientando-se, diante desse cenário, para novas funções e servindo a esse novo leitor, como revela Chartier (2002, p. 120):

As bibliotecas deverão ser igualmente um instrumento em que os novos leitores poderão encontrar seu caminho dentro do mundo digital que apaga as diferenças entre os tipos e os usos dos textos e que estabelece uma equivalência generalizada entre suas autoridades. Atenta às necessidades e ao desassossego dos leitores, a biblioteca está em condições de desempenhar um papel essencial na aprendizagem dos instrumentos e das técnicas capazes de assegurar, aos menos preparados dos leitores, o domínio das novas formas do escrito.

Em relação às escolas de tempo integral, poder-se-ia inclusive supor que a biblioteca, considerando a maior permanência dos alunos e a possibilidade, em decorrência desse tempo de execução de atividades mais eficazes e interdisciplinares, seria uma aliada de primeira ordem em processos efetivos e eficazes de aquisição da cultura e de organização de atividades, alterando consagradas rotinas e eventos das bibliotecas e das escolas tradicionais. Nesse sentido, Adorno (1995, p. 64) defende que

(...) a formação cultural é justamente aquilo para o que não existem à disposição hábitos adequados; ela só pode ser adquirida mediante esforço espontâneo e interesse, não pode ser garantida simplesmente por meio da freqüência de cursos, e de qualquer modo estes seriam do tipo "cultura geral". Na verdade, ela nem ao menos corresponde ao esforço, mas sim à disposição aberta, à capacidade de se abrir a elementos do espírito, apropriando-os de modo produtivo na consciência, em vez de se ocupar com os mesmos unicamente para aprender, conforme prescreve um clichê insuportável.

Cumprir registrar ainda, como instrumento de promoção da formação cultural, a necessidade de existência de bibliotecas em todas as escolas públicas brasileiras e, em existindo, que estas sejam providas de equipamentos e recursos tecnológicos em benefícios de sua utilização nas atividades pedagógicas, conforme prevê a meta 7.20 da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências:

7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

De igual modo, inseridas nas escolas que executam jornadas de tempo integral, a utilização das bibliotecas requer estejam estas em condições adequadas, estrutura e administrativamente, com recursos tecnológicos que permitam e garantam o acesso à informação a seus usuários. Essa condição suficientemente boa para a educação, em níveis diferentes de ensino, é reclamada por Valentim (2016, p. 26):

A educação, tanto no nível básico (ensino fundamental e médio) quanto no nível superior (graduação e pós-graduação), depende de estruturas que contemplem boas bibliotecas, pois estas não só contribuem para a aprendizagem, mas, o mais importante, se constituem em espaços de cidadania, uma vez que valorizam o conhecimento e democratizam o acesso à informação.

As bibliotecas públicas, nesse contexto, deverão ampliar suas ofertas de serviços e prover de melhores condições seu quadro de pessoal, em sintonia com os novos ditames da Sociedade da Informação. Esse alinhamento reclamado é extensivo às bibliotecas localizadas nas escolas que desenvolvem jornada integral, considerando que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e a inserção, na sociedade, de novas tecnologias determinaram a necessidade de mudanças nas concepções existentes acerca das bibliotecas públicas. Segundo Olinto (2010 apud MACHADO; SUAIKEN, 2013, p. 3), “o próprio desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, assim como a realidade da divisão digital, sugerem a adoção de novos enfoques, assim como a diversificação dos papéis da biblioteca pública”.

Com a ampliação da jornada diária da escola para conferir ao aluno maior tempo de permanência, decorrente das propostas e projetos governamentais de políticas indutoras da educação integral, a biblioteca escolar tornou-se um valioso instrumento e suporte no processo educacional de formação e aquisição e formação cultural do aluno-usuário, devendo, assim como novas atribuições são conferidas à escola no âmbito dessas políticas, ser repensada e tornada um aliado no processo de ensino das escolas de tempo integral às quais estão circunscritas, impactando positivamente no desempenho dos alunos e na qualidade do trabalho educativo (CAVALIERE, 2007). Ademais, nas escolas de tempo integral, necessário se faz haver profundas e significativas mudanças na concepção educacional, no ethos da escola e de todos os atores educacionais envolvidos, a fim de que os objetivos de educar para

e pela cidadania e de ampliar a aprendizagem dos alunos além do tempo em sala de aula se efetivem (GADOTTI, 2009).

Esse repensar, considerando que a biblioteca escolar não constitui uma entidade independente e autônoma no espaço onde se encontra e atua, deve levar em consideração a criação de projetos educacionais e instrumentos de atuação escolar que lhe possibilitem a utilização de forma eficiente e interdisciplinar, estabelecendo nos documentos e planos da escola o uso sistemático e contínuo de seus recursos. Além dessas ações, será necessário que esses documentos reforcem o papel educativo e formativo das bibliotecas escolares e tracem as diretrizes conjuntas de sua utilização, estabelecendo e criando um espaço de convivência agradável para essa maior permanência na escola e possibilitando seja posta em prática a finalidade fundante da educação integral, conforme preconiza Gonçalves (2006, p. 130):

O conceito mais tradicional encontrado para a definição de educação integral é aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão bio-psicossocial.

Tratando da necessária integração e articulação da biblioteca escolar com a escola, Alonso (2005, p. 2) assevera que

A biblioteca escolar não está isolada, ou seja, ela não é independente, sua atuação é reflexo das diretrizes de uma instituição, a escola. A biblioteca escolar terá estreita ligação com a concepção educacional da instituição educacional da qual ela é integrante e, portanto, “supõe-se que a biblioteca deve estar integrada ao planejamento e ao projeto pedagógico da escola, para que ela possa vir a cumprir as suas funções”. SILVA, S. A. (1997).

A atuação da biblioteca escolar também deverá ser repensada no contexto de profundas e revolucionárias alterações por que passaram as práticas de leitura e disponibilização do texto com a inserção da época da “textualidade eletrônica” (CHARTIER, 2002, p. 11) ou da “textualidade digital” (CHARTIER, 2002, p. 27), considerando que esta gerou uma acentuada e exagerada disponibilização de livros em ambientes virtuais e, com isto, passou-se a questionar a utilidade prática do excesso de livros físicos e a capacidade humana de sua apropriação e, de alguma forma, com a disponibilização exacerbada de textos, ocasionou-se uma sensação de mal-estar e certa desorientação nas crenças dos leitores acerca do que saber, do como saber e do para que saber.

Os desafios que se põem, nesse cenário, para as bibliotecas escolares repercutem em vários âmbitos e exigem comportamentos e ações governamentais diferenciadas para fazer face aos problemas que tocam profundamente sua identidade e os questionamentos decorrentes, assim como ocorre com o livro físico, acerca de sua desnecessidade e existência física superada. Não se pode, assim, pensar unicamente em sua necessária existência no âmbito das escolas, apesar de isto ser muito importante e exigir a formulação de políticas de estado para a universalização e funcionamento das bibliotecas. Necessário se faz também prover de recursos necessários à consulta do público usuário – consulta pessoal ou a distância – e à manutenção e ampliação de sua estrutura, atribuindo-lhes outras funções e possibilitando aos leitores, ainda, “o domínio das novas formas do escrito” (CHARTIER, 2002, p. 120).

### 3 A BIBLIOTECA ESCOLAR

Conforme o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), ligado à Secretaria Executiva (SE) do Ministério da Cultura, as funções, os serviços prestados, a comunidade atendida e o vínculo institucional são critérios definidores para classificação do tipo de biblioteca. Assim, existem biblioteca pública, biblioteca pública temática, biblioteca comunitária, pontos de leitura, biblioteca nacional, biblioteca escolar, biblioteca universitária, biblioteca especializada, biblioteca/centro de referência. (SNBP, 2018)

O conceito aduzido pelo SNBP leva em consideração o princípio da finalidade e da destinação, quanto ao atendimento, da biblioteca escolar a seu usuário, com envolvimento da biblioteca em documentação institucional da escola, e da sua localização. Define o SNBP, considerando esses critérios, a biblioteca escolar nestes termos:

Tem por objetivo atender os interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola na qual está inserida. Atende, prioritariamente, alunos, professores, funcionários da unidade de ensino, podendo, também, ampliar sua ação para atender os familiares de alunos e a comunidade moradora do entorno. Está localizada dentro de uma unidade de ensino pré-escolar, fundamental e/ou médio. (SNBP, 2018, p. 1)

Considerando esses critérios definidores da biblioteca escolar, agrupam-se mais à frente outros conceitos, colhidos de fontes diversas e organizados nos Quadros 3 e 4, sobre a biblioteca escolar para melhor elucidar a questão e fixar diferentes critérios e fontes utilizados no estabelecimento de conceitos. Antes, contudo, será apresentado a classificação feita por Durban Roca (2012, p. 39):

**Quadro 3 – Conceito de biblioteca escolar e suas contribuições na escola**

Conceito	Ação	Contribuições
Dimensão física		
Estrutura organizada estável	Facilitar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A seleção coordenada de materiais informativos e literários.</li> <li>• A centralização dos recursos para assegurar seu uso compartilhado.</li> <li>• O acesso a materiais diversos e de qualidade.</li> <li>• A existência de um lugar de encontro e de relações pessoais.</li> <li>• A criação de um contexto presencial de aprendizagem e leitura.</li> </ul>
Contexto presencial de aprendizagem e leitura	Favorecer	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O desenvolvimento de práticas de leitura e de habilidades intelectuais.</li> <li>• A realização de trabalhos de pesquisa e de atividades de leitura.</li> <li>• A criação de um ambiente de leitura e de escrita na escola.</li> <li>• O uso da biblioteca como recurso educacional.</li> </ul>

(continuação)

Conceito	Ação	Contribuições
<b>Dimensão educacional</b>		
Recurso educacional	Promover	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A criação de processos de ensino-aprendizagem.</li> <li>• As ações de atendimento às necessidades especiais e de compensação de desigualdade entre os alunos.</li> <li>• As ações de envolvimento das famílias no incentivo à leitura.</li> <li>• O apoio pedagógico à prática docente.</li> </ul>
Agente pedagógico interdisciplinar	Apoiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O desenvolvimento do projeto curricular e educacional da escola.</li> <li>• A prática educacional no âmbito pedagógico e de conteúdo curricular.</li> <li>• A projeção de situações de aprendizagem por pesquisa e desenvolvimento da prática de leitura e escrita.</li> <li>• Os processos de melhoria do ensino iniciados na escola.</li> </ul>

Fonte: DURBAN ROCA, 2012, p. 39.

Durban Roca (2012) apresenta a biblioteca escolar como recurso a ser utilizado em benefício da educação. Para isto, discute a situação atual da biblioteca, relacionando-a com a cultura digital, definindo seu conceito e sua função e colocando-a como instrumento destinado a suprir as necessidades educacionais. Enfoca a utilização da biblioteca como meio para a promoção da leitura, insere a discussão referente ao currículo, relativamente aos conteúdos educacionais vinculados à biblioteca escolar, e destaca como esta poderia apoiar a prática docente, notadamente no que se refere ao planejamento e à organização escolar. A riqueza da formulação teórica de Durban Roca (2012) reside na conceituação da biblioteca escolar, na dimensão educacional, como recurso educacional, exigindo, do ponto de vista etimológico, sua possibilidade uso efetivo ou para o qual se pode e deve recorrer em nome da educação; e como agente pedagógico interdisciplinar capaz de promover e apoiar ações, ou seja, ter papel ativo nos processos de ensino-aprendizagem.

Em face da conceituação de Durban Roca (2012), é possível inferir que ganha a biblioteca sentido quando de sua utilização efetiva pela escola e quando consegue ser compreendida como parte integrante desta, ou seja, quando incorporada à totalidade da escola. Outrossim, com várias possibilidades de contribuição, na dimensão física, como estrutura organizada estável ou como contexto presencial de aprendizagem, pode facilitar e favorecer práticas de leitura; na dimensão educacional, seja como recurso educacional, seja como agente pedagógico, tem a função de promover, por meio de contribuições, sujeitos diversos da comunidade escolar e apoiar concretamente as ações da escola.

Outros conceitos, de fontes e épocas diferentes, são dados seguir com o fito de ter uma melhor visualização acerca do papel da biblioteca escolar. As definições podem indicar, na

prática, que as bibliotecas escolares são, limitadas ou ampliadas, os conceitos que se podem delas ter. Na seção que tratará dos resultados da pesquisa, serão elucidados para cada ator da comunidade escolar sua percepção sobre a biblioteca escolar. É possível que as concepções mais avançadas sobre a biblioteca escolar residam ainda nas formulações teóricas, refletindo na percepção limitada acerca da biblioteca na realidade concreta da biblioteca.

Torna-se imprescindível também que, por ocasião da formulação de políticas públicas ou de elaboração de normas legais e documentais, as construções teóricas possam interferir e disponibilizar esses conceitos.

**Quadro 4 – Conceito de biblioteca**

<b>Autor/Obra</b>	<b>Conceito</b>
Manifesto da Unesco (1976, p.158-163)	Biblioteca é a porta de entrada para o conhecimento, fornece as condições básicas para o aprendizado permanente, autonomia das decisões e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais
Lei n. 12.244/2010.	Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.
Carvalho (2008, p. 22)	“lugar de formação de leitores”.
Britto (2011, p. 24)	a biblioteca escolar ganha destaque como espaço de estudo e de acesso ao conhecimento elaborado. Estudar é uma ação reflexiva pela qual se quer conhecer e explicar fatos do mundo material, da vida humana, das singularidades pessoais. Estudar é um trabalho intelectual, pressupondo finalidade e compromisso e exigindo condições apropriadas, que incluem ambiente de estudo (espaço, silêncio), disposição de materiais (bibliografia, material de pesquisa e experimentação) e tempo. O acervo de uma biblioteca escolar (considerando o nível de autonomia e de desenvoltura intelectual dos usuários) deve incluir obras de ciência, história, geografia, psicologia, literatura, artes e organizar-se de forma a permitir percursos formativos amplos e densos.
Corte e Bandeira (2011, p. 8)	“é um espaço de estudo e construção do conhecimento, coopera com a dinâmica da escola, desperta o interesse intelectual, favorece o enriquecimento cultural e incentiva a formação do hábito da leitura. Jamais será uma instituição independente, porque sua atuação reflete as diretrizes de outra instituição que é a escola”
Moro e Estabel (2011, pp. 18-19)	A biblioteca escolar é uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educativo e participa de seus objetivos, metas e fins. É um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite: fomento da leitura; a formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade; estimula a comunicação; facilita a recreação; apoia os docentes em sua capacitação profissional; fornece aos docentes a informação necessária para a tomada de decisões em sala de aula, trabalha também com os pais e com outros agentes da comunidade. (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 1985 apud MORO; ESTABEL, 2011, p. 18-19).

**Fonte:** Elaboração própria (2018)

As seis definições coligidas e apresentadas constituem percepções que ampliam e fundamentam a importância da biblioteca escolar. Postas em prática no contexto escolar,

revelariam o potencial da biblioteca como diferencial em processos formativos dos estudantes, ao mesmo tempo que, comparadas com a realidade com que se deparam as bibliotecas escolares brasileiras, revelam que há um longo caminho a ser seguido no aperfeiçoamento das bibliotecas escolares no País e na redefinição de sua identidade. Considerando a tradição escolar brasileira voltada excessivamente para a utilização de conteúdos constantes dos livros didáticos, em contraponto a essas práticas, bem equipadas e com acervo diversificado, na escola, a biblioteca se apresenta como a “porta de entrada para o conhecimento” (MANIFESTO DA UNESCO, 1976, pp.158-163) e conseqüentemente para a consolidação de um aprendizado diferenciado e constante, possibilitando “percursos formativos amplos e densos” (BRITTO, 2011, p. 24)

Também as definições trazidas para a discussão apresentam um questionamento fundamental para entender a biblioteca escolar e seu eventual fracasso ou sucesso no propósito de fomentar processos formativos diferenciados e densos: o sentimento de vinculação e pertencimento à escola onde está inserida. Esse sentimento revela-se em diversas situações cotidianas da escola: i) quando a biblioteca não consta de documentos da escola ou consta apenas como pró-forma, sem exigência concreta do disposto nos documentos; ii) quando não se alinha a práticas e atividades da escola, negando-se ao princípio da necessária cooperação com a escola; iii) quando constitui entidade que funciona independente da escola, não constando de discurso efetivo da escola que lhe dê visibilidade; iv) quando, por fim, não é compreendida como recurso educacional (DURBAN ROCA, 2012).

### **3.1 Contextualização da biblioteca escolar**

Desde os tempos mais remotos, tem o homem necessidade de registrar e armazenar todo o conhecimento por ele produzido. A forma como esse registro ocorreu e ocorre varia de acordo com os recursos e suportes de que dispunha e dispõe, ocupando as bibliotecas papel singular e decisivo para a preservação e conservação do conhecimento humano e, de posse deste conhecimento, para que se chegasse, com as experiências passadas, a novas descobertas (SANTOS, 2012).

A palavra biblioteca origina-se do termo grego *biblíon* (livro) e *teke* (caixa, depósito), significando, etimologicamente, depósito de livro (MORIGI; SOUTO, 2005). Historicamente, a palavra biblioteca teve sentido estático, sendo, desde as primeiras bibliotecas, um lugar destinado a armazenar livros, apesar de não ser apenas livros os materiais que as compunham, mas sim outros suportes utilizados para a informação, conforme a tecnologia utilizada pelo

homem em cada época, como tabletas de argila, rolos de papiro e pergaminho e enormes códices enclausurados nos mosteiros medievais (MORIGI; SOUTO, 2005).

Schwarcz (2002 apud WISNIEWSKI; POLAK, 2009, p. 4409) afirma que há muito a ser observado em uma biblioteca, pois

(...) esse local labiríntico é, entretanto, e acima de tudo, uma instituição, onde se desenham desígnios intelectuais, realizam-se políticas de conservação, elaboram-se modelos de recolha de textos e de imagens. Mais que um edifício com prateleiras, uma biblioteca representa uma coleção e seu projeto. Afinal qualquer acervo não só traz embutida uma concepção implícita de cultura e saber, como desempenha diferentes funções, dependendo da sociedade em que se insere.

As bibliotecas são equipamentos públicos que guardam e registram a memória humana; organizam e disponibilizam informações e conhecimentos em variados suportes: fotografias, mapas, livros, revistas etc., constituindo-se em verdadeiros espaços interdisciplinares, onde interagem as linguagens verbal, sonora, imagética, escrita etc. Relacionam-se com a história e com a cultura das comunidades locais e com a história da humanidade, proporcionando sociabilidades diversas, registrando e guardando as atividades intelectuais, econômica, sociais e literárias. Convém destacar que a biblioteca pública instaura-se como um espaço de convivência, compartilhamento e de tessitura da pluralidade humana, qual o mundo comum proposto por Arendt (2008, p. 64):

Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis. (...) o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a nossa vida tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência.

As bibliotecas exercem influência na disponibilização de informação e na preservação da memória da coletividade, conservando-se nelas o patrimônio científico, artístico, literário, filosófico político e religioso produzido pela humanidade. Têm o papel fomentador da cultura e gerador dos conhecimentos sistematizados, servindo como instrumentos de apoio pedagógico em benefício das comunidades locais onde estão inseridas. São instituições voltadas para a cultura e sociedade, armazenando, preservando e convergindo informações sobre dados locais e globais, sobre o mundo e a história da humanidade, daí a necessidade de preservação de seu acervo e da atualização e aperfeiçoamento de seus serviços.

Importante nos locais onde se encontra e vetor do conhecimento produzido pela humanidade, refletindo a própria sociedade, a biblioteca não pode desvincular-se de seus usuários, afastando-se de seu papel de “agência social” (GOMES, 1981 apud BRETTAS, 2010, p. 108).

Essa necessidade de aproximação da biblioteca com a população, funcionamento como lugar de encontro para as discussões da coletividade e exercício da cidadania é explicitada Milanesi (1988) para quem a biblioteca

é, também, um instrumento de leitura do cotidiano com os seus conflitos e problemas. Então, a biblioteca não pode ser algo distante da população como um posto médico que ele procura quando tem dor. Ela deve ser um local de encontro e discussão, um espaço onde é possível aproximar-se do conhecimento registrado e onde se discute criticamente esse conhecimento. (Milanesi, 1988 apud WISNIEWSKI; POLAK, 2009, p. 4411)

No contexto da escola, funciona a biblioteca como parte integrante daquela, possibilitando o planejamento das atividades escolares, podendo e devendo ser esse espaço inclusive onde se discute o conhecimento e se viabiliza o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Funciona, assim, como vetor do conhecimento e rico espaço da formação humana.

### **3.2 Legislação pertinente à biblioteca escolar**

Nesta subseção, será apresentado um resumo ilustrativo da legislação relativa à biblioteca, com a finalidade de situar as normas no contexto brasileiro e delas compreender como as ações se concretizam ou não. Essa legislação será tratada especificamente nas questões e aspectos que dizem respeito à biblioteca. Serão apresentadas as seguintes normas: i) o Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL e dá outras providências; ii) a Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro; e iii) a Lei n. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no Brasil.

*a) Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011.*

Relativamente à esfera das normas infraconstitucionais, encontram-se alguns decretos que tratam do tema da biblioteca. É exemplo disso o Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências.

O art. 10 do Decreto n. 7.559/2011 dispõe sobre a estruturação de eixos estratégicos e respectivas linhas de ação do PNLL. Assim, ao eixo estratégico I - Democratização do acesso,

corresponde à linha de ação 1 – Democratização de acesso prevê a implantação de novas bibliotecas para contemplar os requisitos relativos à acessibilidade. Da mesma forma, a linha de ação 2, com a finalidade de atender e contemplar o quesito acessibilidade, determina a necessidade de fortalecimento da rede atual de bibliotecas de acesso público integradas à comunidade. Quanto ao eixo estratégico II - Fomento à leitura e à formação de mediadores, prevê a Lei a adoção da linha de ação 11 - Sistemas de informação nas áreas de biblioteca, bibliografia e mercado editorial.

O Decreto n. 7.559/2011 traz para a discussão sobre as bibliotecas públicas a necessidade de garantir a acessibilidade e se coaduna com o direito preconizado na Constituição Federal de 1988 de acesso à informação, tratado posteriormente na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

*b) Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003.*

A Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003, sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, institui a Política Nacional do Livro. Considerando que o livro, seja em formato físico, seja em digital, constitui item indispensável na composição do acervo da biblioteca e que esta tem como missão institucional promover o incentivo da leitura, cumpre fazer algumas ponderações acerca de como a política nacional do livro, de que cuida a referida lei, se articula com a biblioteca ou direciona a política nacional de biblioteca pública, ou, de forma geral, pode contribuir para a atuação desta.

Constituída de cinco capítulos e 19 artigos, a Lei n. 10.753/2003 compreende o livro como uma de sua diretriz, considerando publicação diversa e equiparados a livros, nos termos do art. 2º da Lei, como “...o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida” (inciso II do art. 1º da referida Lei).

Relativamente às bibliotecas escolares, por exemplo, pode-se dizer, com exceção dos livros didáticos concedidos por meio de programas governamentais e disponibilizados aos alunos, que o acesso a esse livro, como estabelecido pela lei da universalização das bibliotecas, será um primeiro contato dos alunos, podendo, assim, consistir em segura apropriação da cultura por ele veiculado para aqueles alunos que não dispõe de livros em

casa. Também a referida lei apresenta, nos incisos V, IX e XII, diretrizes que se relacionam com a biblioteca e com a atuação desta, promovendo a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais: “V - promover e incentivar o hábito da leitura; (...) X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro; (...) XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.” São, grosso modo, ações destinadas a, de um lado, promover a cidadania e, de outro, fomentar diretrizes de uma política que coloca como centro de sua discussão o livro. Relativamente à acessibilidade, ao elencar os objetos equiparados ao livro, nos termos do art. 2º da Lei, a lei determina que são livros os “impressos no Sistema Braille” (inciso VII do art. 2º da Lei).

A Lei n. 10.753/2003 também atribui a competência específica ao Poder Executivo pelas ações da política nacional do livro. É, assim, atribuída a competência pela forma de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livros (art. 7º); e pela implementação de “programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille.” (parágrafo único do art. 7º). Ao Poder Executivo compete também estabelecer normas relativas aos livros destinados às pessoas com deficiência visual (inciso VII do art. 2º) e livros impressos no Sistema Braille (inciso VIII do art. 2º). No nível operacional, a Lei consagra ao Poder Executivo a competência pela criação e execução de projetos que cuidem de incentivo ao acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliando os existentes e implementando, isoladamente ou em parceria, programas de incentivo à leitura, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares e o estabelecimento da hora da leitura diária nas escolas (art. 13, I e II).

Nas Disposições Gerais (Capítulo V), a lei estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão em seus orçamentos verbas para as bibliotecas, recursos destinados à manutenção e à aquisição de livros, prevendo, no art. 17, a inserção de rubrica orçamentária modernizar e expandir o sistema bibliotecário e programas de incentivo à leitura, sob responsabilidade do Fundo Nacional da Cultura.

a) Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010.

Editada em 24 de maio de 2010 pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em três artigos a Lei n. 12.244/2010, dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no Brasil, definindo como alcance dos termos da lei todos os sistemas de ensino do País, sejam as instituições públicas, sejam as privadas. A referida lei traz ainda o conceito de biblioteca escolar: “considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a

consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (art. 2º), destacando, assim, a importância da diversidade de suportes de documentos para a composição do acervo da biblioteca. Torna obrigatório que o acervo da biblioteca disponibilize 1 (um) livro, no mínimo, por aluno matriculado, determinando o sistema de ensino como competente para promover a ampliação e a divulgação de orientação acerca de guarda, prevenção, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. Define ainda como cláusula de vigência da lei sua publicação no Diário Oficial da União, ocorrida em 25 de maio de 2005, e determina o prazo máximo de dez anos para que ocorra a efetivação progressiva da universalização das bibliotecas escolares, prevendo ainda o bibliotecário como o agente mediador entre usuário e a biblioteca escolar e as atividades respectivas. (BRASIL, 2010)

Silva (2011, p. 506) afirma que a edição da lei, apesar de revelar como resultado o atendimento à reivindicação da luta de bibliotecários e movimentos educacionais e representar uma proposta de mudança, apresenta deficiências na formulação de conceitos e na exposição de conteúdos (deficiências teóricas e propositivas), insegurança relativa à sua consolidação e ausência de punições dos responsáveis pelo não cumprimento das disposições da lei, destacando ainda que a referida lei

poderia ser mais detalhada no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas características técnicas, organizacionais, educativas, além de sua intencionalidade política, social e pedagógica, pois os aspectos de acervo e de organização desse tipo de biblioteca apresentam uma singularidade, ainda, pouco assimilada pela ampla maioria dos educadores e de instituições de ensino brasileiros.

Outra observação crítica feita por Silva (2011), quando da análise da lei, diz respeito à escolha e à valorização do livro como o suporte documental mais importante na composição do acervo, conforme o revela o parágrafo único do art. 2º da referida Lei, além da ausência de explicitação de sua qualidade e de sua quantidade, destacando ainda que a lei deveria dispor sobre percentual do orçamento destinado à biblioteca das escolas. Relativamente à necessidade de disposição acerca de dotação orçamentária destinada a bibliotecas, a Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, no artigo 16, determina que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.”

### **3.3 A biblioteca escolar na sociedade da informação e do conhecimento**

Chartier (1998) refere-se ao sonho, construído desde Alexandria, de reunir todos os textos, livros, coleções em uma biblioteca universal, tendo dessa pretensão surgido acervos imensos e bibliotecas sem paredes<sup>6</sup>. Tornou-se possível (ou imaginável) esse sonho de uma biblioteca ideal com o surgimento do texto eletrônico, ou da “textualidade eletrônica” (CHARTIER, 2002), ao mesmo tempo esse contexto permitiu imaginar que os textos poderiam ser alocados em lugares diversos e acessáveis e pensar ainda na forma como seriam armazenados. Impôs o texto eletrônico um movimento de separação, impulsionado pela disponibilidade de acesso e compartilhamento instantâneos, entre o texto (objeto) e o sujeito (leitor), proporcionando vantagens de acesso mais cômodo e mais rápido e quebrando comportamentos culturais.

Nas bibliotecas de pesquisa, tais como as que existem na França, você somente encontra os livros que são procurados. Na biblioteca pública, você deve encontrar livros que não procura, como se fossem eles que o procurassem. A biblioteca eletrônica permite, por sua vez, compartilhar aquilo que até agora era oferecido apenas em espaços onde o leitor e o livro deveriam necessariamente estar juntos. O lugar do texto e do leitor podem então estar separados. (CHARTIER, 1998, p. 119)

Esse movimento aludido por Chartier (1998) revela a existência de duas tradições marcadamente associadas à leitura e exemplificadas pela evolução da leitura silenciosa, ou tradição da leitura do estudioso; e a tradição relativa à leitura pública, estando elas a exemplificar movimentos da biblioteca, ora encerrando o leitor em local apropriado para a atividade de leitura, ora dirigindo-se a esse leitor de várias e criativas formas, como o são as bibliotecas ambulantes.

As tradições culturais e as formas de organização social de um país revelam a importância conferida tanto à leitura quanto à biblioteca pública relativamente à atuação do povo e à atuação do Estado na promoção da leitura. Isto é bastante revelador ao ser comparada a história da leitura em países com tradições culturais e sociais diferentes. Sobre essa questão, Chartier (1998) traça um paralelo na forma como se estabeleceu a leitura na sociedade americana ou onde houve a força da cultura protestante, marcada pela intensidade da cultura comunitária, fortalecendo-se nas sociedades de leitura; e a sociedade francesa, com “estrutura mais vertical, mais hierárquica, em que o peso da autoridade é mais forte do que a

---

<sup>6</sup> Chartier designa “bibliotecas sem paredes” aos catálogos, coletâneas e coleções.

iniciativa coletiva” (CHARTIER, 1998, p.122), havendo nesta, contudo, uma política de leitura pública<sup>7</sup>, posterior à Primeira Guerra Mundial, aplicação do modelo americano.

Contudo, a mudança da imagem primeira que se tinha da biblioteca – de lugar destinado à guarda de livros – em grande parte deve-se à superprodução de materiais impressos imposta pelo aperfeiçoamento das técnicas, estabelecendo-se, como consequência, a crise do livro e a impressão de que o leitor, mesmo que empregue largos esforços, não consegue atender à demanda pela leitura disponibilizada, num misto de impotência do leitor e inutilidade causada pela oferta de livros em demasia. Essa situação passou a exigir dos leitores a necessidade de evitar obras ou de selecionar/triar aquelas que realmente atendem ao objetivo da leitura demandada, sem contar com as consequências gravíssimas para o mercado editorial.

A exemplo da França, citada por Chartier, as reflexões deste autor nos permitem afirmar que no Brasil não houve uma idade de ouro das bibliotecas públicas e, mesmo existindo legislação específica para tratar de políticas de leitura, de livro e de bibliotecas públicas, pesquisas revelam o pouco interesse pela leitura no Brasil e pouco investimento em bibliotecas.

Tomando por base a necessidade de adaptação aos novos tempos, a Fundação Biblioteca Nacional, em sua publicação “Biblioteca Pública: princípios e diretrizes”, afirma que,

(...) torna-se evidente o papel da biblioteca pública no Brasil de hoje – como a mais democrática instituição de caráter cultural e educacional a qual, sem dúvida alguma, tem a vocação nata para exercer um papel social de grande relevância na inserção da sociedade brasileira na sociedade da informação (BIBLIOTECA..., 2000 apud BERNARDINO, SUAIDEN; CUEVAS-CERVERÓ, 2013, pp. 6 e 7).

Nesse sentido, necessário se faz compreender as bibliotecas públicas brasileiras no contexto da Sociedade de Informação, momento em que, segundo Machado e Suaiden (2013, p. 1), “suas crises relacionadas à sua identidade e sua função são agravadas”; observar sua relação com o usuário, a visão tradicional que a define; e considerar as expectativas que segmentos da sociedade manifestam relativamente ao papel social que exerce. Ainda no entendimento desses autores, a biblioteca pública necessita reafirmar sua identidade, repensar e se reinventar, apropriando-se de novas tecnologias e competindo com novas formas mais cômodas de busca e acesso de informação (MACHADO; SUAIDEN, 2013).

---

<sup>7</sup> Assim define Chartier (1998, p. 123) leitura pública: “a leitura pública supõe que a biblioteca saia de seus muros, vá ao encontro dos leitores, com os ônibus-bibliotecas, as bibliotecas circulantes instaladas nos bairros, as bibliotecas nas empresas.”

Esse quadro de situações novas impõe à biblioteca pública a necessidade de mudança e de prestação de novos serviços à comunidade, com a apropriação de novas tecnologias e redefinição do modelo de biblioteca pública, a fim de cumprir sua “missão social como instituição pública responsável por reduzir desigualdades sociais de acesso à informação, fomentar a cidadania, promover inclusão social e digital” (MACHADO; SUAIDEN, 2013, p. 1).

Sobre as bibliotecas públicas, Suaiden (2000, p. 57) afirma que

(...) os diversos segmentos da sociedade têm expectativas diferentes em relação ao papel da biblioteca pública. A indústria editorial acredita que o objetivo fundamental é a formação de um público leitor. Os educadores acreditam que a biblioteca deve ser o alicerce do processo ensino-aprendizagem. Os intelectuais acreditam que deve ser um espaço rico em literatura de ficção. O trabalhador comum não vê a biblioteca como um local para solucionar os problemas do cotidiano.

Em relação às ações das bibliotecas públicas no contexto da sociedade da informação, ressalta-se que provavelmente elas precisam apropriar-se de novas tecnologias ou mesmo aperfeiçoar o modelo de gestão adotado para fazer face aos avanços tecnológicos ou acompanhar esses avanços, complementando-os, devendo, para isso, ampliar seus serviços/atividades no contexto de uma sociedade dinâmica e consolidando seu papel de formação para o desenvolvimento da cidadania (MACHADO; SUAIDEN, 2013).

O desenvolvimento da sociedade da informação e a inserção, na sociedade, de novas tecnologias determinaram a necessidade de mudanças nas concepções existentes acerca das bibliotecas públicas. Segundo Olinto (2010 apud MACHADO; SUAIDEN, 2013, p. 3), “o próprio desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, assim como a realidade da divisão digital, sugerem a adoção de novos enfoques, assim como a diversificação dos papéis da biblioteca pública”.

No quadro de exposição das necessidades reais da biblioteca pública para superar problemas e enfrentar desafios frente aos avanços tecnológicos, Machado e Suaiden (2013, p. 3) posicionam-se no sentido de que

A necessidade de esta instituição ampliar seus serviços, atividades e suas ações dependem do desenvolvimento e amadurecimento de sua própria compreensão, para, assim, consolidar seu papel de formação e desenvolvimento para a cidadania, e resgatar a si mesma como instituição socialmente indispensável.

Chartier (2002) discute, em cinco ensaios, as alterações determinadas pelo mundo e texto eletrônico – texto e contexto definidos por ele como “textualidade eletrônica” (p. 11),

“textualidade digital” (p. 27), “revolução eletrônica” (112), “civilização da tela” (p. 105), “biblioteca sem muros do escrito eletrônico” (p. 114-115) – nas relações estabelecidas pelo leitor com a cultura escrita e com o texto impresso, colocando-a em questionamentos e revelando significativas e profundas mudanças nas práticas e maneiras de ler e nos suportes materiais dos escritos. As mudanças dizem respeito aos desafios relativos às práticas de leitura, às novas modalidades de produção e transmissão do escrito decorrentes da tecnologia e sua repercussão, à acumulação/oferta/multiplicação de livros, ao questionamento da autoria no espaço digital, ao surgimento de vários suportes atuais do escrito e ao questionamento do que seria o livro, contextualizando e explicitando a relação tensa que surge dessas mudanças entre perspectivas ou futuros.

Nesse contexto de profundas mudanças por que passou a sociedade, marcado por uma dupla função com que as bibliotecas têm de lidar – o excesso de material impresso a exigir habilidades para selecionar, classificar e hierarquizar e o cuidado sempre necessário para evitar a perda do texto e viabilizar a conservação, atribuição esta ligada secularmente à biblioteca –, questiona-se o papel social da biblioteca do presente e se lança ao entendimento da biblioteca do futuro, apresentando o seguinte questionamento: “Como, então, situar o papel das bibliotecas nessas profundas mutações da cultura escrita?” (CHARTIER, 2002, p. 118), denominando a biblioteca nesse contexto como a “biblioteca sem muros do escrito eletrônico”. (CHARTIER, 2002, p. 114)

Aduz então, considerando as situações que viabilizam a ampla disponibilização do escrito, considerada por ele como uma verdadeira revolução, as possibilidades de criar-se a biblioteca universal, sonho que remonta à Alexandria, e tornar acessíveis objetos escritos do passado. Nessa discussão, aponta os caminhos para o que denomina de biblioteca do futuro, sendo esta o lugar de manutenção do conhecimento e, ao mesmo tempo, lugar de convivência da cultura escrita. Essa biblioteca do futuro, segundo Chartier (2002), deverá ter três ambições: (i) assegurar o domínio das novas formas de escrito; (ii) ser o lugar onde os novos leitores encontrem seu caminho no mundo digital; e (iii) reconstituir ao redor do livro a sociabilidade perdida.

## 4 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Antes de tratar das bibliotecas escolares no município de Santarém e das iniciativas locais sobre a questão, analisando como a temática consta dos documentos legais, convém destacar, mesmo que resumidamente, duas referências – uma documental e outra institucional – sobre a biblioteca no contexto amazônico e no contexto mais local: o Manifesto das Bibliotecas da Amazônia, documento que apresenta um conjunto de reivindicações sobre as bibliotecas da Amazônia; e a Biblioteca Municipal Paulo Rodrigues dos Santos, importante vetor do conhecimento no município, antes inclusive do surgimento e da instalação de bibliotecas nas escolas públicas e particulares de Santarém.

### 4.1 Manifesto das Bibliotecas da Amazônia

Por ocasião do *I Encontro das Bibliotecas da Amazônia*, realizado em Belém/PA, no período de 5 a 9 de maio de 2004, foram estabelecidas linhas orientadoras para as bibliotecas da Amazônia, constantes do documento resultante do encontro, intitulado *Manifesto das Bibliotecas da Amazônia*. Essas linhas orientadoras, numeradas sequencialmente, versando sobre assuntos diversos – política, biblioteca pública, serviço de informação, cidadania, acessibilidade, cooperação internacional –, constituem os seguintes eixos: i) Quanto à função social das bibliotecas; ii) O manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas; iii) Orçamento e finanças; iv) Metas de qualidade; v) Metas de construção da cidadania; vi) Metas de aprendizagem permanente; vii) Metas de desenvolvimento econômico; e viii) Biodiversidade e diversidade cultural.

Esse documento, ao tempo que ressalta a função social da biblioteca como “guardião do acervo memorialístico das sociedades humanas”, “repositório da cultura” e “centro de convivência”, funcionando como espaço que integra um sistema de informação e comunicação, estabelece que a biblioteca deve funcionar, no contexto da Amazônia, como uma agência promotora do desenvolvimento sustentável, capaz de reverter em bem comum tudo o que lhe é destinado (MANIFESTO, 2004).

O Manifesto também apresenta importante discussão, hoje sugerida por autores que tratam das condições das bibliotecas brasileiras (SILVA, 2011), acerca da necessidade de prever orçamento específico destinado a subsidiar as ações das bibliotecas; e, nessa mesma situação, roga pela fixação de um aparato jurídico relativo à educação que contemple a regulamentação de leis de incentivo à leitura.

Fixa também o Manifesto metas relativas à qualidade, como serviços inovadores no que tange às novas tecnologias da informação, alto nível de eficiência de atendimento ao público, inclusão de outros segmentos sociais e criação de outros espaços para estender os serviços da biblioteca. Nas metas relativas à criação da cidadania, são contempladas, numa perspectiva inclusiva, as crianças, as pessoas com necessidades especiais, idosos, analfabetos, habitantes das zonas rurais, além do propósito de facilitar o acesso e torná-lo contínuo.

Relativamente à meta de aprendizagem permanente, prevê o Manifesto atendimento às necessidades infantis e de seus responsáveis mediante alternativas de uso atrativo e estimulante do espaço, com atividades diversificadas, asseverando, nas metas relativas ao desenvolvimento socioeconômico:

A Biblioteca, no contexto global do século XXI, passa a funcionar como instrumento político de combate à miséria, à violência, ao analfabetismo e à exclusão social e digital, condição que poderá ser superada com o adequado incremento da ciência e da tecnologia em nossos sistemas educacionais e de informação. (MANIFESTO, 2004, p. 12)

Quanto à biodiversidade e à diversidade cultural, o Manifesto destaca o papel da biblioteca na formação da consciência ecológica dos cidadãos e da compreensão da biodiversidade e do pluralismo cultural, assim como a disseminação de redes e interatividades e intertextualidades entre serviços da biblioteca pública nos países que compõem a Amazônia Legal.

No contexto da realização do *I Encontro das Bibliotecas da Amazônia*, as metas estabelecidas no evento e a formalização das preocupações em documento na forma de manifesto lançam importante reflexão sobre o papel da biblioteca, considerando as necessidades e as peculiaridades locais e a natureza política do documento, que funciona, em linhas gerais, como chamamento à participação e denúncia das graves situações com que se deparam as bibliotecas da Amazônia relativamente a investimentos e processos mais amplos de cidadania. Representa ainda um alinhamento da função da biblioteca com as questões ambientais afetas à Amazônia, preocupação cada vez mais constante na sociedade moderna, assumindo a biblioteca papel decisivo nesse processo de criação e desenvolvimento da consciência ambiental.

Não há como, grosso modo, ao falar das bibliotecas públicas, não reconhecer a importância delas para as poluições locais onde estão instaladas e, considerando as realidades existentes no País, não denunciar o descaso e a omissão do Estado, daí a importância do

Manifesto, no contexto amazônico, como instrumento de articulação política em defesa das bibliotecas e viabilidade das formas de vivências locais.

#### **4.2 Biblioteca Municipal Paulo Rodrigues dos Santos**

A situação atual das bibliotecas no município de Santarém/PA está inegavelmente ligada à história da Biblioteca Municipal Paulo Rodrigues dos Santos para onde, muito antes de as escolas municipais possuírem biblioteca em suas dependências, alunos se dirigiam para realizar pesquisas escolares, pela riqueza do acervo público dessa biblioteca e pela ausência de outra referência de espaço para consulta e pesquisa no município.

A biblioteca foi fundada em 20 de janeiro de 1967 pelo então prefeito Everaldo de Souza Martins. Nesse ano, estava instalada no térreo da antiga Câmara Municipal de Santarém (antigo Teatro Vitória) e contava com um acervo composto por 3.210 livros e mais de 830 revistas científicas e culturais, sendo a maioria das publicações na área de direito e jurisprudência. O número reduzido de livros inviabilizava a realização de empréstimos. (PINTO, 2010).

Por meio da Lei n. 4.564, de 12 de junho de 1972, subscrita pelo então Prefeito Municipal de Santarém, Dr. Everaldo de Souza Martins, foi criada a Biblioteca Pública Municipal de Santarém, denominada Biblioteca Pública Municipal “Rodrigues dos Santos”, na época subordinada ao Departamento de Educação do Município, com crédito especial aberto, no orçamento vigente, de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) destinados às despesas com a instalação da biblioteca.

Em 1975, o Diretor-Presidente da Casa da Cultura, Wilson Dias da Fonseca, transferiu a Biblioteca para o prédio atual (Av. Borges Leal, 1558 - Santa Clara, Santarém-PA). Em 22 de junho de 2006, a Prefeitura Municipal de Santarém, em parceria com a Fundação Cargill, Unidade de Santarém, após seis meses de reforma do prédio, reinaugurou a biblioteca.

O projeto de revitalização visou à reforma do prédio, atualização do acervo com aquisição de 2.000 novos livros, capacitação dos funcionários, informatização, capacitação de professores da rede pública municipal e à criação de uma sala multifuncional com brinquedoteca.

A Biblioteca Municipal Paulo Rodrigues dos Santos funciona de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas, e constitui-se num espaço de informação, leitura, entretenimento e lazer para toda comunidade, tendo como objetivos: (i) democratizar o acesso à informação e ao registro do conhecimento humano; (ii) estimular o hábito da leitura; (iii) preservar o acervo

cultural como patrimônio público; (iv) incentivar a transformação da consciência e das relações sociais, visando a um maior e melhor desenvolvimento da sociedade relativamente à sua estrutura. (AYRES, 2017)

A Biblioteca possui ambiente geral totalmente climatizado e bem iluminado; capacidade para 56 usuários acomodados no salão geral de estudos; consulta livre ao acervo geral (direto nas estantes); acervo geral para o atendimento ao ensino básico (fundamental e médio); acervo informatizado por meio do *software* Alexandria; ambiente anexo para atividades lúdico-educativas e audiovisuais; autosserviço de guarda-volumes; anexo com banheiros, bebedouro e área de serviços; disponibilização de 4 computadores para pesquisa gratuita na Internet; telecentro composto de 10 computadores e 5 uma impressora; sala administrativa equipada com computadores e impressora para processamento técnico do acervo e gerenciamento dos serviços.

Além de ser o local por excelência onde eram e são feitas pesquisas escolares, cumpre registrar que durante muito tempo a Biblioteca Municipal Paulo Rodrigues dos Santos conservou em seu acervo uma diversidade riquíssima de obras literárias nacionais e estrangeiras, didáticas, científicas e obras paraenses ou ligadas ao município de Santarém, possuindo atualmente quase 15.000 exemplares. A biblioteca exerceu significativas contribuições, ao longo dos anos, para a formação educacional em Santarém, tendo influência na formação de intelectuais do município e na democratizado o conhecimento.

### **4.3 O município de Santarém/PA e o relacionamento com as bibliotecas**

Centro econômico do oeste do Pará e terceiro município mais populoso do estado, o município de Santarém/PA é também o principal centro cultural da região onde está localizado, atendendo a uma crescente demanda educacional de outros municípios vizinhos.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, o município de Santarém/PA, no ano de 2017, possuía os seguintes dados sobre o ensino fundamental, número de alunos matriculados por série e região na rede municipal de ensino, incluindo área urbana e área rural (terra firme e rios): 409 escolas, 47.852 alunos do ensino fundamental, 2.368 alunos do EJA, 2.511 alunos de creche, 9.718 alunos do pré-escolar (SEMED, 2017). Esse quantitativo demanda um esforço do município na criação e manutenção de bibliotecas escolares, considerando que atende a lugares com naturezas muito específicas, ou salas de leitura, a fim de assegurar aos alunos o acesso à informação e promover leitura.

Relativamente às ações do Governo municipal de leitura, consulta realizada em 3 de setembro de 2017 no sítio da Prefeitura Municipal de Santarém, por meio da palavra “Projetos”, identificou apenas uma ação intitulada *Projeto Casinha de Leitura*, executada nas escolas e utilizada nas salas de aula com a finalidade de promover a leitura, ação que poderia ser compreendida como uma ampliação dos serviços da biblioteca escolar:

O Projeto Casinha de Leitura tem como objetivo desenvolver o gosto pela leitura através de livros da literatura infantil e capacitação de professores. Atualmente são 17 Casinhas de Leitura sendo 08 na zona urbana e 09 na zona rural (06 no planalto e 03 em rios). As casinhas ficam na escola e são utilizadas de forma itinerante nas salas de aula, conforme o plano de aula dos professores. Nos acessórios que integram a Casinha estão fantoches, cortina para teatro de fantoches, papel Ax4, papel almaço, lápis de cor, lápis comum, 100 livros de literatura infantil, 01 CD de cantigas de roda. Estes recursos auxiliam no desenvolvimento das práticas leitoras que são orientadas pelos professores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2018)

Sobre essa mesma questão, observa-se que não existem iniciativas do legislativo municipal destinadas às bibliotecas escolares. Pesquisa realizada em 25 de outubro de 2018 no portal da Câmara de Vereadores de Santarém acerca das normas jurídicas encontrou quatro ocorrências genéricas sobre bibliotecas:

**Quadro 5 – Normas jurídicas sobre bibliotecas em Santarém**

Tipo	Número	Ano	Data	Ementa	Relacionamentos
Lei	15942	1997	23 de abril de 1997	Autoriza o Poder Executivo a desenvolver e incentivar sistemas de bibliotecas e arquivos públicos volantes nos bairros, e dá outras providências.	Norma sem alterações posteriores.
Lei	15585	1996	17 de junho de 1996	Dispõe sobre a regulamentação do sistema de funcionamento da biblioteca pública municipal de <i>braille</i> .	Norma sem alterações posteriores.
Lei	15395	1995	12 de janeiro de 1995	Torna de utilidade pública a Biblioteca Boawerges Sena e dá outras providências.	Norma sem alterações posteriores.
Lei	4564	1972	12 de junho de 1972	Cria a biblioteca pública municipal de Santarém e dá outras providências	Norma sem alterações posteriores.

**Fonte:** Elaboração própria (2018), com base no Portal da Câmara de Vereadores de Santarém

Há, contudo, proveniente do Poder Executivo do município de Santarém, iniciativa que contempla a biblioteca, mesmo que esta não seja o foco da ação desse Poder. Trata-se da edição da Lei n. 20.013/2016, de 6 de julho de 2016, que institui o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Santarém-Pará (PMDDHCAS, 2016-2025), considerado um marco para uma nova caminhada dos direitos de Crianças e Adolescentes, na cidade de Santarém/Pará, norma que elege como princípios do Plano: a)

universalidade dos direitos com equidade e justiça social; b) igualdade e direito à diversidade; c) proteção integral para a criança e para o adolescente; d) prioridade absoluta para a criança e para o adolescente; e) reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; f) descentralização político-administrativo; g) participação e controle social; e h) intersetorialidade e trabalho em rede.

Especificamente, esse Plano apresenta 33 objetivos estratégicos, para os quais estabelece um conjunto de metas, figurando a biblioteca no objetivo estratégico 14 e meta 56:

Objetivo Estratégico 14 – Ampliar o acesso e a oferta de políticas culturais que nas suas diversas expressões e manifestações considerem o desenvolvimento de crianças e adolescentes e o seu potencial criativo.

Meta 56 – Até 2024, implantar pontos de Cultura, bibliotecas, telecentros e cineclubes em 50% do território de abrangência do Município (PMDDHCAS, 2016, p. 63).

Decorre esse objetivo do Eixo I - Promoção dos direitos de crianças e adolescentes e da Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, com promoção da equidade e afirmação da diversidade. Genérica e ousada, apesar de ter as melhores pretensões, a meta 56 do objetivo estratégico 14 terá muitas dificuldades para ser atingida, já que até o momento não há iniciativas concretas por parte do município quanto à implantação dessas bibliotecas.

A ausência de normas específicas ou de iniciativas do legislativo municipal sobre as bibliotecas escolares e de uma rede ou programa de biblioteca municipal organizada revela que essa temática não parece ser estratégica nas proposições acerca da educação no município e poderia interferir favoravelmente em processos educacionais e de leitura, a exemplo do Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG - RME-BH<sup>8</sup>. (LIMAS e CAMPELLO, 2017)

#### **4.4 Dados da Secretaria Municipal de Educação**

Por meio do Ofício n. 411/2017, de 26 de dezembro de 2017, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) informa que não possui banco de dados que reúna documentos institucionais sobre bibliotecas escolares ou sala de leituras. Essas informações constam de

---

<sup>8</sup> Segundo Limas e Campello (2017), o Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte teve início em 1997 e compreende 189 escolas com 190 bibliotecas e 43 bibliotecários.

relatórios e diagnósticos realizados com objetivo de atender a demandas específicas da Secretaria, como:

- a) O diagnóstico realizado como primeira etapa do Plano de Ações Articuladas (PAR), construído com base em informações referentes a meados de 2016 e início de 2017. Portanto, os dados podem estar defasados, além de terem sido obtidos por meio de informações verbais. Não foi possível fazer visitas a cada unidade para confirmar as informações;
- b) Diagnóstico da plataforma *on-line* do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (Pddeinterativo). Ressaltamos que os dados obtidos nesta plataforma são fornecidos pelos gestores e podem estar equivocados, uma vez que muitos consideram espaços improvisados ou sala de leitura bem estruturadas como bibliotecas. Considerando a Lei n. 12.244/2010, muitos desses espaços não podem ser reconhecidos como biblioteca escolar.
- c) Dados do “Projeto Vagalume”<sup>9</sup> de incentivo à leitura. Dados obtidos junto ao setor responsável pela arte-educação da secretaria. Este projeto é realizado em parceria com uma Organização Não Governamental (ONG) de mesmo nome. As escolas e objetivos deste projeto estão descritos nos documentos anexos. (SANTARÉM, 2017, com adaptações)

Informa também que as escolas construídas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) possuem espaços adequados para a instalação de bibliotecas, conforme o Levantamento da Situação Escolar (LSE) - 2016. Contudo, considerando as determinações contidas na Lei n. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, o acervo e a quantidade de livros existentes nas escolas são insuficientes para atender à demanda, possuindo apenas 9% das escolas da rede municipal bibliotecas minimamente equipadas e acessíveis.

O Ofício n. 411/2017, da Secretaria Municipal de Educação, apresenta um diagnóstico das escolas, sob supervisão da Secretaria, que possuem biblioteca/sala de leitura na região urbana de Santarém:

**Quadro 6 – Lista de escolas com biblioteca/sala de leitura - região urbana**

Nº	Escolas Municipais	Endereço	O que diz ter
1	Brigadeiro Eduardo Gomes	Rua Frei Vicente, s/n, Aeroporto Velho	Biblioteca
2	Coronel Mário Fernandes Imbiriba	Av. Castelo Branco, Interventoria	Sala de Leitura
3	Deputado Ubaldo Correa	Av. Fernando Guilhon, s/n, Conquista	Biblioteca
4	Dom Anselmo Pietrulla	Av. Moaçara, s/n, Diamantino	Sala de Leitura
5	Dom Lino Vombommel	Trav. Jader Barbalho, s/n, Novo Horizonte	Biblioteca
6	Dr. Everaldo de Sousa Martins	Rua dos Artistas, s/n, Vitória Régia	Sala de Leitura
7	Dra. Maria Amália Q. de Sousa	Tv. Campos Sales, 670, Mapiri	Biblioteca
8	Ester Ferreira Rua Brasil	Novo Vitória Régia	Sala de Leitura
9	Fluminense	Av. Presidente Vargas, 1817, Santa Clara	Biblioteca
10	Francisca das Chagas Nascimento	Rua Santa Helena Urumanduba	Sala de Leitura
11	Frei Fabiano Merz	Av. Paulo Maranhão Caranazal	Sala de Leitura

<sup>9</sup> Segundo a Secretaria Municipal de Educação, nove escolas municipais participam do Projeto Vagalume: 5 na região de Planalto e 4 na região de Rios.

(continuação)

Nº	Escolas Municipais	Endereço	O que diz ter
12	Frei Miguel Kellet	Rua José Bonifácio, Interventoria	Sala de Leitura
13	Haroldo Veloso	Av. Curuá-Una, Km 07, Maicá	Sala de Leitura
14	João Batista Miléo	Rua Almirante Tamandaré, 330, Urumari	Biblioteca
15	Maestro Wilde Dias da Fonseca	Rua Chico Mendes Vitória Régia	Biblioteca
16	Magalhães Barata	Rua da Índia, s/n, Livramento	Sala de Leitura
17	Padre João Felipe Bettendorff	Trav. E, s/n, Maracanã	Biblioteca
18	Joaquim Cavalcante Maia	Rua João Batista Miléo, Santo André	Sala de Leitura
19	Nossa Senhora de Fátima	Tv. Antônio Justa, s/n, Laguinho	Sala de Leitura
20	Padre Manoel Albuquerque	Av. Dom Frederico Costa Santíssimo	Biblioteca
21	Paulo Rodrigues dos Santos	Tv. Uirapuru, s/n, Floresta	Sala de Leitura
22	Princesa Isabel	Av. Tancredo Neves, Nova República	Biblioteca
23	Profa. Helena Lisboa de Matos	Av. Quixadá, s/n, Esperança	Sala de Leitura
24	Irmã Leodgard Gausepohl	Rua Uruará, Uruará	Sala de Leitura
25	Profª. Mª da Conc. Figueira Cardoso	Rua C, Jaderlândia	Sala de Leitura
26	Profa. Nazaré Demétrio Mussi	Av. Presidente Costa e Silva, s/nº, Mararu	Sala de Leitura
	Profa. Delfina de Jesus Amorim	Rua Boa Vista, 533, Aeroporto Velho	Biblioteca
27	Profa. Ecila Nobre dos Santos	Rua Valnir Sarmiento, 170, Conquista	Sala de Leitura
28	Profa. Eiláh Gentil	Rua N <sup>sa</sup> Sr <sup>a</sup> do Rosário, 1370, Santarenzinho	Sala de Leitura
29	Profa. Deuzuíta Freire de Matos	Av. Transmaicá, s/n, Área Verde	Sala de Leitura
30	Rosineide Fonseca Vieira	Rua José do Patrocínio, s/n, Diamantino	Sala de Leitura
31	Profa. Sofia Imbiriba	Rua Raimundo Fona, 844, Liberdade	Biblioteca
32	Raimunda de Lira Maia	Travessa B, s/n, Elcione Barbalho	Sala de Leitura
33	Rotary	Tv. Professor Luís Barbosa, 1744, Caranazal	Biblioteca
34	Santa Luzia	Rua Santa Luzia, 26, Santarenzinho	Sala de Leitura
35	Santo André	Av. Monte Alegre, Santo André	Biblioteca
36	São Francisco de Assis	Tv. Achua, São Francisco	Sala de Leitura
37	União Libertadora	Rua 13 de Maio, 69, Santarenzinho	Sala de Leitura

Fonte: (SANTARÉM, 2017, com adaptações)

Observa-se, considerando o quantitativo de 38 escolas, que apenas 14 escolas possuem bibliotecas e 24 possuem salas de leituras, sendo necessário verificar eventual diferença entre os dois termos utilizados e se há ou não substituição de uma por outra. Faz-se necessário também verificar se isto parte de uma determinação classificatória imposta por dispositivo legal ou pela Semed ou se se trata apenas de um enquadramento, considerando acervo, profissional lotado, espaço etc.

Relativamente à escola estudada nesta pesquisa, convém destacar que, a pesar de o Ofício n. 411/2017 considerar que nesse espaço existe “sala de leitura”, o regimento da biblioteca e o Projeto Político-Pedagógico consideram o espaço como uma biblioteca.

#### 4.5 A biblioteca escolar e o Plano Municipal de Educação de Santarém/PA

O Plano Municipal de Educação de Santarém/PA, aprovado pela Lei n. 19.829/2015, de 14 de julho de 2015, estabelece metas e estratégias para o período de 2015 a 2025,

abrangendo diferentes níveis de educação – educação básica e educação superior – e etapas da educação – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação em tempo integral, ensino superior e diversos temas atinentes à educação no município. As bibliotecas escolares são previstas nas estratégias do Plano para obtenção das metas propostas para o ensino fundamental:

## **2. Ensino Fundamental**

**Meta 2:** Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME (2025).

### **Estratégia**

2.2- Construir, em parceria com a União, bibliotecas escolares e provê-las, inclusive as existentes, de livros científicos, literários e paradidáticos atualizados que possibilitem aos professores, alunos e comunidade a pesquisa, manuseio, consulta, empréstimo e participação na escolha do acervo, com prioridade para as regiões nas quais o acesso a material escrito seja de difícil aquisição;  
Santarém (2015, p. 35)

Associa-se o atingimento da universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos à estratégia de construção e o seu necessário provimento, em parceria com a União, de bibliotecas escolares, possibilitando a participação dos atores diretamente envolvidos na escolha do acervo e priorizando as regiões onde há escassez de aquisição de material escrito. Busca a meta 2 que um percentual elevado (95%) conclua essa etapa na idade recomendada (certa), sendo a biblioteca fator decisivo para a consecução do que se propõe. Trata-se de ação do município, por meio de plano estratégico da Secretaria Municipal de Educação (Semed), para dar cumprimento às disposições contidas na Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Nessa meta e respectiva estratégia, a biblioteca não constitui em si um programa articulado nem se detalha como seria essa parceria, apenas se destacam a construção e o provimento do acervo. Sabe-se muito bem, contudo, que apenas disponibilizar livros, embora seja necessário, não significa que haverá uma efetiva procura dos leitores ou uma utilização do acervo. Relativamente ao estabelecimento de parceria, há um reconhecimento por parte do município de que “As avaliações externas demonstram que as parcerias têm contribuído positivamente para a elevação da qualidade do ensino em nosso município” (p. 34)

**Meta 7:** Assegurar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias projetadas para o IDEB no Município de Santarém.

**Estratégia**

**7.10** - Criar mecanismos para implementação das condições necessárias para as bibliotecas e promover a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

Santarém (2015, p. 45-47)

Preocupa-se em assegurar a qualidade da educação básica, nas diversas etapas e modalidades, com vistas ao atingimento de médias projetadas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do município de Santarém. Esse programa foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com a finalidade de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, funcionando, dessa forma, como um indicador para o monitoramento dessa qualidade. Para alcançar essa meta constante do Plano Municipal de Educação, lança-se mão da criação de mecanismos que garantam a implementação das condições necessárias para a biblioteca. Apesar de não serem definidas as condições referidas nem o para quê dessas condições, há de se presumir que se está a falar de infraestrutura de funcionamento das bibliotecas. Na sequência da estratégia, informa-se a necessidade de promover a formação de leitores e capacitar pessoal para funcionar como mediador da leitura. A referida meta decorre de diagnóstico realizado sobre o município de Santarém que revela resultado de desempenho dos anos finais e iniciais com discrepância, devendo garantir-se a equidade de aprendizagem, assim como resolver a questão relativa ao desempenho do município nas séries finais do ensino fundamental revelada como inferior à média nacional.

**Meta 6:** Aumentar a oferta de Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

**Estratégias**

**6.3-** Aderir e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a Educação em Tempo Integral;

**6.4-** Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

Santarém (2015, p. 63-64)

Pretende-se aumentar a oferta de educação integral no município de Santarém, atingindo 50% das escolas públicas e 25 % dos alunos da educação básica. Lançam-se as seguintes estratégias: adesão e manutenção, em regime de colaboração, de programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas. Entra nessa questão a instalação de diversos instrumentos destinados a promover essa oferta, como a instalação de bibliotecas, bem como a articulação da escola com diferentes espaços educativos, como as bibliotecas. Pode-se deduzir, concernente às bibliotecas, que estas, na estratégia 6.3, seriam instaladas nos espaços das escolas reestruturadas; e, na estratégia 6.4, constituiriam um espaço educativo localizado fora da escola.

As estratégias para essa meta relacionam-se ao diagnóstico sobre a educação em tempo integral em Santarém e à necessidade, mesmo no âmbito nacional, de reestruturação das escolas mediante ampliação de espaços para comportar alunos que permanecerão mais tempo na escola e articular esta com outros espaços com potencial educativo e com equipamentos públicos. Houve no município um aumento no percentual de escolas da educação básica que oferecem educação integral, ou seja, escolas que executam programas que aumentam a jornada escolar, como o Programa Mais Educação. Conquanto exista esse aumento, há apenas 2 escolas no município que funcionam em regime de tempo integral.

**META 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 60% dos profissionais da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir aos mesmos, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

**Estratégias**

16.12 – Construir bibliotecas em todas as escolas públicas e garantir o funcionamento pleno das mesmas com a lotação de recursos humanos qualificados e aquisição de obras literárias e acervo científico até o 5º ano de vigência deste PME;

16.13 – Garantir formação continuada na área de computação e o uso de aparelhos multimídia para os profissionais que trabalham em sala de computação e biblioteca bem como para os demais profissionais.

Santarém (2015, p. 75-76)

Considera-se, no Plano Municipal de Educação, Santarém como um polo universitário para onde são deslocados alunos de outros municípios da região e até de outros estados (43%) (p. 65), em razão do grande número de instituições privadas de ensino superior presentes no município, fato que se contrapõe, no momento, à existência de apenas duas universidades públicas e um instituto federal de educação na região, fazendo com que exista índice baixo de matrículas nestas instituições. Em face desse cenário, pretende o município promover a formação docente, em nível de pós-graduação, no percentual de 60% dos profissionais da educação básica, garantindo a formação continuada em sua respectiva área de atuação.

As estratégias 16.12 e 16.13 do Plano Municipal de Educação referem-se, no que diz respeito à biblioteca, à formação profissional qualificada para trabalhar na biblioteca e ao acervo, com até o 5º ano de vigência do Plano. Reporta-se também o acesso a equipamentos para os profissionais na biblioteca e para os demais profissionais.

Como se pode observar, as metas e as estratégias constantes do Plano Municipal de Educação de Santarém/PA atribuem à biblioteca papel fundamental na consecução das propostas educacionais para o decênio 2015-2025. Em vista disso, ações mais específicas e propostas concretas de viabilização das bibliotecas escolares, incluindo programas e projetos específicos, devem efetivadas para tornar eficaz os espaços das bibliotecas escolares.

#### **4.6 A biblioteca escolar e o Plano de Ações Articuladas do Município de Santarém (2016/2017)**

O Plano de Ações Articuladas (PAR) consiste em uma estratégia de planejamento da assistência técnica e financeira da política educacional, iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, fornecida às redes públicas de educação básica dos entes federados, sob a responsabilidade da União, e pactuado com o Ministério da Educação (MEC). Nos termos da Lei n. 12.695, de 25 de julho de 2012, que, entre outras coisas, dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, esse apoio é definido como “em caráter suplementar e voluntário” (art. 1º), tendo como finalidade “promover a melhoria da qualidade da educação básica pública, observadas as metas, diretrizes e estratégias do Plano Nacional de Educação” (parágrafo único do art. 1º).

O diagnóstico proposto pelo PAR abrange quatro dimensões: (i) gestão educacional; (ii) formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; (iii) práticas pedagógicas e avaliação; (iv) infraestrutura física e recursos pedagógicos, constituindo das seguintes especificações ou detalhamentos: dimensão, área, indicador, componente e justificativa.

Para a situação das bibliotecas escolares no município de Santarém, o PAR referente aos anos de 2016 e 2017 apresenta um diagnóstico acerca das áreas relativas aos recursos pedagógicos e seus respectivos componentes (acervo de livros, acervo da biblioteca, acervo bibliográfico) e às condições da rede física escolar existente (cumprimento do disposto na Lei n. 12.244/2010, instalações, acessibilidade e acesso a redes digitais de computadores).

**Tabela 3 – Situação dos acervos das bibliotecas do município de Santarém**

Dimensão 3	Práticas Pedagógicas e Avaliação
Área 3.4	Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais
Indicador 3.4.1	Existência, suficiência, diversidade e acessibilidade do acervo bibliográfico (de referência e literatura).
Componente	<input type="checkbox"/> (1) O acervo de livros na biblioteca de cada escola da rede contempla, no mínimo, um título para cada aluno matriculado na unidade escolar, em cumprimento à Lei 12.244/2010. <input type="checkbox"/> (2) O acervo da biblioteca de cada escola da rede é adequado às etapas e modalidades de ensino ofertadas. <input type="checkbox"/> (3) O acervo bibliográfico (de referência e literatura) de cada unidade escolar atende às necessidades dos alunos e professores. <input checked="" type="checkbox"/> (4) No acervo bibliográfico há obras de orientação pedagógica aos docentes do ensino regular e de atendimento educacional especializado e, ainda, obras de literatura infantil e juvenil em diversos formatos acessíveis.
Justificativa	As escolas construídas com recursos do FNDE possuem espaços adequados para a instalação de bibliotecas. No entanto, o acervo e a quantidade de livros existentes nas escolas são insuficientes para atender a demanda e não estão em conformidade com a Lei 12.244/2010.
Dimensão 4	Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos
Área 4.1	Condições da rede física escolar existente
Componente	<input checked="" type="checkbox"/> (1) Indique o percentual de escolas da rede que possuem biblioteca em cumprimento à Lei 12.244/2010. (11%) <input checked="" type="checkbox"/> (2) Indique o percentual de bibliotecas cujas instalações são acessíveis, devidamente equipadas e mobiliadas, além de adequadas para a organização e armazenamento do acervo. (10%) <input checked="" type="checkbox"/> (3) Indique o percentual de bibliotecas cujo acervo possui requisitos de acessibilidade, e é extensivo à educação especial, à educação de jovens e adultos e à educação para as relações étnico-raciais. (30%) <input checked="" type="checkbox"/> (4) Indique o percentual de bibliotecas nas escolas da rede cujas instalações favorecem a realização de estudos individuais e em grupo, e oferecem acesso a redes digitais de computadores, inclusive à internet. (0%)
Justificativa	11% das escolas da rede municipal possuem bibliotecas em cumprimento a Lei 12.244/2010, as demais escolas possuem sala de leitura com instalações acessíveis, são equipadas e mobiliadas. As escolas dispõem de instalações que favorecem a realização de estudos individuais, mas nem todas tem acesso a internet.

**Fonte:** Elaboração própria (2018), com base no PAR (2016-2017).

Chama a atenção a informação constante do Relatório de Ações Articuladas (2016/2017) de que apenas 11% das escolas da rede municipal possuem bibliotecas, considerando as exigências contidas na Lei n. 12.244/2010, e o fato da inexistência de internet em algumas dessas escolas, situação que inviabiliza outras formas de pesquisa e, de alguma forma, a disponibilização do acervo em ambiente virtual.

A questão do acervo que deverá compor a biblioteca escolar é tratada na Lei n. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no

Brasil, definindo como alcance dos termos da lei todos os sistemas de ensino do País, sejam as instituições públicas, sejam as privadas.

A referida lei traz ainda o conceito insuficiente e limitado de biblioteca escolar, considerando apenas o acervo e a quantidade de títulos: “considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (art. 2º), destacando, assim, a importância da diversidade de suportes de documentos para a composição do acervo da biblioteca. Torna obrigatório que o acervo da biblioteca disponibilize um livro, no mínimo, por aluno matriculado, determinando o sistema de ensino como competente para promover a ampliação e a divulgação de orientação acerca de guarda, prevenção, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. Define ainda como cláusula de vigência da lei sua publicação no Diário Oficial da União, ocorrida em 25 de maio de 2005, e determina o prazo máximo de dez anos para que ocorra a efetivação progressiva da universalização das bibliotecas escolares, prevendo ainda o bibliotecário como o agente mediador entre usuário e a biblioteca escola e as atividades respectivas. (BRASIL, 2010)

Transcorridos nove anos da edição da Lei n. 12.244/2010, considerada uma lei conceitualmente precária, as escolas da rede municipal de ensino de Santarém ainda não cumprem as determinações desse diploma legal relativamente à suficiência do acervo para atender à demanda gerada. Além disso, o fato de não haver internet em algumas escolas compromete as ações relacionadas à leitura ou mesmo o acesso ao conhecimento que poderia ser viabilizado pela escola, já bastante comprometido em razão de apenas 11% das escolas possuírem bibliotecas.

## 5 LOCUS DELIMITATIVO E RESULTADOS DA PESQUISA

Fundada em 4 de fevereiro de 2011 e localizada na área urbana do município de Santarém, Pará, a Escola Municipal de Ensino Fundamental de Tempo Integral Frei Fabiano Merz é mantida pela Prefeitura Municipal de Santarém, por meio da Secretaria Municipal de Educação, sendo, após ser feita a habilitação no MEC, mantida com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mediante Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Projetada para o desenvolvimento, na área urbana do município de Santarém/PA, de atividades próprias da escola de tempo integral, conforme as políticas do governo federal, a escola é assim descrita no Projeto Político-Pedagógico: educação para a cidadania (2014-2017):

A escola foi construída com dois pavimentos, sendo na área térrea: 5 salas de aula, secretaria, diretoria, sala dos professores, *biblioteca*, sala de supervisores, refeitório, sala de atividades múltiplas, banheiros, depósitos, quadra poliesportiva, cozinha e área livre; e no andar superior: 5 salas arejadas, respeitando as normas de acessibilidade. (Grifo nosso).  
Santarém (2014, p. 5)

Relativamente à proposta de educação integral projetada para a escola no Projeto Político-Pedagógico (p. 17), informam-se três pilares norteadores: 1. Temas geradores; 2. Relação dialética (prática-teoria-prática); e 3. Participação coletiva. Ressalte-se que, sobre a política indutora da educação integral, uma das metas contidas no Projeto Político-Pedagógico da escola prevê para o horizonte vislumbrado para o projeto os quatro anos (2014, 2015, 2016 e 2017), com 100% de atingimento para cada ano, “Desenvolver o Programa Mais Educação (horta escolar, atletismo, capoeira e estudo do conhecimento” (p. 8), determinando, no tocante às atividades a serem desenvolvidas, que

As atividades pedagógicas são realizadas em três períodos: quatro horas diárias de efetivo trabalho pedagógico em sala de aula, desenvolvendo ações de ensino/aprendizagem; refeição seguida de descanso de uma hora e trinta minutos; e em seguida o Programa Mais Educação, que tem a duração de três horas envolvendo as oficinas: Estudo do conhecimento; Capoeira; Atletismo e Horta; e encerrando com as atividades extracurriculares voltadas para música, xadrez, teatro, inglês e recreação com duração de duas horas, ou seja, das 14h30 às 16h30.  
Santarém (2014, p. 18)

A execução dessas atividades deveria incluir, com mais ênfase, a biblioteca da escola, lugar ideal para execução de atividade de educação integral e acesso ao conhecimento e à informação. A presença da biblioteca nesse documento será vista a seguir.

### 5.1 A biblioteca no projeto político-pedagógico da escola

No Projeto Político-Pedagógico: educação para a cidadania da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Tempo Integral Frei Fabiano Merz, formulado para o período de 2014 a 2017 (PPP, 2014-2017), em dois momentos a biblioteca é mencionada: (i) no momento em que o documento trata da caracterização física da escola, informando que, além de outros espaços, foi nela construída uma biblioteca, afirmando que a construção da escola se destina ao “desenvolvimento de atividades inerentes a escola de tempo integral” (p. 6), funcionando das 7h30 às 16h30 e tendo duração diária de 9 horas; e (ii) na parte que se refere ao Plano de Ação da escola, composto por metas, ações, metodologia, período, recursos, responsáveis e resultados (PPP, 2014-2017, p. 27 e 29):

**Quadro 7 – A biblioteca no projeto político-pedagógico da escola**

Metas	Ações	Metodologia	Período	Recursos	Responsáveis	Resultados
Manter o índice de aprovação de 93%	Acompanhar as atividades de leitura na biblioteca	Através de rodas de conversas alunos x professores	Diariamente	Diário do professor	Professora Maria Rosimar	
Garantir 99% de alunos alfabetizados ao final do 2º ano	*Atividades de leitura na biblioteca	Através do acompanhamento Pedagógico é detectado alunos faltosos em Diário de classe e ocorrências de sala de aula, os quais os pais serão informados através de telefonema, visita a residência. Os pais serão advertidos ainda que se o aluno continuar faltando o conselho Tutelar será informado.	Diariamente	Livros didáticos, data show, tv, os clássicos	Professora Maria Rosimar	

Fonte: PPP (2014-2017, pp. 27 e 29)

As ações constantes do projeto político-pedagógico que se reportam à utilização da biblioteca apresentam sua utilização por ocasião das atividades de leitura. Nesse sentido, o

citado projeto faz diversas referências às práticas de leitura, as quais deverão ser realizadas nos espaços da biblioteca, sem, contudo, definir um projeto que envolva diretamente a biblioteca. Há, por exemplo, as metas cujo atingimento se dará nos quatro anos de vigência do plano, definindo, para cada ano, o percentual a ser atingido (p. 8), conforme Quadro 8:

**Quadro 8 – Projeto de leitura no projeto político-pedagógico da escola**

Descrição das Metas	2014	2015	2016	2017
Desenvolver projeto de leitura em todas as turmas	100%	100%	100%	100%

Fonte: PPP (2014-2017, p. 8)

A leitura também consta do item 7. *Proposta Curricular*, relativamente às competências e habilidades necessárias aos tempos atuais, destacando-se o “Domínio da leitura, escrita e resolução de problemas;” (p. 22), tendo, acerca do currículo, a escola definido sobre a utilização do (i) *currículo pleno* (programas e disciplinas estabelecidos pelo MEC, carga horária e conteúdos, definidos pela LDB; e do (ii) *currículo eletivo*, relativo a todas as atividades extraclasse, em complementação ao currículo pleno. Também aparece a leitura por ocasião da formulação da proposta de formação continuada, preceituando que

A formação demandada pelo Projeto Político Pedagógico, na dimensão inicial e continuada, deve apoiar-se em princípios e pressupostos, que concebam os educandos e os educadores enquanto sujeitos do processo ensino/aprendizagem, valorizando as experiências e saberes vivenciados. (PPP, 2014-2017, p. 23)

Ressalte-se que, além de as atividades de formação pedagógica envolverem professores, equipe técnica e gestores, a formação de que trata o projeto político-pedagógico considera tanto educando como educadores como “sujeitos do processo ensino/aprendizagem, valorizando as experiências e os saberes vivenciados” (PPP, 2014-2017, p. 23). Com essa preocupação relativa à formação dos educandos, a escola, por meio do projeto político-pedagógico, define seus objetivos e se propõe à “Realização de encontros, rodas de conversa e gincanas educativas, com envolvimento dos educandos e familiares: leituras, dificuldades de leituras e incentivo a leitura” (PPP, 2014-2017, p. 24), iniciativa a ser desenvolvida possivelmente nas dependências da biblioteca, conforme se deduz das metas acima elencadas. Ainda sobre as atividades de leitura, uma das ações do Plano de Ação determina que haverá um “Monitoramento das atividades de leitura e escrita” (PPP, 2014-2017, p. 29).

Embora a biblioteca seja importante para a consecução dos objetivos da escola, não há projeto para a biblioteca no que se refere à sua utilização diária, havendo utilização quando professores realizam pesquisa escolar com livros didáticos ou quando alunos são enviados

àquele espaço para aulas de reforço. Considerando a maior permanência dos alunos na escola, a biblioteca deveria constar das atividades programadas para a escola e possibilitar uma formação ampla pretendida pela educação integral.

## 5.2 Regimento da biblioteca da escola

No âmbito do *Projeto Casinha de Leitura*, da Secretaria Municipal de Educação, em 2012, foi elaborado o regimento interno da biblioteca da escola objeto desta pesquisa. Possui o Regimento 7 capítulos: Capítulo I – Disposições gerais; Capítulo II – O espaço, os recursos materiais e os serviços; Capítulo III – Regras de utilização do espaço; Capítulo IV – Empréstimos; Capítulo V – Tratamento do fundo documental e acesso à informação; Capítulo VI – Atividades de gestão e organização; Capítulo VII – Disposições finais; e uma seção denominada “Considerações finais”. (SANTARÉM, 2014)

Confrontando-se as disposições constantes do referido regimento com a realidade encontrada na biblioteca por ocasião da visita *in loco*, durante a realização da pesquisa, fácil é perceber que não houve cumprimento do previsto no conjunto do documento relativamente, por exemplo, à presença de recursos materiais previstos no regimento – jornais, revistas, jogos didáticos e fantoches; aos serviços; ao espaço – destinação de espaço ao professor, às histórias recontadas; à catalogação dos livros, situação inexistente; à dinamização da biblioteca; divulgação à comunidade educativa do fundo documental da biblioteca; e à revisão do regimento, entendido como documento da escola, no final de cada ano letivo, considerando que há apenas a versão de 2012 até o momento da realização desta pesquisa.

Embora o Regimento preveja equipamentos destinados aos usuários da biblioteca – alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, na faixa etária de 6 a 12 anos de idade, oriundos de populações que compõem a classe trabalhadora –, como jogos interdisciplinares, colchonetes e almofadas, fantoches, devendo ser a biblioteca “um espaço de recurso vivo”, percebe-se a ausência desses recursos e um considerável descompasso, ao serem observados os recursos materiais disponíveis, os serviços realmente prestados, a organização do espaço e o tratamento do fundo documental, entre as normas contidas no Regimento e a realidade concreta da biblioteca.

Considerando que tem o Regimento como finalidade precípua de documento jurídico regular o funcionamento e os serviços internos das instituições, por meio de um conjunto de regras estabelecidas e aprovadas (SILVA, 2014), pode-se dizer que o fiel cumprimento das regras estabelecidas ou a observação do disposto regimental acerca da necessidade de revisão

anualmente, no final de cada ano letivo, poderiam dar à biblioteca um sentido e melhorar suas atividades, proporcionando aos alunos o direito constitucional de acesso à informação ou o acesso à produção intelectual da humanidade, como forma de democratização do saber e instrumentalização para participação na sociedade.

### 5.3 Dados do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad)

Por meio de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad), com dados obtidos no ano de 2017, apresentam-se as seguintes informações relativas a professores da escola acerca da biblioteca objeto desta pesquisa:

**Quadro 9 – Professores que frequentam bibliotecas**

<b>Frequentar a biblioteca</b>	<b>Resposta</b>	<b>Porcentagem</b>
Sempre (A)	3	18,75
Eventualmente (B)	10	62,5
Nunca (C)	3	18,75
Total de entrevistados	16	100
Total de respostas	16	100

**Fonte:** Procad (2017).

A questão tentou obter de professores informações sobre frequentar bibliotecas ou não. A ação de frequentar bibliotecas por parte de professores pode levar-nos a duas possíveis leituras: i) uma associada à preocupação do professor com sua formação como leitor, formação mais ampla em razão de a biblioteca conter uma variedade de acervo bibliográfico, com possível repercussão das atividades de leitura nas aulas ministradas por esses professores; ii) outra, considerando esse contato com a cultura proporcionado pela interação com as bibliotecas, ligada à consequência imediata da ação dos professores relativa à possível influência, advinda do exemplo de frequentar bibliotecas, na promoção e no incentivo da leitura dada pelo professor-leitor. Admitindo a hipótese de ocorrência de uma ou outra leitura decorrente do ato de visitar bibliotecas pelos professores, não se pode negar que elas estão diretamente associadas à questão da leitura.

Acrescenta-se a essas duas leituras o fato de a questão revelar eventual prestígio que a biblioteca tem para esses professores, num momento em que as bibliotecas sofrem certa crise de identidade. É certo que hoje a biblioteca concorre com outros recursos e formas de disponibilização do conhecimento, deixando de ter a primazia na disponibilização e no acesso ao conhecimento, inclusive com questões que se levantam acerca de sua desnecessidade e de sua crise de identidade, levando autores a reclamar por adequação aos novos tempos. Esse

contexto de questionamento talvez explique por que apenas 62,5% eventualmente frequentam a biblioteca e ocorra percentual igual (18,75%) para aqueles que sempre ou que nunca frequentam.

Parece evidente que, como contrapartida a esse entendimento que questiona a existência da biblioteca, será preciso sempre um discurso que justifique a existência de uma biblioteca escolar e que lhe dê visibilidade e sentido, e não a presença em si da biblioteca, como recurso facilitador de processos de ensino-aprendizagem. (DURBAN ROCA, 2012)

Nas informações prestadas sobre a biblioteca, nos questionários com informações da escola, sem explicitar os critérios utilizados para obtenção dos valores atribuídos, a biblioteca da escola Frei Fabiano recebeu, em uma escala de Ótimo (A), Bom (B), Ruim (R), Inexistente (D), a nota B (Bom). Neste aspecto, caso não se apresentem os critérios ou itens utilizados para considerar a biblioteca como um espaço BOM, possivelmente a atribuição da nota estaria relacionada com a infraestrutura geral e aparente da biblioteca ou pelo conjunto físico da biblioteca. Parece razoável, como espaço público da escola, que se deva, na atribuição de qualquer valor, dimensionar o que seria *bom* para o usuário que frequenta a biblioteca e que serviços oferecidos permitem atribuir esse valor, pois aí se estariam vendo questões relativas ao funcionamento da biblioteca, ao sentido dela no contexto da escola e para seus usuários mais frequentes, funcionando como “recurso educacional”. (DURBAN ROCA, 2012, p. 20)

Ademais, boas condições de infraestrutura de bibliotecas, apesar de serem necessárias, precisam estar associadas a acervos diversificados e efetiva utilização da biblioteca, com profissional preparado tecnicamente para orientar a intermediação, funcionando como parte integrante da escola, e com certos parâmetros mais ou menos estáveis e estabelecidos para acomodar o acervo, a execução de atividades destinadas aos usuários e dos serviços administrativos cotidianos.

Sobre as condições atuais da biblioteca da escola, são dadas as seguintes informações:

**Quadro 10 – Condições atuais da biblioteca da escola**

Com relação à sala de redação e biblioteca, responda as questões a seguir. (Marque uma resposta para cada item).	Sim	Não	Resposta
11. Possui acervo diversificado que desperte o interesse do aluno?	A	B	A
12. Possui brinquedoteca?	A	B	B
13. Possui espaço para estudo individual?	A	B	B
14. Possui espaço para estudo coletivo?	A	B	A
15. Os livros podem ser manuseados?	A	B	A
16. Os livros podem ser emprestados?	A	B	A
17. Existem pessoas responsáveis pelo atendimento na biblioteca?	A	B	A
18. O espaço é climatizado e bem iluminado?	A	B	A

Fonte: Procad (2017)

Como a biblioteca da escola Frei Fabiano destina-se a alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com faixa etária específica, presume-se que não possuir brinquedoteca pode significar um índice da inadequação da biblioteca para seu público imediato, considerando que todo o mobiliário de uma biblioteca adquire um significado para o público-usuário. Na perspectiva dos alunos, será necessário, considerando a faixa etária, definir o espaço da biblioteca como um lugar sobre o qual se atribui um significado, podendo, por exemplo, significar: espaço de informação, de conhecimento, de pesquisa escolar, de refúgio, de execução de atividades de reforço escola, de empréstimos de livros. Esse significado é atribuído conforme as condições reais da biblioteca na oferta dos serviços e no acolhimento dos alunos.

### **5.3.1 Justificativa para a escolha do *locus* da pesquisa**

Há, na zona urbana de Santarém/PA, apenas uma escola da rede municipal de ensino que funciona em regime de tempo integral, atendendo a alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Considerando que o enfoque não pode ser unicamente sobre o conjunto de serviços bibliotecários, mas sim sobre as possibilidades didáticas criadas por esses serviços (DURBAN ROCA, 2012), a escolha do *locus* da pesquisa, tomando por base a realidade do município de Santarém, circunscreve-se a partir da biblioteca dessa escola para revelar o sistema na qual está inserida, revestindo-se, assim, de considerável relevância social.

Além disso, com a finalidade de (i) alcançar a meta de manter o nível de aprovação de 93% da escola, por meio de acompanhamento diário das atividades de leitura na biblioteca e com a utilização de rodas de conversas entre alunos e professores; e de (ii) garantir 99% de alunos alfabetizados ao final do 2º ano, mediante acompanhamento pedagógico, o projeto político-pedagógico da escola inclui a biblioteca na proposta de desenvolvimento de atividades de leitura, designando responsável para tal finalidade e determinando recursos pedagógicos que serão mobilizados para a execução dessas atividades.

### **5.4 Apresentação e caracterização dos participantes da pesquisa empírica**

Será apresentada nesta subseção a amostra de 100 participantes da pesquisa, com respectivo perfil, dos quais foram obtidos dados mediante a aplicação de questionários, discriminados a seguir:

94 alunos do 4º e 5º anos, sendo 40 alunos do 4º ano e 54 do 5º ano;

4 professores da educação geral do 4º e 5º anos;

1 bibliotecário;

1 gestor da escola.

A escolha de alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental deve-se à necessidade de aplicar questões que exigiam, pelo conteúdo e estratégia de obtenção de respostas, formulações consideradas mais elaboradas e de maior complexidade, inclusive com respostas subjetivas. Estas, contudo, em razão da dificuldade de compreensão, não foram utilizadas na análise.

Os questionários aplicados, embora constituam instrumentos de interesse meramente demonstrativo, tiveram a finalidade de registrar a percepção de cada ator em relação à biblioteca da escola, considerando a perspectiva dos alunos-usuários ou potenciais usuários; a utilização da biblioteca como recurso de apoio pedagógico por parte dos professores, estes também potenciais usuários e leitores; a percepção institucional do gestor da escola acerca da biblioteca, considerando proposições concretas para a biblioteca; e a percepção diária acerca da realidade e utilização da biblioteca pelos professores, alunos, escola, conforme as questões respondidas pelo bibliotecário.

#### **5.4.1 Participantes da pesquisa – Bibliotecário**

A escola possui um bibliotecário, sem assistente ou pessoal lotado para apoiá-lo, com cargo de origem de professor, em situação de readaptação profissional, trabalhando 39 anos na educação e há 4 anos destes na biblioteca. Desenvolve atividades de reforço de leitura e alfabetização, ajudando, a pedido, nas atividades escolares. Foram aplicadas 7 questões, respondidas oralmente pela bibliotecária e anotadas pelo pesquisador. As questões, todas subjetivas, buscam compreender o funcionamento da biblioteca e captar o sentido, sob a ótica do bibliotecário, para a comunidade escolar e para a esse profissional.

#### **5.4.2 Participantes da pesquisa – Professores**

Foram aplicados questionários padronizados a 4 professores da educação geral das turmas do 4º e 5º ano do ensino fundamental, doravante denominados Professor 1 (P1), Professor 2 (P2), Professor 3 (P3) e Professor 4 (P4), discriminados no Quadro 11, a seguir:

**Quadro 11 – Professores participantes da pesquisa**

	<b>P1</b>	<b>P2</b>	<b>P3</b>	<b>P4</b>
Disciplina	Educação Geral	4º ano (?)	Educação Geral	Educação Geral (1º ao 5º ano)
Tempo de serviço na educação	27 anos	29 anos	21 anos	17 anos
Ano de ingresso na escola	2017	1988 (?)	2011	2016
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino

**Fonte:** Elaboração própria (2017)

As questões formuladas para respostas escritas dos professores, no total de 4 questões, tiveram como objetivo: (i) mapear possíveis dificuldades com que os professores lidam para utilizar ou não a biblioteca da escola; (ii) observar se a ausência ou não da inclusão da biblioteca em programa e projetos educacionais dificulta o trabalho dos professores; (iii) observar se a infraestrutura poderia ser um fator a inviabilizar o uso da biblioteca pelos professores; (iv) observar se a rotina escolar, fundamentada na utilização de livros didáticos e cumprimento de conteúdo previamente selecionados, não estaria a prejudicar o uso da biblioteca; (v) observar se os professores acreditam ou não no potencial educacional da biblioteca; (vi) descrever a perspectiva crítica dos professores quanto à biblioteca escolar; (vii) observar se há hábito de visitar a biblioteca; e (ix) observar o prestígio e o sentido que tem a biblioteca para os professores.

### **5.4.3 Participantes da pesquisa – Alunos**

Foram aplicados questionários padronizados a 94 alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental, sendo 40 alunos do 4º ano (duas turmas) e 54 alunos do 5º ano (duas turmas). Os questionários apresentam 8 questões objetivas, com possibilidade de complementação dos alunos por meio de texto escrito, dando opinião sobre temas diversos ligados à biblioteca da escola ou sobre aspectos não contemplados nas questões.

A quantidade de alunos sujeitos da pesquisa decorre da opção de aplicar os questionários às turmas do 4º e 5º anos, havendo duas de cada ano na escola, em virtude de os questionários apresentarem questões objetivas com possibilidade de elaboração de resposta complementar escrita, requerendo certo protagonismo deles. Julgou-se que, quando da escolha dessas turmas, os alunos teriam maturidade para complementar as questões, quando necessário, por meio de pequenos textos escritos. Essas questões subjetivas, embora importantes para sustentar esse protagonismo e possibilitar que os alunos fossem ouvidos e

manifestassem sua opinião, constaram das questões como itens opcionais e complementares, podendo ter sido respondidas ou não, não tendo sido feita análise delas.

As questões, de forma geral, considerando a perspectiva e os registros dos alunos, buscam, por meio de estratégias diversas, captar o sentido da biblioteca para seus principais usuários, os alunos. Elas tratam de questões relativas à percepção dos alunos acerca da biblioteca, a visibilidade dela no contexto da escola, os motivos de frequentar ou não esse espaço, a significação para os alunos, incluindo neste ponto a conceituação que formulam sobre a biblioteca, o ideal de biblioteca que revelam e sua utilização, ajudando ou não os alunos e a participação nas atividades desenvolvidas nesse espaço.

Para melhor visualização desses registros feitos pelos alunos, foram elaborados gráficos sobre 8 questões e respectivas especificações: 1. Na sua escola existe biblioteca? 2. Você frequenta a biblioteca da sua escola? 3. Por que você frequenta a biblioteca da sua escola? 4. Por que você não frequenta a biblioteca da sua escola? 5. O que é a biblioteca para você? 6. A biblioteca da sua escola ajuda você nas atividades escolares? 7. Você participa das atividades desenvolvidas na biblioteca da sua escola? 8. Como você gostaria que fosse a biblioteca de sua escola?

#### **5.4.4 Participantes da pesquisa – Gestor**

A escola possui um gestor, com formação acadêmica em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar. Tem 46 anos de serviços na educação, 40 no cargo de gestora, sendo 7 anos destes na escola, tendo ingressado na escola em 2011. As questões que lhe foram feitas procuram captar a atuação da direção escolar relativamente a ações concretas destinadas à biblioteca, procurando entender possíveis interferências e proposições da escola para a biblioteca, o sentido da biblioteca para a escola na perspectiva da direção, as projeções para a biblioteca (biblioteca ideal) e a realidade, funcionamento, prestígio da biblioteca e o processo de implementação da biblioteca.

#### **5.5 Descrição dos instrumentos da pesquisa**

Os instrumentos para produção de dados dos participantes desta pesquisa constituem de questionários aplicados a alunos, com 8 questões objetivas e subjetivas; a professores, com 4 questões subjetivas; ao gestor da escola, com 5 questões subjetivas; ao bibliotecário, com 7 questões subjetivas. Havia interesse de complementação das informações contidas no ofício

enviado pela Semed acerca das ações da Secretaria relativas à biblioteca escolar, mediante aplicação de questionário a uma autoridade da Secretaria, a fim de colher a percepção mais ampla da Secretaria acerca das bibliotecas escolares. Não houve tempo para aplicar, ficando os dados da Secretaria consignados apenas no ofício citado.

Os questionários objetivam trazer para a discussão as percepções dos atores sobre a biblioteca escolar, apresentando uma dimensão micro, obtida com o público interno da escola, incluindo documentos da escola. A dimensão macro foi revelada por meio de informações colhidas da Semed, da previsão legal contida nos dispositivos analisados e da documentação institucional acerca das bibliotecas públicas e escolares. Além disso, para a pesquisa na escola, elaborou-se um formulário para registro das observações feitas pelo pesquisador, documento se constitui de dez eixos acerca da biblioteca, cada um composto por itens diversos, tomados a Durban Roca (2012), Campello (2016) e Limas e Campello (2017): Eixo 1 – Dimensão educacional e escolar; Eixo 2 – Infraestrutura da biblioteca; Eixo 3 – Acervo e coleção; Eixo 4 – Acessibilidade; Eixo 5 – Conectividade; Eixo 6 – Atividades desenvolvidas na biblioteca; Eixo 7 – Controle da biblioteca; Eixo 8 – Institucional; Eixo 9 – Gestão; Eixo 10 – Visão dos atores diretamente envolvidos com a biblioteca escolar. As informações desse formulário constam da dissertação.

Optou-se por adotar esses autores pela valiosa contribuição que oferecem na elucidação do tema e pela riqueza de informações trazidas, pertinentes para as questões tratadas nesta pesquisa. De igual forma, a utilização de observações fundadas em um conjunto de eixos que guardam relação entre si, abrangendo várias dimensões de temas afetos à biblioteca escolar, visa enriquecer o trabalho e trazer outras dimensões e perspectivas sobre o objeto da pesquisa, além de, *mutatis mutandis*, possibilitar a utilização e a adoção da experiência que os pesquisadores, brasileiros e estrangeiro, dão aos estudos atuais acerca da biblioteca escolar.

São fontes documentais do estudo: (i) o Projeto Político-Pedagógico da Escola; (ii) o Regimento Interno da Biblioteca da Escola; (iii) o Ofício n. 411/2017, de 26 de dezembro de 2017, da Secretaria Municipal de Educação de Santarém; (iv) o Plano de Ações Articuladas do Município de Santarém (PAR 2016/2017); (v) o Plano Municipal de Educação de Santarém/PA, aprovado pela Lei n. 19.829/2015, de 14 de julho de 2015, documento que estabelece metas e estratégias para o período de 2015 a 2025.

## **5.6 Resultados da pesquisa**

Para a análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados, foram selecionadas, tomando-se por base o objetivo geral e os objetivos específicos, as seguintes categorias: 1. Ideal de biblioteca; 2. Atividades desenvolvidas na biblioteca; 3. Frequência à biblioteca; 4. Espaço da biblioteca da escola, adotando-se a técnica da triangulação dos dados das respostas dos participantes da pesquisa. A utilização desta técnica, julgada adequada para o caso específico desta pesquisa que se apropria de fontes diversas de informações, se justifica como instrumento de validação e confirmação dos dados do estudo pelo cruzamento de formas diferentes de abordagem e de fontes diversas, o que permite maior interação e diálogo e justifica como os dados foram coletados. Segundo Azevedo *et al.* (2013, p. 4):

A triangulação pode combinar métodos e fontes de dados qualitativos e quantitativos (entrevista, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais, etc. Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões.

As questões aplicadas aos alunos foram transformadas em gráficos para melhor visualizar as respostas, considerando a quantidade de alunos e a impossibilidade de transcrição da totalidade das respostas. As questões aplicadas a professores, ao gestor da escola e ao bibliotecário foram transcritas, procedendo-se a mínimas adaptações ortográficas que não comprometem o conteúdo. Além do registro desses sujeitos da pesquisa, foram trazidas para a análise dos dados constantes de outras fontes.

As questões e respostas estão registradas e apresentam edições feitas pelo pesquisador sem, contudo, interferir no conteúdo delas.

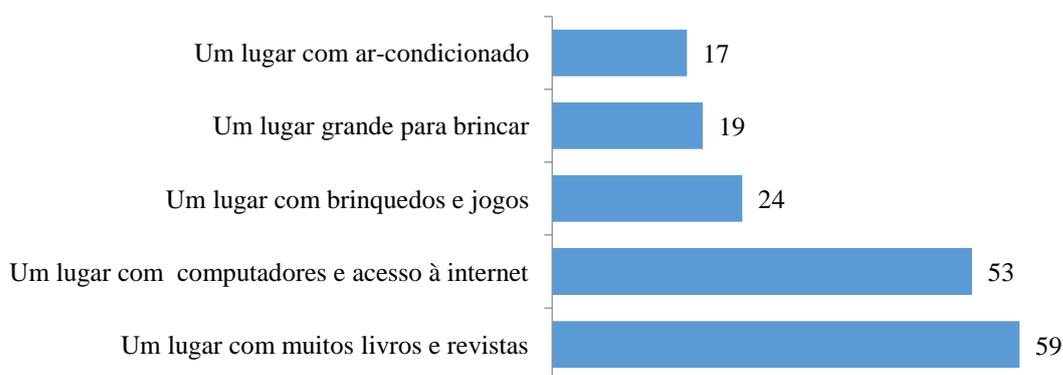
### **5.6.1 Categoria Ideal de Biblioteca**

A pesquisa teve também como objetivo registrar o ideal de biblioteca escolar compartilhado pelos sujeitos da pesquisa – professores, alunos, bibliotecário e gestor. Justifica-se esta categoria em razão de, diante da realidade concreta vivida no cotidiano escolar, os sujeitos formularem ideais de biblioteca que funcionem como contraponto e desejo de modificação da realidade circundante. Essas concepções *a priori* podem convergir para uma melhor identificação ou não com a biblioteca escolar e possibilitar visões pouco colaborativas em relação à biblioteca, como a representar falta de sintonia e engajamento e crença no poder da biblioteca. Além disso, a aceitação da realidade tal qual se aparece na

biblioteca escolar pode determinar a precariedade, inclusive a falta de reivindicação de melhores serviços.

De alguma forma, ao formularem esse ideal de biblioteca, revelam os sujeitos o que pensam sobre a biblioteca da escola onde frequentam e criam as bases conceituais para apresentar propostas de intervenção ou, em caso de convergências positivas de ideais, o esforço para aperfeiçoar as práticas escolares relativas à biblioteca. Ademais, questiona-se, com esta categoria, se o conceito que se tem da biblioteca escolar – limitado ou não – não estaria determinando, no âmbito das ações de gestão e do necessário envolvimento de professores, alunos, direção, bibliotecário, nas práticas da biblioteca. Para os alunos, uma pergunta registra esse ideal de biblioteca, apresentada no gráfico a seguir:

**Gráfico 1 – Como você gostaria que fosse a biblioteca de sua escola?**



**Fonte:** Elaboração própria (2018)

Com distribuição de itens para respostas dos alunos aos questionários, o ideal de biblioteca, nesta ordem, conforme se pode deduzir, contempla: presença de acervo/materiais informativos<sup>10</sup>; conectividade e conexão com as injunções dos tempos atuais; adequação do espaço com a faixa etária, representada pela presença de brinquedos e jogos na biblioteca, sendo espaço de brincadeiras; e conforto e comodidade para os leitores.

<sup>10</sup> Foram observadas as seguintes coleções na biblioteca: a) Alfabetização Matemática; b) Matemática Porta Aberta; c) Ciências Porta Aberta; d) Letramento e Alfabetização 2º ano; e) Letramento e Alfabetização 3º ano; f) Letramento e Alfabetização Linguística 1º e 2º ano; g) História da República Brasileira – Os Presidentes; h) História Coleção Conhecer e Crescer; i) História Infantil; j) Coleção Literatura para Todos; k) Educação de Jovens e Adultos (EJA); l) Português; m) Matemática; n) Revistas; o) Geografia Coleção Aroeira; p) Letramento e Alfabetização Linguística 1º e 5º ano; q) História Infantil – Contos; r) Coleção Literatura para Todos; s) Biologia; t) Olimpíadas de Língua Portuguesa; u) História. Esse acervo revela a inadequação da biblioteca para a faixa etária que a frequenta.

O ideal de biblioteca também foi apresentado pelos professores, quando da formulação da seguinte questão: *Como uma biblioteca ideal deveria ser? E o que deveria existir nela? Justifique.* As respostas estão listadas a seguir:

*P1: Deveria ser um local agradável, onde pudéssemos encontrar livros de pesquisas, computadores e internet, pessoas responsáveis e com conhecimento adequado para nos ajudar na hora que precisamos, pois a nossa biblioteca há mais livros didáticos de que de pesquisa.*

*P2: Sem contar com bons livros, também os melhores meios tecnológicos possíveis. E que tanto professor quanto alunos tenham a oportunidade de usá-los em prol das aulas.*

*P3: Bastante livros com alguns pequenos ambientes que chame a atenção dos alunos. Ter também meios de comunicação para pesquisa. Que seja um centro de contribuição de conhecimento dentro da escola.*

*P4: Organizada e com um acervo que atendesse a toda a demanda da comunidade escolar.*

Igualmente o ideal de biblioteca foi apresentado pelo gestor da escola (doravante G) quando da formulação da seguinte pergunta: *Como uma biblioteca escolar ideal deveria funcionar? E o que deveria existir nela? Justifique.*

*G: Biblioteca ideal. Ter pessoa formada (bibliotecária), com curso na área, pois tudo tem de ser catalogado de acordo com o assunto, faixa etária, para melhor utilização da biblioteca. Pessoa com conhecimento específico. No município, o profissional é readaptado. Bibliotecária ou pensar em curso específico. Deveria existir um acervo atualizado, com assuntos atuais, no mesmo nível dos leitores, espaço adequado, som ambiente, melhor infraestrutura (cadeiras, prateleiras e mesas).*

O bibliotecário (B) também apresentou o ideal de biblioteca quando respondeu à pergunta: *Como uma biblioteca ideal deveria funcionar? E o que deveria existir nela? Justifique.*

*B: Deveria ter atenção das autoridades, computadores, internet, com equipamento/mobiliário adequado, profissional bibliotecário, com concurso, equipamento, mesas, cadeiras*

A fala de *P1* pode ser comprovada pelas inscrições indicativas de assunto/livro contidas nas estantes de madeira da biblioteca escolar. Há indicação de que o acervo da biblioteca, em sua maioria, é composto por livros didáticos destinados aos professores ou de uso destes, inadequados à faixa etária dos alunos que frequentam a biblioteca e aos professores dessas séries da escola (1º ao 5º anos do ensino fundamental), configurando ainda como material inservível e disponibilizado na biblioteca em razão de inexistência de espaço apropriado. Neste ponto, convém indagar a quem a que se destina a biblioteca da escola: aos alunos, aos professores ou à finalidade de depósito da escola? Sobre esta realidade, Campello (2016, p. 18) afirma que: “A biblioteca não é um depósito e sim um lugar de aprendizagem.

Portanto, não pode de maneira alguma ser transformada em local para amontoar materiais rejeitados da escola”.

Cumpramos observar, contudo, que a presença maciça de livros didáticos como parte da composição do acervo da biblioteca escolar não parece ser uma marca específica da biblioteca estudada. Cardoso (2018, p. 64), em estudo realizado sobre a biblioteca escolar na rede estadual de educação de Santarém, em um universo de 30 escolas, informa que, em 13 escolas desse total, a biblioteca funciona exclusivamente como depósito de livro didático, 6 armazenam grande quantidade de livro didático sem incorporação e 7 incorporam como parte do acervo, conforme Quadro 12:

**Quadro 12 – Presença de livros didáticos nas BEs**

Unidade Escolar	Não incorpora LD	Incorpora como parte do acervo	Armazena grande quantidade sem incorporação	Depósito de LD
BE1			X	
BE2			X	
BE3			X	
BE4				X
BE5				X
BE6				X
BE7				X
BE8		X		
BE9				X
BE10				X
BE11				X
BE14				X
BE15			X	
BE16				X
BE17				X
BE19			X	
BE20		X		
BE21		X		
BE23			X	
BE24		X		
BE25		X		
BE27		X		
BE28				X
BE29				X
BE30				X
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>13</b>

Fonte: Cardoso (2018, p. 64)

A presença de livros didáticos em larga escala nas bibliotecas escolares, incorporando-se ou não ao acervo da biblioteca, revela-se quase sempre negativa por várias questões: i) os livros didáticos não atendem a demandas formativas profundas de alunos, servindo quase sempre como instrumentos de mera consulta e pesquisa e fonte de um saber que se apresenta como institucionalizado; ii) em razão da limitação do espaço das bibliotecas escolares, os

livros didáticos, quase sempre desatualizados e inservíveis, ocupam espaços de outras obras, poluindo espaços já precários; iii) considerando que os livros didáticos quase sempre estão disponíveis à escola da educação básica por meio das ações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não se justifica que esses livros compoñham o acervo da biblioteca ou constem desta como material de consulta e pesquisa. Nesse sentido, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) cumpre essa função e se apresenta como suficiente ao distribuir obras de literatura e de referência, livros mais adequados a uma formação sólida e consistente dos alunos, conforme estabelece o art. 2º da Resolução/CD/FNDE nº 7/2009:

Resolução/CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2009, que dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Art. 2º Serão distribuídos às escolas acervos compostos por *obras de literatura*, de *referência*, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista:

I - à democratização do acesso às fontes de informação;

II - ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores; e

III - ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor.

(BRASIL, 2009)

As falas do gestor (G) e do bibliotecário (B) apresentam um ponto em comum: a reivindicação de um profissional com formação específica na área de Biblioteconomia para, de posse de conhecimento técnico especializado, promover a mediação entre o acervo e os usuários ou viabilizar uma melhor organização do espaço da biblioteca. Esse entendimento se sustenta na crítica que hoje se faz à precariedade da biblioteca escolar.

A biblioteca escolar, como ambiente de aprendizagem, precisa de uma equipe de qualidade e competência para proporcionar aos usuários a construção do conhecimento, em um espaço de interação, de trocas e de crescimento. Somente quando tivermos técnicos, professores e bibliotecários atuando conjuntamente, cooperativamente, no contexto da biblioteca e da escola, será possível oferecer à comunidade escolar a biblioteca dos sonhos e a que todos têm direito. (MORO et. al, 2011, p. 68)

Contudo, ao tempo que esta reivindicação se impõe e se justifica, considerando a situação das bibliotecas escolares brasileiras, algumas ocupadas por profissional com readaptação profissional ou professor da área de língua portuguesa<sup>11</sup>, merece hoje reconhecimento consensual de que a mera formação em Biblioteconomia não resta suficiente,

---

<sup>11</sup> Cardoso (2018), em pesquisa realizada em trinta escolas da rede estadual de ensino de Santarém, informa que os profissionais lotados nas bibliotecas dessas escolas não possuem formação em Biblioteconomia, sendo os ocupantes professores de língua portuguesa que submetem projetos para a biblioteca, professores readaptados, com carga horária de 100 horas, não trabalhando apenas nos espaços das bibliotecas.

apesar de ser necessário o conhecimento técnico, devendo a essa formação serem incorporadas contribuições circunscritas à Pedagogia.

(...) a chave para o desenvolvimento estável da biblioteca escolar, por parte da direção educacional, não pode se vincular exclusivamente às contribuições da Biblioteconomia, que aborda a organização e a dinamização de um serviço bibliotecário. Esse desenvolvimento deve circunscrever-se à Pedagogia e, de modo real, à disciplina específica que aborda os aspectos da didática e da organização escolar, pois é aqui o lugar no qual inclui-se o desenvolvimento da tecnologia educacional e os meios de ensino. Somente a partir desse âmbito nos conectamos com a substância pedagógica da biblioteca escolar e encontramos o sentido da sua existência vinculada à sua articulação como recurso educacional. (DURBAN ROCA, 2012, p. 38).

Esse entendimento da necessária formação profissional do bibliotecário para atuar em conformidade com as teorias e técnicas da Biblioteconomia, mas com a ressalva de atuação conforme as circunstâncias ditadas pelo ambiente educacional a exigirem ações pedagógicas, é compartilhado por vários autores. Limas e Campello (2017) destacam, por exemplo, a importância da adequada formação do profissional bibliotecário, de quem se deve esperar atuação que revele capacidade de liderança e participação ativa no processo de ensino/aprendizagem, e não apenas conhecimentos técnicos, devendo haver, na assunção desse papel, a incorporação de atividades de dinamização da biblioteca e uma formação que considere a necessidade de formação relativa a aspectos e responsabilidades pedagógicos. Defendem também, a exemplo do que ocorre em Portugal com a criação do cargo de bibliotecário-professor, a necessidade de haver a inserção do bibliotecário no quadro de profissionais efetivos das escolas, ou mediante contratação.

Como as concepções das bibliotecas vêm evoluindo, espera-se que o bibliotecário assuma um papel de liderança e participe mais ativamente do processo de ensino/aprendizagem, incorporando atividades de dinamização e ações pedagógicas. Isto requer que novas atribuições sejam assumidas. (LIMAS e CAMPELLO, 2017, p. 36)

No caso específico da exigência de um profissional formado em Biblioteconomia nas bibliotecas escolares do município de Santarém, em cumprimento ao estabelecido no art. 2º da Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, e legislações posteriores, não se pode olvidar, por justa ressalva, que também o município, com uma população estimada no censo de 2010 de 294.580 pessoas, segundo o IBGE (2018), não possui curso de Biblioteconomia nas universidades e faculdades públicas e privadas, ou seja, não dispõe de preparação e formação reclamada nas escolas.

### 5.6.2 Categoria Atividades Desenvolvidas na Biblioteca

Sobre as atividades desenvolvidas no espaço da biblioteca da escola objeto da pesquisa, observou-se, durante pesquisa *in loco*, que elas se concentram em aulas de reforço e de leitura, podendo diversos fatos interferir na realização ou não dessas atividades, considerando que para a faixa etária de alunos a biblioteca também deve ser atrativa e adequada e acolhedora.

Grosso modo, as atividades no espaço da biblioteca decorrem do empenho e da iniciativa, em parte, de professores (doravante P: P1, P2, P3 e P4) ao conduzir os alunos até a biblioteca ou de projetos específicos da biblioteca para a escola ou desta para aquela.

Aos professores, foi feita a seguinte pergunta: Você frequenta a biblioteca com seus alunos? Com que frequência? Desenvolve atividades e trabalhos nela? De que forma? Com que finalidade?, tendo sido obtidas as seguintes respostas:

*P1: Sim, atividades lúdicas, data show, filmes, palestras, etc...*

*P2: Leitura e pesquisa 1ª melhorar e criar clima do gosto pela leitura. 2ª vezes por mês. 3ª também para conhecer outros assuntos que as vezes não temos nos nossos livros didáticos.*

*P3: Frequente raramente, pois a mesma não atende as minhas expectativas. Utilizo para pesquisa com os livros didáticos.*

*P4: Esporadicamente, porque como já frisamos a biblioteca não oferece tudo o que é necessário para a pesquisa em termos de conteúdos diferenciados e os livros didáticos são ofertados aos alunos e as atividades de leitura são desenvolvidas em classe.*

Para o bibliotecário (B), importante ator na mediação e organização dessas atividades, inclusive com a função de criar demandas, perguntou-se sobre as atividades desenvolvidas na biblioteca e questões conexas:

5. Como a biblioteca ajuda ou poderia ajudar a escola? A biblioteca oferece alguma atividade para os alunos ou apenas atende às demandas da escola? Justifique.

6. A biblioteca da escola é utilizada para atendimento das atividades de leitura, de reforço ou de pesquisa escolar? Além dessas, a biblioteca é utilizada em outras atividades pelos alunos? Justifique.

As respostas obtidas foram estas:

1) B:

*Grupos de leitura e interpretação de textos, ler em grupo ou separado, como eu (a bibliotecária) fazia antes. A bibliotecária atendia os alunos e agora não.*

2) B:

*Sim, para atividade de leitura, de vez em quando*

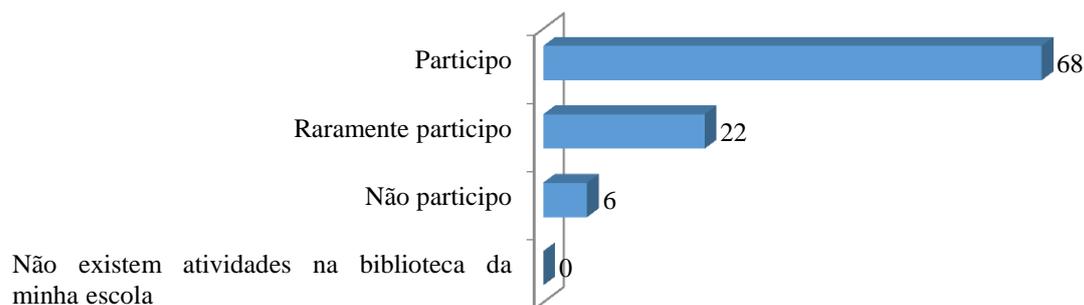
*Sim, para reforço em leitura. Pesquisa, raramente, às vezes.*

*Às vezes, ensaio de danças, reuniões (dos pais)*

*Projetos não são executados na biblioteca*

Para os alunos, num total de 94 alunos, em questionário específico e de múltipla escolha, perguntou-se se eles participavam de atividades desenvolvidas na biblioteca. Disponibilizou-se quatro opções de respostas, apresentadas no Gráfico 2 a seguir:

**Gráfico 2 – Você participa das atividades desenvolvidas na biblioteca da sua escola?**



**Fonte:** Elaboração própria (2018)

As atividades desenvolvidas na biblioteca da escola podem indicar como a biblioteca se articula com a escola, se estas caminham juntas ou se revelam ter uma independência inconcebível. Essas atividades poderiam partir de atores/esferas diferentes, tendo origens em demandas diferentes: 1) de professores em atividades elaboradas e executadas, no todo ou em parte, na biblioteca; 2) de demandas oriundas de projeto da escola para a biblioteca, podendo constar, por exemplo, de projetos e (ou) ações previstos no Projeto Político-Pedagógico; 3) de iniciativa da biblioteca, caracterizando projeto desta para aquela; 4) de interesse de alunos por leituras, rompendo, neste caso, o rígido tempo destinado à sala de aula e assumindo uma necessária autonomia; 5) de determinação de Secretaria de Educação do Município, mediante projeto de leitura para toda a rede municipal.

Num primeiro momento, há de destacar que as falas do bibliotecário (B) e de P1 corroboram o entendimento de que “Sem leitura, não há biblioteca” (DURBAN ROCA, 2012, p. 31), sendo a função primordial da biblioteca a promoção da leitura e, com esta, a democratização da informação e do conhecimento, proporcionando uma formação que se consolide como capaz de fomentar o senso crítico e o alcance e exercício da cidadania. No próprio projeto político-pedagógico da escola, citado alhures, nas três menções à biblioteca, sempre há uma conexão entre utilização da biblioteca e ensino de leitura. Convém destacar, contudo, que pesquisas recentes sobre a atuação da biblioteca escolar têm revelado uma

ampliação dessa função, como cita Campello (2012, p. 7), ao referir-se a pesquisas sobre o tema em vários países:

Tais pesquisas revelam uma ampliação significativa do papel da biblioteca escolar: do paradigma da leitura para o paradigma da aprendizagem. Isto significa que algumas bibliotecas escolares têm mostrado que podem ser mais do que um espaço de promoção da leitura; elas revelam potencial para ser um espaço de aprendizagem. Muitas das atuais pesquisas sobre bibliotecas escolares enfatizam esse potencial, e seus resultados apresentam evidências de que boas bibliotecas escolares, adequadamente exploradas, ajudam os estudantes a aprender com os livros e com as informações, além de possibilitar o desenvolvimento de inúmeras outras capacidades importantes para o desenvolvimento cognitivo. Boas bibliotecas propiciam uma aprendizagem peculiar, diferente daquela em que o aluno é um recipiente passivo de informações passadas pelo professor.

Sobre a frequência de professores à biblioteca, como exemplo de desenvolver atividade nela, merece destaque a fala de P3 (frequenta “raramente”) e P4 (frequenta “esporadicamente”) e as respectivas justificativas: i) “não atende as minhas expectativas. Utilizo para pesquisa com os livros didáticos”; e ii) “não oferece tudo o que é necessário para a pesquisa em termos de conteúdos diferenciados”. E merece destaque ao ser comparado com as informações de que 68 alunos participam de atividades desenvolvidas na biblioteca, 22 alunos raramente participam e 6 não participam. No gráfico, não há como conjecturar as razões que justificariam a falta de frequência à biblioteca pelos alunos, mas pode-se dizer que para essa faixa etária frequentar a biblioteca depende quase sempre da decisão ou iniciativa do professor, excetuando-se o gosto pela leitura que impeliria alunos a frequentar biblioteca sem determinação do professor. E as falas de P3 e P4 indicam como principal justificativa e fator determinante a questão relativa ao acervo da biblioteca insuficiente (P4) e limitado (P3).

Relativamente ao acervo, Andrade (2008) cita pesquisa realizada pela Universidade de Denver, nos Estados Unidos da América, para apontar que concretamente a biblioteca como recurso pedagógico pode fazer a diferença. A pesquisa mostrou a importância decisiva dos bons programas de biblioteca na aprendizagem e nos resultados em testes padronizados e aplicados a alunos, ficando prejudicadas as escolas que tinham bibliotecas deficientes. Incluem-se como recursos a caracterizar um bom programa de biblioteca: profissional especializado, equipe de apoio treinada, acervo atualizado e diversidade de materiais informacionais, computadores com acesso à internet e interligados com os recursos da biblioteca.

Sobre a necessidade compreender a biblioteca escolar como recurso estratégico e a utilização de outras formas de estabelecer contato dos alunos com a diversidade de textos,

Caldeira (2008) confere destaque e utilidade, como estratégia para incentivar o gosto pela leitura, à proximidade influente do texto com o leitor, citando prática nesse sentido, como o acervo de classe. Defende a biblioteca escolar como um espaço coletivo que, ao organizar e sistematizar documentos, possibilita ao aluno o contato com a diversidade textual que reúne em seus espaços, exercendo o papel de conservador e disseminador de conhecimentos, possibilitando ao aluno a familiarização com a riqueza informacional produzida pela sociedade. Por fim, reconhece que o acervo de classe não se confunde com a biblioteca e sugere que a percepção clara dos dirigentes da instituição sobre a finalidade de cada um pode viabilizar a existência de ambos no aprimoramento do processo de aprendizagem.

Para Abreu (2008), os diversos suportes de que se valeu o ser humano possibilitaram a conservação da memória do conhecimento. Com a invenção da imprensa, ocorreu uma substituição desses recursos que serviam como suporte e outros formatos foram criados, como jornais, mapas, folhetos etc. Nesse contexto de mudanças de suportes e formatos, a biblioteca, como instituição social, teve de ajustar-se e conectar-se aos novos tempos, ficando responsável por coletar e disponibilizar materiais informacionais nesses novos formatos e cuidando da qualidade do conteúdo. Assim, convém destacar que o acervo da biblioteca deve contemplar recursos com finalidade específica e considerar o projeto político-pedagógico da escola.

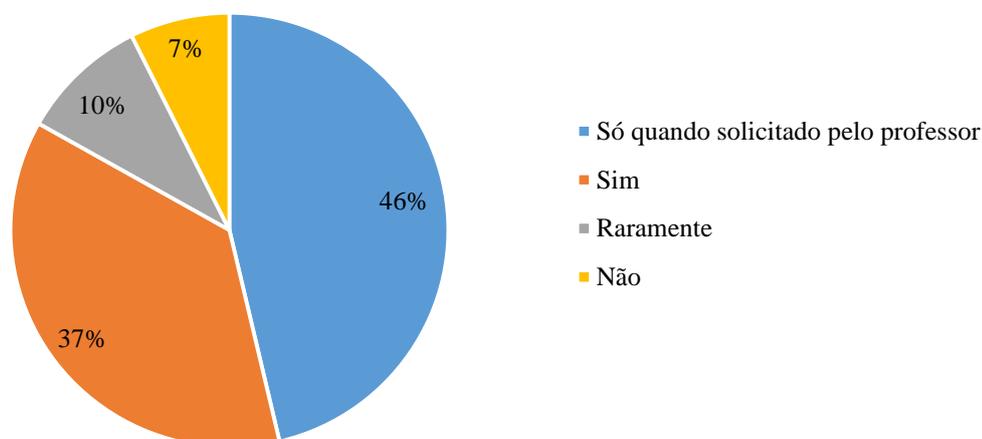
### **5.6.3 Categoria Frequência à Biblioteca**

Para esta categoria, foram colhidos registros dos sujeitos da pesquisa (alunos, professores, bibliotecário e gestor), transcritos a seguir nessa mesma ordem. O objetivo desta categoria foi verificar se a biblioteca faz sentido para os usuários, se há utilização desse espaço pela escola ou se ele apenas aparece como parte decorativa da escola e sem funcionamento, como se existisse como setor independente da escola, cumprindo exigência legal de ter biblioteca em escola.

Há, neste sentido, uma reclamação por parte de especialistas que reivindicam que a biblioteca não pode ficar desvinculada da escola da qual faz parte, devendo ser incorporada nos documentos institucionais. Presume-se que, da mesma forma que uma biblioteca sem as condições ideais de funcionamento compromete as atividades da escola, interferindo em papéis formativos que a escola deveria desempenhar, uma biblioteca minimante equipada que não tenha sentido e utilização enorme prejuízo traria aos alunos, pois não cumpriria sua função social na democratização da informação e do conhecimento.

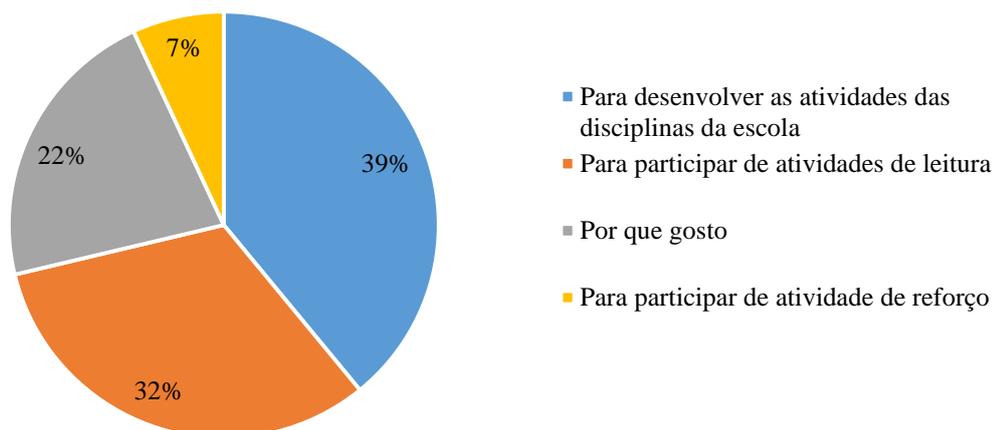
Aos alunos foram feitas as seguintes perguntas, ilustradas nos Gráficos 3 e 4:

**Gráfico 3 – Você frequenta a biblioteca de sua escola?**



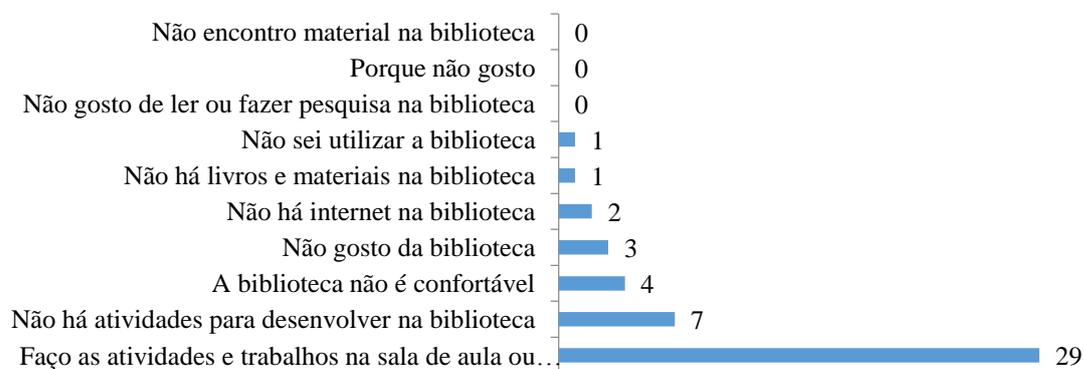
Fonte: Elaboração própria (2018)

**Gráfico 4 – Por que você frequenta a biblioteca da sua escola?**



Fonte: Elaboração própria (2018)

**Gráfico 5 – Por que você não frequenta a biblioteca de sua escola?**



Fonte: Elaboração própria (2018)

Aos professores foi feita em questionário a seguinte pergunta: Você frequenta a biblioteca com seus alunos? Com que frequência? Desenvolve atividades e trabalhos nela? De que forma? Com que finalidade?, tendo-se obtido as seguintes respostas:

*P1: Sim, atividades lúdicas, data show, filmes, palestras, etc....*

*P2: Leitura e pesquisa 1ª melhorar e criar clima do gosto pela leitura. 2ª vezes por mês. 3ª também para conhecer outros assuntos que as vezes não temos nos nossos livros didáticos.*

*P3: Frequento raramente, pois a mesma não atende as minhas expectativas. Utilizo para pesquisa com os livros didáticos.*

*P4: Esporadicamente, porque como já frisamos a biblioteca não oferece tudo o que é necessário para a pesquisa em termos de conteúdos diferenciados e os livros didáticos são ofertados aos alunos e as atividades de leitura são desenvolvidas em classe*

Para o bibliotecário (B), também importante ator na mediação ou organização dessas atividades, perguntou-se sobre as atividades desenvolvidas na biblioteca e questões conexas: 1) se os alunos frequentam a biblioteca e por que visitam ou não visitam a biblioteca; 2) como a biblioteca ajuda ou poderia ajudar a escola, se a biblioteca oferecia alguma atividade para os alunos ou apenas atendia às demandas da escola; 3) se a biblioteca da escola era utilizada para atendimento das atividades de leitura, de reforço ou de pesquisa escolar ou se, além dessas, a biblioteca é utilizada em outras atividades pelos alunos. As respostas obtidas foram estas:

*1) B: Algumas vezes os alunos frequentam a biblioteca, pois o material (acervo) é antigo e não mandam (os governos) quase material para as crianças\*. Nunca mais chegou material novo, principalmente para as crianças.*

Formulou-se a seguinte pergunta ao gestor (G) da escola, relativa à frequência à biblioteca: *A escola tem ou desenvolve algum projeto ou ações para utilização da biblioteca? Orienta os professores a utilizar a biblioteca? Há interação entre o trabalho pedagógico e a escola? Justifique.*

*G: Sim, a escola tem projeto para a biblioteca. Os professores são incentivados a levar os alunos à biblioteca, onde são desenvolvidas atividades de teatro, momento de leitura, contação de histórias, redação, criação de textos, pesquisas, desenvolvimento da escrita. Há essa orientação aos professores, não como deveria ser, em razão da saúde da profissional que trabalha na biblioteca. Havia a seguinte atividade da biblioteca: 1 h para cada série na biblioteca. No momento, não existe mais isso. A vinda (à biblioteca) é espontânea, mas não com orientação da encarregada.*

A utilização da categoria *Frequência à biblioteca* se justifica por várias razões, dentre elas citam-se algumas: i) não se justifica a presença de uma biblioteca em uma escola sem que

sejam viabilizadas práticas de leitura e acesso ao conhecimento elaborado e à informação, tomando-se isto como direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente e por analogia, na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que tem como finalidade garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; ii) compreende-se a biblioteca como espaço privilegiado que possibilita o primeiro acesso dos alunos ao conhecimento sistematizado produzido pela humanidade, com viés compensatório, em muitos casos, em razão da dificuldade de muitas famílias em ter acesso ao livro ou a material informacional; iii) parte integrante da escola, acredita-se que a biblioteca poderá prestar inestimável apoio àquela, possibilidade real de oferta de acesso a conhecimentos elaborados, não sendo apenas figura decorativa da estrutura da escola; iv) reivindica-se, com mais frequência, que a biblioteca assuma o papel de agência social e centro vetor do conhecimento no âmbito da escola, atuando na formação de uma sociedade crítica e capaz de empreender luta contra as hegemonias construídas.

A categoria *Frequência à biblioteca* revela, como questão principal na manifestação dos alunos, que estes, até pela faixa etária, são dependentes das ações dos professores para frequentar a biblioteca da escola, frequentando esse espaço quando solicitados pelos professores ou para desenvolverem atividades das disciplinas. Quando não se impõe essa determinação, a maioria prefere realizar as atividades ou na sala de aula ou em casa. O curioso, no entanto, é que os professores dizem frequentar raramente e esporadicamente a biblioteca, situação que indica, de um lado, que a utilização da biblioteca por parte de alunos passa por deliberação dos professores e, de outro, revela a necessidade de a escola ter projetos que envolvam a biblioteca e os professores, oferecendo condições adequadas de infraestrutura e de recursos humanos e materiais para essa utilização. Outro fator também decisivo para que os alunos frequentem a biblioteca é a atualização e a adequação do acervo, revelado na fala da bibliotecária, para quem a razão de alunos frequentarem raramente a biblioteca deve-se ao fato de o acervo ser “antigo”.

#### **5.6.4 Categoria Espaço da Biblioteca da Escola**

Sobre a categoria *Espaço da Biblioteca da Escola*, informa-se que há apenas uma biblioteca na escola estudada, construída juntamente com a escola, biblioteca formada por um único cômodo, com espaço de instalação próprio e identificado, recebendo, conforme o

regimento da biblioteca, o nome do patrono da escola, não estando instalada em sala de aula (Campello, 2012), por exemplo, possuindo o tamanho de 5.9m x 8.6m, totalizando 50,74m<sup>2</sup>.

O espaço dessa biblioteca seria aceitável e estaria enquadrado no nível básico, tomando-se como referência o padrão de espaço de biblioteca estabelecido e recomendado pelo documento *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para criação e avaliação de bibliotecas escolares*, elaborado no âmbito do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (Gebe) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, num esforço de apoiar a implementação da Lei n. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Esse documento fixa estes dois critérios: “A biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo: no nível básico: de 50m<sup>2</sup> até 100m<sup>2</sup>; no nível exemplar: acima de 300m<sup>2</sup>.” (CAMPELLO, 2016, p. 8).

A orientação contida nos parâmetros do Gebe sobre espaço não poderá, contudo, possibilitar leituras equivocadas acerca da relação entre espaço e eficiência da biblioteca escolar, como se o espaço do nível básico (de 50m<sup>2</sup> até 100m<sup>2</sup>), no qual se enquadra a biblioteca objeto desta pesquisa, fosse condição *sine qua non* para a garantia da formação dos alunos. Nesse sentido, o próprio documento traz as devidas ressalvas ao estabelecer que “Uma biblioteca, mesmo pequena, pode atender aos requisitos do nível básico, desde que o espaço seja organizado com criatividade.” e que “O importante é compreender a biblioteca como formadora de leitores e buscar superar as limitações do seu espaço físico.” (CAMPELLO, 2016, pp. 12 e 13)

A biblioteca, quanto aos assentos para acomodar usuários, classe inteira, usuários avulsos e grupo de alunos (Campello, 2012), possui cadeiras e mesas pequenas, destinadas unicamente à faixa etária dos alunos de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, podendo ser agrupadas para acomodação em grupo, mas não dispõe de expositores para a promoção/exibição de recursos gráficos (DURBAN ROCA, 2012), somente estantes de madeira para acomodação de livros.

Sobre equipamentos de audiovisuais ou apresentação de trabalhos de pesquisas, há TV e vídeos da escola, podendo ser utilizados na biblioteca, e não existe computador na biblioteca. Há lousa digital para uso da escola, podendo ser utilizada pela/na biblioteca, mas não há ambientes para serviços e atividades dos usuários (CAMPELLO, 2012), pois há apenas uma sala, sem divisória, com estantes contornando as paredes e o fundo da sala. Não há espaço/ambiente para serviços técnicos e administrativos: balcão de atendimento e ambientes específicos para as atividades técnicas, mesa e cadeira para uso específico

exclusivo dos funcionários (CAMPELLO, 2012). Não há, por exemplo, balcão que separe o bibliotecário dos alunos, existindo apenas uma mesa pequena para o bibliotecário.

O mobiliário da biblioteca encontra-se nas seguintes condições: a) mesas: pequenas, multicores, em boas condições de uso dos estudantes; b) cadeiras: pequenas, multicores, em boas condições de uso dos estudantes; c) prateleiras/estantes: estantes grades de madeira, com indicação por disciplina/assunto, pesadas e pouco passíveis de movimentação; d) salas reservadas: não existem. Há apenas um salão, com uma mesa para o bibliotecário e mesas e cadeiras pequenas para alunos; e) armários: não existem; f) expositores: não existem; g) recepção/balcão de atendimento: não existe balcão de atendimento, somente mesas pequenas; h) decoração: não há decoração, excetuando-se as cadeiras e mesas multicores, mas não há outros materiais decorativos. As paredes apresentam tinta única, com forro de policloreto de polivinila (acrônimo: PVC), portas e janelas de madeira e vidro.

Acerca do item decoração, inexistente na biblioteca da escola, Campello (2016, p. 18) assevera que “A decoração tem que ser discreta, adequada a todas as faixas etárias de usuários a que a biblioteca atende e não contribuir para entulhar a biblioteca, poluindo seu visual.”, podendo ser elaborada inclusive nas atividades desenvolvidas pelos alunos.

Sobre a estrutura física da biblioteca, o gestor (G) assim se manifesta quando da elaboração das seguintes perguntas: *A biblioteca foi construída junto com a escola? Houve adaptação do espaço ou reforma posterior à construção da escola?*

*G: Construída junto com a escola. Ela está arrumada de uma forma que não está legal. Não houve mais adaptações/readaptações. Serve de auditório, às vezes encontros pedagógicos, palestras, pois a escola não tem outro espaço (auditório), como a Semana Pedagógica, reuniões de pais. Por isso, os livros foram colocados na parede.*

A fala do gestor (G) da escola faz-nos questionar sobre a que tem servido o espaço da biblioteca, revelando que a biblioteca da escola não constitui, como se poderia imaginar, um espaço diferenciado e privilegiado, pelas seguintes razões: i) pertencendo à escola, a biblioteca deve ser, contudo, diferente da sala de aula em vários aspectos; ii) deve a biblioteca ser, no sentido etimológico do termo, um *recurso*<sup>12</sup>; iii) com profissionais com formação técnica específica, oferecendo apoio aos alunos, arquitetura específica e oferta de materiais nem sempre encontrados na sala de aula, a biblioteca poderia ser um contraponto à rigidez hierárquica e rotineira da sala de aula e, ao mesmo, uma complementação daquela, uma

<sup>12</sup> Cunha (2007, p. 669) assim define recurso: “**Recurso** *sm.* ‘ato ou efeito de recorrer’, ‘auxílio’.

espécie de *plus ultra* machadiano<sup>13</sup>; iv) pela presença de materiais de disciplinas diversificadas e de variedade de suportes e documentos, a biblioteca surge como uma possibilidade de formação e interação mais ampla e rica do que a própria sala de aula.

Em contraponto à realidade concreta das escolas, revelada e exemplificada pelo gestor (G), apresentam-se definições, no Quadro 13, sobre o espaço da biblioteca:

**Quadro 13 – Biblioteca escolar como espaço**

<b>Biblioteca como espaço</b>	<b>Autor/obra</b>
“espaço de aprendizagem”	Campello (2012, p. 24)
“espaço integrante do processo educativo”	Cardoso (2017, p. 84)
“espaço de aprendizagem e de compartilhamento e um prazeroso ambiente de mediação e de interação entre os sujeitos no cenário educacional”	Moro <i>et al.</i> (2011, p. 13)
“espaço integrante de um amplo e diversificado sistema de comunicação e informação”	Manifesto das Bibliotecas da Amazônia (2005, p. 7)
“espaço privilegiado de promoção da leitura e do acesso à informação”	Manifesto das Bibliotecas da Amazônia (2005, p. 8)
“biblioteca sem muros do texto eletrônico”	Chartier (2002, pp. 14/15)

**Fonte:** Elaboração própria (2018)

Sobre a biblioteca escolar, Durban Roca (2012) afirma que ela pode ser compreendida no âmbito da prestação de serviços bibliotecários ou no âmbito das possibilidades didáticas que oferece à escola, devendo ser estabelecido um olhar mais nítido para a biblioteca, com o enfoque a partir do sistema e não a partir da biblioteca. Surgem, desses âmbitos, duas dimensões: a física e a educacional. Para a discussão proposta nesta categoria, convém apresentar o Quadro 14, elaborado pela autora, sobre a dimensão física:

**Quadro 14 – Ações de gestão e organização – Dimensão física**

<b>Ações de gestão e organização – Dimensão física</b>
<p>Conjunto de tarefas técnicas realizadas para assegurar uma estrutura organizada estável e um contexto presencial e adequado para a aprendizagem e a leitura.</p> <p>A biblioteca deve garantir a disponibilidade de recursos informativos e literários úteis para a comunidade educacional, administrando sua seleção para facilitar sua melhor utilização e o uso compartilhado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver um plano de gestão do acervo que determine os processos de seleção, aquisição, conservação e oferecimento de recursos para permitir sua disponibilidade tanto na biblioteca quanto em sala de aula.</li> <li>• Desenvolver ferramentas de busca e recuperação que permitam facilmente acessar os documentos da biblioteca (catálogo e seções).</li> <li>• Informatizar o sistema de empréstimos.</li> <li>• Organizar e manter em bom estado as instalações e os equipamentos.</li> <li>• Promover o uso dos recursos e dos materiais da biblioteca por meio de ações de divulgação.</li> <li>• Estabelecer canais de comunicação estáveis que permitam as ações de divulgação.</li> <li>• Criar e desenvolver uma página na web da biblioteca atrelando-a à página da escola.</li> <li>• Manter a biblioteca aberta tanto em horário letivo quanto no não letivo.</li> <li>• Estabelecer e manter comunicação com bibliotecas públicas e com organismos e instituições culturais próximas à escola.</li> </ul>

**Fonte:** Durban Roca (2012, p. 26)

<sup>13</sup> **Plus ultra** (*mais além*, em latim) é o título do XIII capítulo da obra *O alienista*, de Machado de Assis.

Considerando a maior permanência dos alunos na escola de tempo integral que desenvolve atividades do Programa Mais Educação, tanto o acervo da biblioteca quanto o espaço mereceram, com a implementação dessas políticas, cuidado e atenção especiais, conforme revelam dados constantes dos relatórios do Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada, do Ministério da Educação, elaborado por região brasileira, presentes na Tabela 4:

**Tabela 4 – Espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil por região e estados/municípios em 2013 – Bibliotecas**

<b>País/Região/Estado</b>	<b>%</b>
<b>Brasil</b>	<b>32,80 %</b>
<b>Norte</b>	<b>40,70%</b>
AC	100%
AP	50%
AM	-
PA	58,30%
RO	25%
RR	-
TO	25%
<b>Nordeste</b>	<b>16,70%</b>
AL	-
BA	9,10%
CE	18,20%
MA	16,70%
PB	-
PE	25%
PI	25%
RN	50%
SE	-
<b>Centro-Oeste</b>	<b>18,80%</b>
DF	-
GO	10%
MT	-
MS	50%
<b>Sudeste</b>	<b>40,60%</b>
ES	100%
MG	37,50%
RJ	38,90%
SP	36,80%
<b>Sul</b>	<b>39,50%</b>
PR	45,50%
RS	29,20%
SC	62,50%

**Fonte:** Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada (2013), adaptado.

Conforme revela a Tabela 4, como espaço significativo da escola, a biblioteca teve de passar por modificações (reformas, adaptações ou ampliações) para comportar e adaptar-se às demandas decorrentes da implantação da política de educação integral. A maior permanência dos alunos, o reconhecimento do potencial educacional da biblioteca na formação dos alunos e a própria situação das bibliotecas escolares são fatores que podem explicar a necessidade de ajustes desses espaços.

A descrição minuciosa do espaço físico da biblioteca da escola tem como escopo: i) registrar a adequação e a inadequação do espaço para desenvolvimento de atividades da educação integral, considerando a ampliação da jornada escolar; ii) registrar a adequação ou inadequação física da biblioteca para os usuários, notadamente alunos do 1º ao 5º no ensino fundamental; iii) revelar a logística de infraestrutura oferecida pela biblioteca para a prática de atividades de leitura em uma escola de tempo integral; iv) documentar a organização do espaço da biblioteca como representativo da viabilidade das atividades diversas, de leitura e de aprendizagem e como símbolo da conexão ou não com os novos tempos, considerando que a construção da biblioteca ocorreu quando da construção da escola; (v) registrar, pela descrição, as possibilidades que a biblioteca oferece para atividades escolares que demandem formação de grupos e interação desses grupos.

Sobre esta conexão com os novos tempos de que trata o item iv, convém destacar a experiência representativa de valores e filosofia sobre os quais deve se assentar a arquitetura e o conceito de uma biblioteca no contexto da sociedade contemporânea, compondo com o futuro sem abandonar a tradição. Trata-se do inovador projeto da Biblioteca 21, em Stuttgart, Alemanha, inaugurada em outubro de 2011, como a Biblioteca Municipal de Stuttgart está sendo chamada<sup>14</sup>.

Campello (2008) destaca que o Gebe tem se dedicado a temas ligados à função educativa da biblioteca e que esta constitui um espaço próprio da ação pedagógica, podendo assim desenvolver nos alunos entendimentos do complexo ambiente informacional da

---

<sup>14</sup> Segundo o Instituto Goethe (Goethe-Institut), a Biblioteca Pública de Stuttgart (Biblioteca 21) contempla 16 pontos: A Biblioteca 21 é uma base para a sociedade científica do futuro. 2. Toma a si a responsabilidade pedagógica como tradutora, na passagem da cultura alfabética para a cultura digital. 3. Desenvolve estratégias no mundo virtual para o domínio do excesso de informação. 4. É ponto de apoio de um aprendizado vitalício, autogerenciado e inovativo. 5. É um local de sedução do pensar e aprender. 6. É um local literário, que cuida da tradição e do futuro do livro e da literatura. 7. É um local que apoia o aprendizado e a orientação para a vida profissional e para o mundo do trabalho. 8. É um ponto de agregação da vida cultural da cidade. 9. É uma casa inspirada. 10. Está aberta praticamente 24 horas. 11. Desenvolve plataformas para a biblioteca real. 12. É convidativa e hospitaleira. 13. Agrega redes eletrônicas regionais e internacionais. 14. Trabalha com gestão racional de recursos e com eficiência. 15. Otimiza a organização do trabalho como empreendimento de aprendizagem. 16. Ela dá as boas-vindas ao futuro.

Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/1184725-STANDARD.pdf>. Acesso: 25/3/2017.

sociedade contemporânea, caracterizado por uma abundância informacional, o que exige habilidades para tratar dessas informações. Tem-se denominado a essas habilidades o nome de “competência informacional”<sup>15</sup>. Sustenta ainda que a biblioteca escolar é um espaço capaz de promover experiências criativas no uso da informação e que cumpre à escola promover oportunidades de aprendizagem que possibilitem aprender a aprender, orientando alunos no desenvolvimento de competências informacionais. Destaca que a biblioteca escolar pode participar, de forma criativa, do esforço para preparar o cidadão do século XXI.

---

<sup>15</sup> Inserindo a *competência informacional* na questão do letramento, Campello a define como “o conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação, esteja ela em fontes impressas ou eletrônicas” (CAMPELLO, 2008, pp. 9-10).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Considerando as informações obtidas com a pesquisa, pode-se elaborar uma sistematização para explicitar as conclusões a que se chega e, com base nelas, formular algumas recomendações ou proposições destinadas a tornar a biblioteca um espaço viável dentro da escola. Para essa sistematização, convém destacar:

Relativamente à legislação afeta à biblioteca escolar ou aos documentos do município sobre essa temática, pode-se afirmar que apresenta linhas gerais e um esforço para consignar nesses documentos a importância da biblioteca escolar, como a reconhecer que a biblioteca pode fazer a diferença. Assim, mesmo com sua limitação conceitual e com a primazia dada ao livro como principal elemento do acervo, a Lei n. 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, representa esse esforço e diretriz, mesmo que a prática a contradiga em muitos aspectos. De igual modo, o Plano Municipal de Educação de Santarém e o Plano de Ações Articuladas do Município de Santarém (PAR 2016/2017) referem-se à biblioteca escolar como um instrumento importante para o alcance das metas propostas relativamente à leitura. Contudo, convém registrar que esses documentos, a meu sentir, carregam em si ou ilustram o charme da frase de Guimarães Rosa, contida no ilustre conto O burrinho pedrês: “Mas tinha [Sete-de-Ouros, O burrinho pedrês] cometido um erro. O primeiro engano seu nesse dia. O equívoco que decide do destino e ajeita caminho à grandeza dos homens e dos burros. Porque: *‘quem é visto é lembrado’*”. Ou seja: parece que, considerando algumas metas a serem atingidas no âmbito da educação do município, lembra-se da biblioteca e nos documentos consignam as formas de atingimento dos objetivos por meio dela. E as coisas param na letra dos documentos, distante da realidade concreta da biblioteca. Assim, convém destacar que se observa uma enorme ausência de sintonia entre as disposições constantes de leis e planos e a biblioteca escolar, merecendo uma observação: mesmo que seja importante e necessária a previsão legal ou documental, será preciso uma intermediação no nível operacional no sentido de se fazer cumprir o previsto nos documentos. Caso contrário, o descompasso entre a norma estabelecida ou o programa criado e a realidade da biblioteca escolar dará a impressão de que não há respaldo para o cumprimento das previsões, inviabilizando a biblioteca e condenando-a ao isolamento.

Acerca da biblioteca escolar objeto desta pesquisa, constata-se: (i) a ocorrência de um desvirtuamento da finalidade precípua da biblioteca, servindo para depósito de livro, encontros, reuniões e outros eventos da escola; (ii) a inexistência de projeto da Secretaria

Municipal de Educação para as bibliotecas escolares, das quais são obtidos dados somente para preenchimento de documentos de avaliação institucional, não havendo um banco de dados com as informações relativas às bibliotecas, situação que demandaria ações da Secretaria para consolidar os dados sobre as bibliotecas escolares municipais e profissionalizar o gerenciamento delas; (iii) a falta de envolvimento da biblioteca em documentos da escola (*e.g.* a biblioteca é mencionada no projeto político-pedagógico da escola estudada apenas duas vezes, quando a escola busca desenvolver atividades de leitura); (iv) as atividades desenvolvidas na biblioteca da escola restringem-se a aulas de reforço, com ações desarticuladas e isoladas, não havendo um projeto da biblioteca para a escola nem da escola para a biblioteca; (v) a biblioteca, em razão de o acervo constituir-se em sua maioria de livros didáticos, inadequados aos usuários (alunos de 1º ao 5º ano), é pouco atrativa aos alunos, fato que justificaria os motivos da frequência dos alunos à biblioteca e pouca utilização pelos professores; (vi) a biblioteca supre carências da escola acerca do espaço, funcionando como uma extensão das atividades administrativas da escola, perdendo assim sua identidade e caracterização própria, uma vez que precisa adaptar-se para outras finalidades; (vii) há evidentes prejuízos formativos para alunos das classes populares que compõem o corpo discente da escola no que diz respeito à aquisição da cultura e à formação do senso crítico e questionador, impossibilitando o acesso às oportunidades educativas promovidas pela extensão da jornada; (viii) a biblioteca ideal para os participantes da pesquisa destoa da realidade da escola quanto ao acervo desejável, ao conforto do espaço com conexão à internet e à formação profissional na área para gerenciar as atividades administrativas e técnicas da biblioteca; (ix) a participação de alunos nas atividades desenvolvidas na biblioteca depende de iniciativas de professores, os quais justificam o pouco uso do espaço em razão das condições desfavoráveis da biblioteca quanto, principalmente, ao acervo.

Sobre a importância de pesquisas que tratam da temática da biblioteca escolar no município de Santarém: i) encontram sempre dificuldades em razão de poucas informações sistematizadas e reunidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santarém, situação que, por isso mesmo, revela a importância de iniciativas de produzir informações que possam constituir um *corpus* consistente para inspirar outras pesquisas na área (*e.g.* CARDOSO, 2013 e 2015 e as ações do Grupo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Leitura, Literatura e Biblioteca nas Escolas – LELIT); ii) contribuem, mesmo com as limitações que sobre elas são lançadas, para requisitar e reafirmar a importância da biblioteca escolar no município de Santarém, constituindo um discurso favorável à biblioteca escolar, conferindo-lhe visibilidade

e pertinência, daí a importância de colher falas de atores diretamente ligados à rotina da biblioteca, tal como se intentou realizar nesta pesquisa; iii) ato contínuo, as pesquisas deverão observar experiências exitosas no âmbito da biblioteca escolar, a fim de consolidar e atribuir valor a essas experiências, devendo haver ações conjuntas que constituam verdadeiras intervenções e posterior vigilância e aperfeiçoamento.

Sobre a escola de tempo integral no município de Santarém e a biblioteca dessa escola, convém destacar que a iniciativa não pode constituir um demérito, tampouco se pode, por conta disso, fechar os olhos para os resultados negativos ou parcialmente negativos da experiência. Assim, a biblioteca poderia ser melhor utilizada como recurso pedagógico para a execução das atividades da escola, considerando a ampliação da jornada escolar e os propósitos de formação integral do aluno. Isto, a meu ver, não parece ocorrer. A biblioteca escolar não se constitui, na escola, de espaço diferenciado e, decorridos seis anos de sua criação, não se pode dizer que houve ações implementadas no sentido de potencializar seu uso, comprometendo a proposta de formação integral. Neste último ponto, contudo, seria necessário verificar fatores internos e externos que estariam determinando o uso pouco produtivo da biblioteca. Igualmente, seria necessário analisar até que ponto o propósito de educação integral para o qual a escola foi projetada não restaria comprometido, tendo sido efetivada apenas a ampliação da jornada, sem, contudo, configurar a ocorrência de uma formação que pretende ampliar as oportunidades educacionais dos sujeitos, considerando diversas dimensões. Esta aparente contradição de se oferecer mais do mesmo pode ser comprovada, nesta pesquisa, pela biblioteca, que deveria possibilitar uma formação interdisciplinar, mas não o faz. Nesse sentido, as falas dos sujeitos da pesquisa revelam uma série de obstáculos: acervo precário, problemas de infraestrutura, formação profissional do bibliotecário, atividades desenvolvidas na biblioteca desvinculadas de projeto da escola.

Relativamente às recomendações anunciadas, sugerem-se: 1. Com base em Campello (2012) é possível afirmar que as bibliotecas escolares ajudam os alunos no processo de aprendizagem na escola ou fora do ambiente escolar. Assim, a biblioteca precisa ser utilizada estrategicamente, e não apenas existir em uma escola. 2. Considerando que a biblioteca escolar amplia suas funções na sociedade contemporânea, não sendo apenas um local destinado à promoção da leitura, as ações governamentais deveriam potencializar seu uso e torná-la atraente e conectada com os novos tempos, sem perder de vista os sentidos conferidos pela tradição, impulsionando o interesse pela leitura como forma de se contrapor à sociedade imediatista, como defende Britto (2014) ao afirmar que não se pode conceber uma formação

cultural e emancipadora com a informação fácil e fundada no senso comum. 3. No caso da escola de tempo integral, a biblioteca deverá também estar a serviço das atividades previstas para a jornada ampliada e ser uma aliada de primeira ordem. 4. A não inclusão da biblioteca escolar nos documentos institucionais da escola, como no currículo, regimento ou no projeto político-pedagógico, pode ser fator a explicar o mal funcionamento da biblioteca escolar ou sua pouca utilização. É uma questão de política pública e de compreensão da biblioteca como agente facilitador de educação formativa. 5. Será preciso que exista por parte da escola clareza acerca do trabalho e da função da biblioteca escolar, vinculando esta aos propósitos da escola. 6. O trabalho que envolve a biblioteca escolar e a escola deverá ser colaborativo e participativo, com objetivo comum/compartilhado entre professor/equipe pedagógica e bibliotecário e com um discurso unificador acerca da necessidade de sua utilização. 7. Há necessidade premente de integrar a biblioteca a um projeto curricular e educacional da escola. (DURBAN ROCA, 2012). 8. Como reflexão imediata, deve-se compreender o que a escola tem feito para impulsionar o uso, por parte dos professores, da biblioteca escolar. 9. Deverá a biblioteca ser compreendida como recurso educacional maior do que um recurso bibliotecário. (DURBAN ROCA, 2012). 10. É preciso, neste momento, um discurso que justifique a necessidade da biblioteca escolar. (DURBAN ROCA, 2012). 11. Urge estabelecer outro olhar, não a partir da biblioteca, mas sim do sistema que nela se revela, observando que, quando a biblioteca se presta a funcionar como depósito da escola, perde-se o sentido da biblioteca e condena-se o sistema, prejudicando o aluno e dando margem a que sólidas e consistentes formações sejam negadas. 12. Por parte da Secretaria Municipal de Educação, deveria ser pensada a possibilidade de criar um departamento específico para tratar das bibliotecas escolares ou designar profissionais para tratar especificamente da temática e, talvez, empreender esforços no sentido de instituir um sistema de redes de bibliotecas, com políticas definidas e metas a serem atingidas. 13. Por fim, no conjunto de recomendações, não se pode esquecer da lição de Silva (1999, p. 67): “Não se pode pensar em democratização do ensino encarando a biblioteca como órgão dissociado do planejamento educacional, pensando-se apenas em aulas expositivas, baseadas na transmissão oral de conhecimentos.”

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. A coleção da biblioteca escolar. In: **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed., 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova Reunião**. José Olympio Editora – Rio de Janeiro, 1985.
- ANDRADE, Maria Eugênia Albino. A biblioteca faz a diferença. In: **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed., 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline (Org.) **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- ARROYO, Miguel Gonzales. **O direito ao tempo de escola**. Cadernos de Pesquisa, s.l., n. 65, p. 3-10, 1988.
- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ALONSO, Claudia Maria Rodrigues. Biblioteca escolar – espaço de ação pedagógica. **15º Congresso de Leitura no Brasil**. 2005. Disponível em: [http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais15/index.htm](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/index.htm). Acesso em: 24 jun. 2017.
- AULETE, Caldas. Dicionário Aulete Digital, 24 nov. 2018. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/sebo>. Acesso: 24 nov. 2018.
- AYRES, Alciane. **Biblioteca Pública Municipal completa 50 anos com programação cultural gratuita ao público**, 2017. Disponível em: <http://alcianeayres-jornalista.blogspot.com/2017/01/biblioteca-publica-municipal-completa.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- AZEVEDO, C.E. *et al.* **A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo**. 2013. Disponível: [revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/fem.2014.162.06/4196](http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/fem.2014.162.06/4196). Acesso: 15 nov. 2018.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José, CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. A biblioteca pública e sua função educativa na sociedade da informação. In: **RACIn**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 5-20, jul.-dez. 2013.
- BORGES, Jorge Luis. **Outras inquisições**; tradução Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRANCALEON, Brigida Batista; YAMANAKA, Jessica Suzuki; *et al.* **Políticas Públicas**: conceitos básicos. Material didático para Ensino a distância. Universidade de São Paulo, abril, 2015.

BRANDÃO, Cláudio. **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso: 5 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ministério do Esporte (ME). Ministério da Cultura (MC). Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, 26 abr. 2007.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 12.695, de 25 de julho de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei no 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm). Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm). Acesso em: 25 dez. 2017.

BRASIL. Programa Mais Educação: impactos na educação integral e integrada Região Norte. Brasília MEC. 2015

BRASIL. Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm). Acesso: 23 dez. 2017.

BRASIL. Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm). Acesso em: 9 jan. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.753, de 20 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm). Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm). Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 3 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm). Acesso em: 2 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm). Acesso: 5 jan. 2017.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2009 (alterada), que dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3292-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-7-de-20-de-mar%C3%A7o-de-2009-alterada>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. In: **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010.

BRITTO, Luiz Percival Leme de. **A biblioteca nos tempos e espaços digitais**: novos e antigos desafios. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*. V. 19, número especial, p. 7-17, out./dez. 2014.

BRITTO, Luiz Percival Leme. O papel da biblioteca na formação de leitores. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Biblioteca escolar: que espaço é esse? Boletim TV Escola/Salto para o Futuro*, v. 21, n. 14, Rio de Janeiro, out. 2011. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/14051114-BibliotecaEscolar.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2012.

COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa (Org.). **Escola de tempo integral**: registros, análises e perspectivas em Santarém/PA. 1. ed., Curitiba, PR: CRV, 2015.

COLARES, Anselmo Alencar. Os profissionais da educação diante dos desafios de produzir e socializar conhecimentos. **Revista Exitus**, Volume 02, nº 01, jan./jun. 2012.

COLARES, A. A.; COLARES, M. L. I. S. (Orgs.). **Educação e realidade amazônica**. Campinas/SP: Editora Navegando, 2016. E-book, Disponível em: <http://www.editoranavegando.com/#!/blank-3/cf0ju>. Acesso em: 13 jul. 2016.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos Cenpec**, n. 2, (2006). Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/136/168>. Acesso em: 12/4/2017.

MOLL, Jaqueline. Escola de tempo integral. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *et al.* **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010, CD ROM.

CALDEIRA, Paulo da Terra. Biblioteca escola e acervo de classe. In: **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed., 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed., 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **A biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMPELLO, Bernadete. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares**: Documento complementar 1: espaço físico / Grupo de estudos em biblioteca escolar; (Coordenadora). – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2016. 24 p. : il.

CANÁRIO, Rui. Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 47-78, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 6 jul. 2017.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação Integral. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *et al.* **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010, CD ROM.

CARDOSO, Juçara dos Santos. **Bibliotecas escolares: uma cartografia**. 2017. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Ciências da Educação. Santarém: UFOPA.

CARVALHO, Maria da Conceição. Escola, biblioteca e leitura. In: **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed., 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 22.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**; tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/Roger Chartier**; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI a XVIII)**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

COSTA, Sinara Almeida da. COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Organizadoras). **Educação Integral: concepções e práticas à luz dos condicionantes singulares e universais**. Curitiba, CRV, 2016.

CORTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília, D.F.: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007, p. 669.

DUARTE, N. et. al. Marxismo e a questão dos conteúdos escolares. In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, 9., 2013, João Pessoa. Anais eletrônicos. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.17.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.17.pdf). Acesso em: 18 jul. 2018.

DURBAN ROCA, Glòria. **Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola**; tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Penso, 2012.

FERREIRA, Geresa Vidal. Educação de tempo integral em Santarém: ações da Secretaria Municipal de Educação no período de 2008 a 2014. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Pará.

FLICK, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa** (3. ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Três teses sobre as reformas empresariais da educação**. Cad. Cedes, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. F.; NEVES, L. W. (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 241-288. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/editora/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=412&sid=5>. Acesso em: 8 ago. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARÁ, Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec: Educação Integral, n.2, São Paulo: Cenpec, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem>. Acesso em: 31 out. 2018.

LIMAS, Rubeniki Fernandes de; CAMPELLO, Bernadete Santos. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Revista Biblioteca Escolar em Revista**. Ribeirão Preto, v. 5, nº 2, p. 21-42, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/113284>. Acesso em: 7 fev. 2018.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política** V. 21, nº 48: 101-110 DEZ. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a06v21n48.pdf>. Acesso em: 9 set. 2018.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (Orgs). **História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção memória da educação).

MACHADO, Frederico Borges, SUAIDEN, Emir J.. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. In: **XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação**. Florianópolis, SC, 2013.

MANIFESTO da Unesco sobre bibliotecas públicas. R. Bras. Bibliotecon. e Documentação, São Paulo, v. 7, n. 4/6, p. 158- 163, abr./jun. 1976.

MANIFESTO das Bibliotecas da Amazônia. Belém: CEJUP, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/532779>. Acesso em: 14 set. 2018.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Ampliação da jornada escolar: diferenças entre Europa e Brasil (2014). In: **Tempos e espaços escolares: experiências, políticas e debates no Brasil e no mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio: FAPERJ, 2014.

MONTEIRO, Espedito Saraiva; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. A pesquisa em educação integral no âmbito das políticas públicas no Brasil. **Revista Exitus**, v. 5, n. 2, 2015.

MORIGI, Valdir José, SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. In: **Revista ACB**, v. 10, n. 2 (2005).

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e construção de cidadania. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva *et al.* (Org.). **Biblioteca escolar: presente!**. Porto Alegre: Evanagraf, 2011. pp. 13-70.

MOURAZ, Ana. O conceito de bildung como fundamento epistemológico das histórias de vida . IN: **Revista entreideias**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 82-89 jul./dez. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/9096>. Acesso em: 9 mai. 2018.

PACKER, Abel L. A biblioteca de cada um. **Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais Brasil**, São Paulo, 18-20 setembro 2007.

PAIVA, V. **O populismo e a educação no Rio de Janeiro: resposta a Darcy Ribeiro.** Educação e Sociedade, Campinas, n. 22, p. 134-137, 1985.

PARÁ. Prefeitura Municipal de Santarém. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. **Plano Municipal de Educação 2015-2025** – Santarém-Pará.

PARÁ. Prefeitura Municipal de Santarém. Secretaria Municipal de Educação – SEMED **Ofício n. 411/2017**, de 26 de dezembro de 2017.

PARO, Vitor Henrique *et al.* **Escola de tempo integral: desafios para o ensino público.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

PEREZ, José Roberto Rus. **Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010 1179. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura.** São Paulo: Summus, 1993.

PINTO, Lúcio Flávio. **Memória de Santarém.** Santarém: Editora O Estado do Tapajós, 2010.

PPP - **Projeto Político-Pedagógico: educação para a cidadania.** Escola Municipal de Ensino Fundamental de Tempo Integral Frei Fabiano Merz, 2014-2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Projeto Casinha de Leitura. Disponível em: <http://www2.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=100&fa=75&cd=285&menu=PROJETOS>. Acesso: 20 out. 2018.

ROSA, João Guimarães. **O burrinho pedrês.** Ed. 2, Nova Fronteira, 2013.

SANTARÉM. **PAR analítico do Município de Santarém/PA (2016-2017).** SIMEC – Sistema Integrado do Ministério da Educação, 2016.

SANTARÉM. Lei n. 4.564, de 12 de junho de 1972. Cria a Biblioteca Pública Municipal de Santarém "Biblioteca Pública Municipal Rodrigues dos Santos".

SANTARÉM-PARÁ. Lei n. 19.829/2015, de 4 de julho de 2015. Plano Municipal de Educação (2015-2025). Disponível em: [www.santarem.pa.gov.br](http://www.santarem.pa.gov.br), 2015. Acesso em: 3 ago. 2017.

SANTARÉM. Projeto Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental Frei Fabiano Merz. Santarém, Pará, 2014.

SANTARÉM. Projeto Casinha de Leitura. Disponível: <http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=100&fa=75&cd=285&menu=PROJETOS>. Acesso: em 3 de setembro de 2017.

SANTARÉM. Câmara Municipal de Santarém. Disponível em: [https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/pesquisar?tipo=&numero=&ano=&data\\_0=&data\\_1=&data\\_publicacao\\_0=&data\\_publicacao\\_1=&ementa=biblioteca&assuntos=&o=&indexacao=](https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/pesquisar?tipo=&numero=&ano=&data_0=&data_1=&data_publicacao_0=&data_publicacao_1=&ementa=biblioteca&assuntos=&o=&indexacao=)

Acesso em: 25/10/2018.

SANTARÉM. Secretaria Municipal de Educação. Regimento Interno da Biblioteca Frei Fabiano Merz. 2014.

SANTAREM. Universidade Federal do Oeste do Pará. Questionários Procad/Ufopa. Santarém, Pará, 2017.

SANTARÉM. Lei n. 20.013/2016, de 26 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Santarém-PA.

SANTARÉM. Lei n. 20.013/2016, de 6 de julho de 2016. Institui o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Santarém-Pará (2016-2025).

SANTOS, Josiel Machado. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>. Acesso em: 6 out. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação. LDB, limite, trajetória e perspectivas**. 8ª. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003 [1a.ed. 1997].

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. In: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011. Disponível em: [https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/797/pdf\\_63](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/797/pdf_63). Acesso em: 22 set. 2017.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SNBP). **Tipos de bibliotecas**. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>. Acesso em: 26 set. 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

SUAIDEN, Emir J. **A Biblioteca pública no contexto da sociedade da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. IN: **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**/organizadores: Anna Carolina Mendonça Lemos Ribeiro, Pedro Cavalcanti Gonçalves Ferreira. Brasília: Ipea, 2016.

WISNIEWSKI, Ivone AP, POLAK, Avaniilde. Biblioteca: contribuições para a formação do leitor. In: **IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia**. PUCPR, 2009, pp. 4408-4419.

## APÊNDICE A – Formulário para observação

### **Eixo 1 – Dimensão Educacional e Escolar** (adaptado de ROCA, 2012, p. 27)

1. Há ações concretas da biblioteca de apoio à escola?

Situação encontrada:

2. A biblioteca atende à comunidade externa, incluindo seus moradores e pais de alunos, incentivando-os na promoção de leitura e em atividades de escrita?

Situação encontrada:

3. Há ações de apoio da biblioteca ao trabalho de sala de aula: apoio à pesquisa escolar, à leitura, reforço educativo, resolução de problemas etc.?

Situação encontrada:

4. Há estratégias de apoio da direção e da equipe pedagógica às atividades desenvolvidas pela/na biblioteca (ROCA, 2012, p. 37)

Situação encontrada:

5. Há instruções elaboradas pela biblioteca sobre pesquisa e uso da biblioteca? (CAMPELLO, 2012, p. 23)

Situação encontrada:

### **Eixo 2 – Infraestrutura**

1. Quantas bibliotecas há na escola? Há outro espaço que funciona como biblioteca?

Situação encontrada:

2. Qual é o tamanho do espaço físico da biblioteca?

Situação encontrada:

3. Possui assentos para acomodar usuários, classe inteira, usuários avulsos e grupo de alunos? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

4. A biblioteca apresenta espaço próprio ou está instalada em sala de aula? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

5. Dispõe de expositores para a promoção/exibição de recursos gráficos? (adaptado de ROCA, 2012, p. 29)

Situação encontrada:

6. Dispõe de equipamentos de audiovisuais ou apresentação de trabalhos de pesquisas?

Situação encontrada:

7. Há ambientes para serviços e atividades dos usuários? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

8. Há espaço/ambiente para serviços técnicos e administrativos: balcão de atendimento e ambientes específicos para as atividades técnicas, mesa e cadeira para uso específico exclusivo dos funcionários? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

9. Quais as condições do mobiliário da biblioteca?

a) mesas:

b) cadeiras.

c) prateleiras/estantes:

d) salas reservadas: .

e) armários: .

f) expositores:

g) recepção/balcão de atendimento: não existe balcão de atendimento, somente mesas pequenas

h) decoração:

### **Eixo 3 – Acervo e Coleção**

1. Qual a quantidade de livros que compõem o acervo da biblioteca e como está distribuída/organizada a coleção?

Situação encontrada:

2. A biblioteca possui acervo organizado de acordo com as normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

3. Há plano de acervo da biblioteca? (ROCA, 2012, p. 26) e de implementação de acervo virtual? (Campello, 2016)

Situação encontrada:

4. Como funciona o sistema de consulta e empréstimo de livros da biblioteca? Há informatização? (ROCA, 2012, p. 26)

Situação encontrada:

5. Há outras mídias utilizadas na biblioteca?

Situação encontrada:

6. Possui materiais informacionais variados/diversificados, que atendam aos interesses e às necessidades dos usuários? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

7. Como ocorre a aquisição de livros para a biblioteca?

Situação encontrada:

8. Há livros em outros formatos?

Situação encontrada:

9. Que livros/materiais impressos são predominantes no acervo da biblioteca?

Situação encontrada:

10. Há cumprimento da lei de universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País (Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010)? [para resposta do pesquisador com base nos termos da Lei]

Situação encontrada:

10. Dispõe de um catálogo para a localização dos materiais? (adaptado de ROCA, 2012, p. 29)

Situação encontrada:

#### **Eixo 4 – Acessibilidade**

1. A biblioteca tem acesso para deficientes visuais, auditivos, físicos, nos termos da Lei n. 10.753/2003?

Situação encontrada:

2. Há ações da biblioteca destinadas a alunos com necessidades educacionais especiais e a alunos que apresentam algum tipo de desigualdades?

Situação encontrada

3. Há deficientes na escola? Em havendo, como são atendidos pela biblioteca?

Situação encontrada:

#### **Eixo 5 – Conectividade**

1. Há algum tipo de acesso à internet na escola ou na biblioteca?

Situação encontrada:

2. A biblioteca fornece acesso a informações digitais (internet)? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

3. A biblioteca dispõe de computadores para consulta à internet ou trabalhos via programas específicos para uso dos alunos?

Situação encontrada:

4. Há canais de divulgação das atividades da biblioteca? (ROCA, 2012, p. 26)

Situação encontrada:

5. Há livros digitais ou iniciativa de digitalização de livros?

Situação encontrada:

6. Há mecanismos/instrumentos que garantam interação da biblioteca com usuários ou espaço destinado à opinião de usuários? (Campello, 016)

Situação encontrada:

7. Como a biblioteca divulga, na escola e para a comunidade escolar, as ações que desenvolve ou a aquisição de livros e outros? (Campello, 2016)

Situação encontrada:

### **Eixo 6 – Atividades Desenvolvidas na Biblioteca**

1. Quais são as atividades realizadas nas dependências da biblioteca em apoio ao desenvolvimento das atividades pedagógicas?

Situação encontrada:

2. Há trabalhos interdisciplinares desenvolvidos no interior da biblioteca?

Situação encontrada:

Não ocorre.

3. Há projetos da biblioteca para a escola?

Situação encontrada:

4. Há projetos/eventos da escola desenvolvidos na biblioteca?

Situação encontrada:

5. Há alguma orientação acerca de como utilizar a biblioteca escolar?

Situação encontrada:

### **Eixo 7 – Controle da Biblioteca**

1. Como é feito o controle das atividades desenvolvidas na biblioteca?

Situação encontrada:

2. Há eventos ou projetos organizados no âmbito da biblioteca?

Situação encontrada:

3. Como são programadas as atividades desenvolvidas na biblioteca?

Situação encontrada:

### **Eixo 8 – Institucional**

1. Como são decididas as demandas da biblioteca?

Situação encontrada:

2. Há cursos de capacitação para servidor lotado na biblioteca?

Situação encontrada:

3. A biblioteca está presente nos documentos da escola?

Situação encontrada:

4. Qual é o horário de funcionamento da biblioteca, considerando estar em uma escola de tempo integral?

Situação encontrada:

### **Eixo 9 – Gestão**

1. Quantos servidores estão lotados na biblioteca? Quem são os servidores (bibliotecários, auxiliares e professores em readaptação profissional etc.)?

Situação encontrada:

2. A biblioteca é administrada por bibliotecário com qualificação específica, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

3. Considerando pertencer a uma escola de tempo integral, como é feito o revezamento do trabalho na biblioteca?

Situação encontrada:

4. Há política de expansão do espaço físico da biblioteca no que se refere aos serviços oferecidos fora da biblioteca como: acervos de classe, recantos de leitura no recreio, material para os professores na sala de café, clubes de leitura para funcionar nas dependências da escola e atividades de uso da internet no laboratório de informática? (Campello, 2012)

Situação encontrada:

5. Quem é o público usuário da biblioteca relativamente à comunidade interna e externa à escola?

Situação encontrada:

**APÊNDICE B – Questionário aplicado a professores****DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Professor(a): \_\_\_\_\_

Disciplina (s): \_\_\_\_\_

Tempo de serviço na educação: \_\_\_\_\_

Ano de ingresso na escola: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1. Você considera importante a existência de uma biblioteca na escola, tendo em vista que hoje utilizam-se aplicativos com acesso à internet e outros meios de acesso à informação? Como a biblioteca deveria funcionar? Justifique.
2. Você frequenta a biblioteca com seus alunos? Com que frequência? Desenvolve atividades e trabalhos nela? De que forma? Com que finalidade?
3. Que significa ou representa a biblioteca escolar para você? Justifique.
4. Como uma biblioteca ideal deveria ser? E o que deveria existir nela? Justifique.

**APÊNDICE C – Questionário aplicado a alunos****DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

Escola: \_\_\_\_\_

Aluno (a): \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Série/ano: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1. Você frequenta a biblioteca da sua escola?

- a.  sim.
- b.  não.
- c.  raramente.
- d.  somente quando solicitado pelo(a) professor(a)

Outros. Justifique sua resposta:

2. Por que você frequenta a biblioteca da sua escola?

- a.  para desenvolver as atividades das disciplinas da escola.
- b.  para participar de atividades de leitura.
- c.  para participar de atividade de reforço.

Outros. Justifique sua resposta:

3. Por que você NÃO frequenta a biblioteca da sua escola? Marque quantos itens forem necessários.

- a.  não há atividades para desenvolver na biblioteca.
- b.  não gosto da biblioteca.
- c.  faço as atividades e trabalhos na sala de aula ou em casa.
- d.  não gosto de ler ou fazer pesquisa na biblioteca.
- e.  não há livros e materiais na biblioteca.
- f.  não sei utilizar a biblioteca.
- g.  não há internet na biblioteca.
- h.  não encontro material na biblioteca.
- i.  a biblioteca não é confortável.

Outros. Justifique sua resposta:

4. O que significa a biblioteca da escola para você? Marque quantos itens forem necessários.

- a.  um lugar para atividades de reforço.
- b.  um lugar para leitura.
- c.  um lugar NECESSÁRIO para a escola e para os alunos.
- d.  um lugar DESNECESSÁRIO para a escola e para os alunos.
- e.  um lugar sem sentido.
- f.  um lugar agradável
- g.  um lugar desconfortável.
- h.  um lugar para guarda de livros.
- i.  um lugar para castigo.
- j.  um lugar para fugir das atividades das aulas.
- k.  um lugar pouco aproveitado.
- l.  não tenho opinião formada.

Outros. Justifique sua resposta:

5. A biblioteca da sua escola ajuda você nas atividades escolares?

- a.  sim, ajuda.
- b.  não, não ajuda.
- c.  raramente ajuda.
- d.  não utilizo a biblioteca.

Outros. Justifique sua resposta:

6. Você participa de atividades desenvolvidas na biblioteca da sua escola?

- a.  participo.
- b.  não participo.
- c.  nunca participo/participei.
- d.  raramente participo.
- e.  não há atividades da escola para a biblioteca.

Outros. Justifique sua resposta:

**APÊNDICE D – Questionário aplicado ao (à) bibliotecário(a) da escola****DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/função de origem: \_\_\_\_\_

Trabalha há quanto tempo na biblioteca: \_\_\_\_\_

Trabalha há quanto tempo na educação: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. Os alunos frequentam a biblioteca? Por que visitam ou não visitam a biblioteca? Justifique.
2. Qual deveria ser a função da biblioteca na escola? Justifique.
3. Você considera importante a existência de uma biblioteca na escola, tendo em vista que hoje se utilizam aplicativos com acesso à internet e outros meios de acesso à informação? Justifique.
4. Como uma biblioteca ideal deveria funcionar? E o que deveria existir nela? Justifique.
5. Como a biblioteca ajuda ou poderia ajudar a escola? A biblioteca oferece alguma atividade para os alunos ou apenas atende às demandas da escola? Justifique.
6. A biblioteca da escola é utilizada para atendimento das atividades de leitura, de reforço ou de pesquisa escolar? Além dessas, a biblioteca é utilizada em outras atividades pelos alunos? Justifique.
7. Atualmente, como você vê o prestígio da biblioteca e a sua importância para a comunidade escolar (alunos, professores, equipe gestora, pais etc.)? Justifique.

**APÊNDICE E – Questionário aplicado ao gestor da escola****DADOS DE IDENTIFICAÇÃO****Gestor (a):** \_\_\_\_\_**Formação acadêmica:** \_\_\_\_\_**Ano de ingresso na escola:** \_\_\_\_\_ **Tempo no cargo:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_**Tempo de serviço na educação:** \_\_\_\_\_

1. A escola tem ou desenvolve algum projeto ou ações para utilização da biblioteca? Orienta os professores a utilizar a biblioteca? Há interação entre o trabalho pedagógico e a escola? Justifique.
2. Na sua opinião, qual deveria ser a função da biblioteca e como esta deveria apoiar nas atividades desenvolvidas pela escola? Justifique.
3. Atualmente, como você vê o prestígio da biblioteca e a sua importância para a comunidade escolar (alunos, professores, equipe gestora, pais etc.)? Justifique.
4. Como uma biblioteca escolar ideal deveria funcionar? E o que deveria existir nela? Justifique.
5. A biblioteca foi construída junto com a escola? Houve adaptação do espaço ou reforma posterior à construção da escola?

**APÊNDICE F – Termo de autorização para desenvolvimento de pesquisa**

Santarém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Autorizo RAIMUNDO SOLANO LIRA PEREIRA, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a realizar a investigação na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Tempo Integral Frei Fabiano Merz, localizada no bairro do Caranazal, em Santarém, Pará, cujo título da pesquisa é “O lugar da biblioteca na escola de tempo integral em Santarém/PA”, sob a responsabilidade do orientador, Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, aplicando questionários aos professores do 4º e 5º anos, ao bibliotecário, ao diretor da escola e aos alunos das turmas do 4º ano (turmas 401 e 402) e do 5º ano (turmas 501 e 502) e fazendo as anotações necessárias.

Esta autorização se estende única e exclusivamente para este fim.

---

Assinatura e carimbo

**APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Eu, \_\_\_\_\_  
Nacionalidade \_\_\_\_\_, Idade \_\_\_\_\_, Estado Civil \_\_\_\_\_, estou sendo convidado (a) a participar do estudo denominado “O lugar da biblioteca na escola de tempo integral em Santarém/PA”. A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE/Ufopa) pelo mestrando RAIMUNDO SOLANO LIRA PEREIRA, sob a orientação do Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares. O objetivo da pesquisa é verificar a utilização e o significado que a biblioteca de uma escola de tempo integral tem para a comunidade escolar interna (diretor, alunos, professores, bibliotecário). A minha participação no referido estudo será no sentido de permitir que o pesquisador aplique questionário com questões voltadas para a pesquisa. Estou ciente de que as informações obtidas têm como única finalidade a pesquisa e que os resultados obtidos serão descritos de forma codificada. Recebi os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo. Também fui informado (a) de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo. Poderei manter contato com o pesquisador RAIMUNDO SOLANO LIRA PEREIRA pelo telefone (XX) XXXXX-XXXX ou pelo e-mail: *solanolira.pereira@gmail.com*, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Tendo sido orientado (a) quanto ao teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Santarém, PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do orientador da pesquisa

## ANEXO A - Lei nº 4.564, de 12 de junho de 1972, do Município de Santarém.



239

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

LEI Nº 4.564, DE 12 DE JUNHO DE 1972.

CRIA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL  
DE SANTARÉM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Santarém, Estado do Pará, aprovou e eu, sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º - Fica criada na sede do Município, a Biblioteca Pública Municipal "RODRIGUES DOS SAN-  
TOS", subordinada ao Departamento de Educação do Município.

Art. 2º - Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Especial de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cru-  
zeiros) destinados às despesas de instalação da Biblioteca.

Art. 3º - Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a dispendar até Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e  
oitocentos cruzeiros) para a contratação de funcionários para os serviços da referida Biblioteca.

Art. 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar convênio com o Instituto Nacional do  
Livro, do Ministério da Educação e Cultura, para efeito de ma  
nutenção e assistência técnica, propondo a inclusão no próximo  
orçamento de uma dotação correspondente ao valor de 10 (dez) '  
salários mínimos da região para aquisição de livros.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em "  
contrário.

Cabinete do Prefeito Municipal de Santarém, 12 de Junho de 1972.

DR. EVERALDO DE SOUZA MARTINS  
Prefeito Municipal

Publicada nesta Secretaria aos doze dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois.

  
JOSÉ GADELHA FRANCO  
Secretário Municipal

**ANEXO B – Ofício nº 411/2017, de 26 de dezembro de 2017, da Secretaria Municipal de Educação**



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED  
Av. Dr. Anysio Chaves, nº 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360.

OFICIO. Nº. 411/2017.

Santarém – PA, 26 de dezembro de 2017.

À Prof. Dra. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares  
Líder Adjunta do Grupo de Estudo e Pesquisa Histedbr/Ufopa  
C/C: Raimundo Solano Lira Pereira  
Pesquisado, Mestrando em Educação pelo PPGE/Ufopa.

Prezada Senhora,

A Secretaria Municipal de Educação (Semed), vem por meio deste autorizar a realização da pesquisa sobre biblioteca escolar, a ser realizada pelo estudante-pesquisador Raimundo Solano Lira Pereira, bem como disponibilizar alguns dados necessários a pesquisa.

Quanto aos documentos institucionais da Secretaria sobre o objeto de pesquisa, o qual seja bibliotecas escolares, a Semed esclarece que não existe um banco de dados específico que reúna informações sobre biblioteca, ou sala de leituras. As informações estão dispostas em relatórios e diagnósticos realizados com objetivo de atender demandas específicas da Secretaria, como por exemplo:

- a) O diagnóstico realizado como primeira etapa do Plano de Ações Articuladas (PAR). Construído com base em informações referentes a meados de 2016 e início de 2017. Por tanto, os dados podem estar defasados, além de terem sido obtidos por meio de informações verbais. Não foi possível fazer visitas em cada unidade para confirmar as informações;
- b) Diagnóstico da plataforma *online* do Programa Dinheiro Direto na Escola interativo (Pddeinterativo). Ressaltamos que os dados obtidos nesta plataforma são fornecidos pelos gestores e podem estar equivocados uma vez que muitos consideram espaços improvisados ou sala de leitura bem estruturadas como bibliotecas. Considerando a lei 12.244/2010 muitos desses espaços não podem ser reconhecidos como biblioteca escolar.
- c) Dados do “Projeto Vagalume” de incentivo à leitura. Dados obtidos junto ao setor responsável pela arte-educação da secretaria. Este projeto é realizado em parceria com uma Organização Não Governamental (ONG) de mesmo nome. As Escolas e objetivos deste projeto estão descritos nos documentos anexos.

Esclarecemos ainda, que as escolas construídas com recursos do FNDE possuem espaços adequados para a instalação de bibliotecas (dados de infraestrutura estão no anexo 4). No entanto, o acervo e a quantidade de livros existentes nas escolas são insuficientes para atender a demanda e não estão em conformidade com a Lei 12.244/2010. Apenas 9 % das escolas da rede municipais possuem bibliotecas minimamente equipadas e acessíveis.

Sugere-se ainda que, para aferição das informações, sejam visitadas as escolas com bibliotecas/sala de leitura (Anexo 1) e o Núcleo de Ensino da Semed.

Atenciosamente,

Marluce Santos de Pinho  
Secretária Municipal de Educação  
Decreto. Nº 006/SEMGOF



## PREFEITURA DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED  
Av. Dr. Anysio Chaves, nº 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360.

### ANEXO 1- LISTA DE ESCOLAS COM BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA- REGIÃO URBANA

Nº	Escolas Municipais	Endereço	O que diz ter
1	Brigadeiro Eduardo Gomes	Rua Frei Vicente, s/n Aeroporto Velho	Biblioteca
2	Coronel Mário Fernandes Imbiriba	Av. Castelo Branco Interventoria	Sala de Leitura
3	Deputado Ubaldo Correa	Av. Fernando Guilhon, sem nº Conquista	Biblioteca
4	Dom Anselmo Pietrulla	Av. Moaçara, s/n Diamantino	Sala de Leitura
5	Dom Lino Vombommel	Trav. Jader Barbalho S/N Novo Horizonte	Biblioteca
6	Dr. Everaldo de Sousa Martins	Rua dos Artistas, S/N Vitória Régia	Sala de Leitura
7	Dra. Maria Amália Q. de Sousa	Tv. Campos Sales, 670 Mapiari	Biblioteca
8	Ester Ferreira Rua Brasil	Novo Vitória Régia	Sala de Leitura
9	Fluminense	Av. Presidente Vargas, 1817 Santa Clara	Biblioteca
10	Francisca das Chagas Nascimento	Rua Santa Helena Urumanduba	Sala de Leitura
11	Frei Fabiano Merz	Av. Paulo Maranhão Caranazal	Sala de Leitura
12	Frei Miguel Kellet	Rua José Bonifácio, Interventoria	Sala de Leitura
13	Haroldo Veloso	Av. Curuá-Una, Km 07 Maicá	Sala de Leitura
14	João Batista Miléo	Rua Almirante Tamandaré, nº 330 Urumari	Biblioteca
15	Maestro Wilde Dias da Fonseca	Rua Chico Mendes Vitória Régia	Biblioteca
16	Magalhães Barata	Rua da Índia sem nº Livramento	Sala de Leitura
17	Padre João Felipe Bettendorff	Trav. E, S/N Maracanã	Biblioteca
18	Joaquim Cavalcante Maia	Rua João Batista Miléo Santo André	Sala de Leitura
19	Nossa Senhora de Fátima	Tv. Antonio Justa, sem nº Laguinho	Sala de Leitura
20	Padre Manoel Albuquerque	Av. Dom Frederico Costa Santíssimo	Biblioteca
21	Paulo Rodrigues dos Santos	Tv. Uirapuru, sem nº Floresta	Sala de Leitura
22	Princesa Isabel	Av. Tancredo Neves Nova República	Biblioteca
23	Profa. Helena Lisboa de Matos	Av. Quixadá, S/N Esperança	Sala de Leitura
24	Irmã Leodgard Gausepohl	Rua Uruará Uruará	Sala de Leitura
25	Prof.ª M <sup>ª</sup> da Conc Figueira Cardoso	Rua C Jaderlândia	Sala de Leitura
26	Profa. Nazaré Demétrio Mussi	Av. Presidente Costa e Silva, sem nº Mararú	Sala de Leitura
27	Profa. Delfina de Jesus Amorim	Rua Boa Vista, 533 Aeroporto Velho	Biblioteca
28	Profa. Ecila Nobre dos Santos	Rua Valnir Sarmento, nº170 Conquista	Sala de Leitura
29	Profa. Eiláh Gentil	Rua N <sup>sa</sup> Sr <sup>a</sup> do Rosário, 1370 Santarenzinho	Sala de Leitura
30	Profa. Deuzuíta Freire de Matos	Av. Transmaica, S/N Area Verde	Sala de Leitura
31	Rosineide Fonseca Vieira	Rua José do Patrocínio, s/n, Diamantino	Sala de Leitura
32	Profa. Sofia Imbiriba	Rua Raimundo Fona, 844 Liberdade	Biblioteca
33	Raimunda de Lira Maia	Travessa "B" S/N Elcione Barbalho	Sala de Leitura
34	Rotary	Tv. Professor Luís Barbosa, 1744. Caranazal	Biblioteca
35	Santa Luzia	Rua Santa Luzia, 26 Santarenzinho	Sala de Leitura
36	Santo André	Av. Monte Alegre Santo André	Biblioteca
37	São Francisco de Assis	Tv. Achua São Francisco	Sala de Leitura
38	União Libertadora	Rua 13 de Maio, 69 Santarenzinho	Sala de Leitura



**PREFEITURA DE  
SANTARÉM**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED  
Av. Dr. Anysio Chaves, nº 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360.

## ANEXO 2- PROJETO VAGALUME E ESCOLAS PARTICIPANTES

**Nome:** Projeto Vagalume

**Responsável técnico:** Marciano Pedrosa Duarte (Também coordena o Projeto Ciranda de Artes)

**Endereço da coordenação do Projeto:** Alameda Três, 84 - Aeroporto Velho, Santarém - PA

**Objetivo:** Contribuir com o trabalho de democratização de acesso gratuito ao livro, fomentando ao gosto pela leitura, à escrita, e o protagonismo de pessoas e valorização da cultura local.

**Início da Parceria:** A parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Rede Vagalume teve início em 2005.

**A Rede Vaga Lume:** É uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2001, que desenvolve projetos de educação, cultura e meio ambiente na região da Amazônia Legal Brasileira.

### Ações desenvolvidas:

#### Curso de Formações de Mediadores de Leitura:

Atividades de formação em serviço com a carga-Horária mínima de 30h/. **Temas:** Mediação de Leitura, Trabalho Voluntário, Gestão de Bibliotecas, Roda de Histórias, destinados aos voluntários e mediadores.

**Encontro de Supervisão de Mediadores:** Encontro de realizados para avaliar os trabalhos das Bibliotecas, planejar e buscar soluções e/ou novas ideias de atividades.

**Encontros Pedagógicos:** Reuniões mensais com os responsáveis pelas bibliotecas do projeto para socializações das ações realizadas nas escolas.

**Oficinas Metodológicas:** Com temáticas voltadas a atividades pedagógicas, de animação e recreação, composta com uma carga horária de 10h/a e é destinada a todo voluntário envolvido na biblioteca.

**Acompanhamento Pedagógico:** Ação da coordenação local e alguns multiplicadores com visitas in loco para interação com a equipe e comunidade em geral, objetivando diagnosticar as dificuldades enfrentadas.

**Roda de Histórias:** Promoção de Noite Cultural com roda de histórias envolvendo todos comunitários com as pessoas mais idosas objetivando resgatar e valorizar os contos orais tradicionais da comunidade.

**Mediação de leitura em logradouros públicos:** Acontece em colaboração com instituições, como hospital municipal, casa de saúde da criança, abrigo municipal, asilo, casa de convivência do idoso e outros logradouros, desenvolvendo mediação de leitura, roda de histórias e brincadeiras.

LISTA DE ESCOLAS PARTICIPANTES DO PROJETO VAGALUME			
Nº	Região	Escolas Municipais	Endereço
1	Planalto	EMEF. Professor Antônio de Sousa Pedroso	Alter do Chão
2		EMEF Boaventura de Queiroz	São Braz
3		EMEF Tereza Neuma de Sousa Mohr/ Jarbas Gonçalves Passarinho <sup>1</sup>	Tabocal
4		EMEF São Félix	Guaraná
5		EMEF Afro-Amazonida	Quilombo Murumuru
6	Rios	EMEF Sant'Ana	Arapixuna

<sup>1</sup> A escola tem dois nomes.



**PREFEITURA DE  
SANTARÉM**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED  
Av. Dr. Anysio Chaves, nº 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360.

7		EMEF Sagrada Família	São Francisco (Arapiums)
8		Escola Dom Pedro I	Urucureá
9		Escola Santa Terezinha	Maripá

**ANEXO 2- QUADRO DEMONSTRATIVO DE NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR SÉRIE E REGIÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO- ANO: 2017**

REGIÃO		Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS ENS. FUNDAMENTAL	Nº DE ALUNOS DO EJA	Nº DE ALUNO DA CRECHE	Nº DE ALUNO DO PRÉ-ESCOLAR	TOTAL GERAL	
Área Urbana	Cidade	85	26.006	1.760	2.179	5.920	35.865	
Campo (área Rural)	Terra Firme	Planalto	92	8.356	389	274	1.559	10.578
	Rios	Arapiums	73	3.343	145	0	572	4.060
		Arapixuna	15	886	0	0	130	1.016
		Lago Grande	71	5.235	19	58	861	6.173
		Tapajós	33	1.963	32	0	323	2.318
		Várzea	40	2.063	23	0	353	2.439
Total Geral		409	47.852	2.368	2.511	9.718	62.449	



**PREFEITURA DE  
SANTARÉM**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED  
Av. Dr. Anyiso Chaves, nº 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360.

**ANEXO 3- CENSO ESCOLAR 2017**



Av. Dr. Anyiso Chaves, 712, Aeroporto Velho - CEP: 68.030-290 - Santarém/Pará  
Fone/Fax: (93) 3522-5890 / [www.santarém.pa.gov.br](http://www.santarém.pa.gov.br)

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS  
POR SÉRIE E REGIÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**ANO: 2017**

REGIÃO	Nº De Escolas	Nº DE ALUNOS ENS. FUNDAMENTAL			Nº de Alunos Pro-Jovem	Nº de Alunos do EJA	Programa Brasil Alfab.	Nº de Aluno da Creche	Nº de Aluno do Pré Escolar	TOTAL GERAL
		DE 0 ANOS	DE 1 ANOS	Total						
Cidade	85	26.006	0	26.006	0	1.760	0	2.179	5.920	35.865
Arapituns	73	3.343	0	3.343	0	145	0	0	572	4.060
Arapixuna	15	886	0	886	0	0	0	0	130	1.016
Lago Grande	71	5.235	0	5.235	0	19	0	58	861	6.173
Planalto	92	8.356	0	8.356	0	389	0	274	1.559	10.578
Tapejós	33	1.963	0	1.963	0	32	0	0	323	2.318
Várzea	40	2.063	0	2.063	0	23	0	0	353	2.439
<b>Total Geral</b>	<b>409</b>	<b>47.852</b>	<b>0</b>	<b>47.852</b>	<b>0</b>	<b>2.368</b>	<b>0</b>	<b>2.511</b>	<b>9.718</b>	<b>62.449</b>

NPD/Coordenação de Estatística, 16/11/2017  
Página 02



**PREFEITURA DE  
SANTARÉM**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED  
Av. Dr. Anysio Chaves, nº 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360.

**ANEXO 4 - SITUAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DE BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS DA REDE-2016<sup>2</sup>**

<b>TOTAL DE ESCOLAS</b>	<b>408</b>		
<b>REGIÕES</b>	<b>%</b>	<b>N de escolas</b>	<b>N Absolutos</b>
<b>URBANA</b>	30%	58	17
<b>UMEI</b>	0,0%	29	0
<b>PLANALTO</b>	12,5%	88	11
<b>ARAPIUNS</b>	1,39%	70	1
<b>ARAPIXUNA</b>	0,0%	15	0
<b>TAPAJÓS</b>	5,88%	32	2
<b>VARZEA</b>	4,26%	42	2
<b>LAGO GRANDE</b>	2,74%	74	2
<b>TOTAL</b>		408	35

<sup>2</sup> Informações do Levantamento da Situação Escolar (LSE) -2016.